

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUZIANE NAIR LOBATO DOS SANTOS

SANTARÉM:

Um levantamento da estrutura demográfica da escravaria santarena (1871-1888).

MANAUS – AM

2019

LUZIANE NAIR LOBATO DOS SANTOS

SANTARÉM:

Um levantamento da estrutura demográfica da escravaria santarena (1871-1888).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em História Social.

Orientadora: Profa. Dr.^a Marcia Eliane Alves de Souza e Mello.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Marcia Eliane Alves de Souza e Mello (presidente)

Prof. Dr. Daniel Souza Barroso (UFPA/EA- Membro Externo)

Prof.^a Dr.^a Máira Chinelatto Alves (DH/ UFAM- Membro Interno)

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237s Santos, Luziane Nair Lobato dos
Santarém: Um levantamento da estrutura demográfica da
escravidão santarena (1871-1888) / Luziane Nair Lobato dos
Santos. 2019
112 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Dr^a. Marcia Eliane Alves de Souza e Mello
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Santarém. 2. População escrava. 3. Proprietários de escravos .
4. Baixo Amazonas. I. Mello, Dr^a. Marcia Eliane Alves de Souza e II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

AGRADECIMENTOS

Esse é um daqueles momentos onde o medo de esquecer alguém se faz presente, pois todo trabalho requer o envolvimento de diversos contribuintes e nesse sentido se faz necessário esse pequeno espaço reservado àqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização desta pesquisa. Quando decidi sair da minha cidade, meu mundo santareno que conheço tão bem, para ir morar em outro lugar até então desconhecido para mim, muito maior do que a minha terra natal e que eu não conhecia, não imaginava o quanto de ajuda e apoio amigo iria ter.

As mudanças que vieram, o aprendizado, o amadurecimento, o conhecimento, um mundo novo que se apresentava a minha frente e que a princípio me assustou, primeiro por estar longe da minha zona de conforto, minha casa, meus pais, meus irmãos, meus amigos e namorado. E por compreender que a partir daquele momento eu teria minha vida mudada por completo, eu não voltaria para a minha cidade a mesma pessoa de quando decidir sair. É por isso que surge o medo de acabar esquecendo alguém que de forma direta ou indireta acabou ajudando de alguma maneira para que se chegasse à conclusão deste trabalho.

Primeiramente agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM por me dar condições de me deslocar da minha cidade para desenvolver as atividades do mestrado em Manaus, o financiamento da pesquisa através da bolsa me proporcionou a chance de andamento do trabalho e conclusão do mesmo.

Agradeço a minha orientadora Prof.^a Marcia Eliane por se dispor a me repassar seu conhecimento, por ter mostrado os caminhos que eu deveria seguir usando meu objeto de pesquisa e por ser uma pessoa que me instigou a ver além do que eu imaginava. Sou grata por cada período que vivemos durante as orientações e por cada palavra que me levou a refletir.

Agradeço aos coordenadores do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas por ter me dado acesso as fontes que usei para viabilizar a execução desta pesquisa. Professora Isabel Creão e professor Gefferson Ramos Rodrigues, o trabalho que desempenham no CDHBA me deu condições de desenvolver meu trabalho e tem dado a possibilidade a outros alunos de desvendar os emaranhados da história santarena. Obrigada pelo acolhimento e boa vontade em nos disponibilizar a documentação que busquei. E aos bolsistas do CDHBA que se dispuseram a procurar, separar e scanear a documentação para facilitar a minha pesquisa, obrigada Raíssa Brás, Camila Gomes pela paciência que tiveram para me ajudar a encontrar os documentos que eu precisava, vocês são espetaculares.

Não teria como não agradecer a ele, que acompanha minha trajetória desde a Graduação, Gustavo Sousa, um dos principais responsáveis pela minha ida para o mestrado, contribuiu e muito para toda essa experiência desde a elaboração do projeto, todo o processo de seleção e a vivência do mestrado. Obrigada por não me abandonar e torcer por mim mesmo longe.

Os amigos que fiz durante essa aventura chamada mestrado, como sou grata por cada um de vocês, Márcia Gabriele, Ana Guerreiro, Laura Blanco, obrigada meninas, tornaram essa experiência um pouco mais rosa e é uma imensa alegria ter tido conversas agradáveis e tensas, risos e agonias, mas que, nos ajudou a prosseguir. Meninos, o que seria desse tempo sem vocês, Rafael Ribeiro, Júnior Coimbra, esses últimos meses tem sido o mais complicado e ter vocês pra dividir as tensões, dúvidas, angústias da conclusão da dissertação, tomar o café após as orientações, ter aquela conversa de incentivo foi motivador e alentador para conseguir concluir, obrigada por serem esses companheiros incríveis.

Por fim, e não menos importantes, agradeço aos meus pais, sem os quais não poderia ter chegado aonde cheguei, pois sempre se esforçaram para dar o melhor a mim e a meus irmãos, sempre dedicados a nos ensinar agir corretamente e sermos responsáveis com nossos compromissos. Foram estes fatores que me possibilitaram concluir a pesquisa que iniciei. O que sou hoje como pessoa devo a meus pais.

Não posso deixar de agradecer a minha segunda família, meus tios José Edil e Greicy Ayres que me acolheram em sua casa desde o processo de seleção do mestrado até esse momento de conclusão. Me apoiaram em tudo que puderam, me deram condições de me dedicar a tudo aquilo que o mestrado me proporcionou e sei que essa conquista os orgulha também.

RESUMO

O objetivo desta dissertação consiste em fazer um levantamento demográfico dos escravos existentes na cidade de Santarém na segunda metade do século XIX a partir da promulgação da Lei do Ventre livre ocorrida em 1871 até a libertação dos escravos em 1888. Visando inicialmente traçar um perfil social e econômico da cidade para que se tenha um pequeno vislumbre de sua construção, será utilizado relatos de viajantes e relatórios provinciais para a dar visibilidade a sua formação. E para dar continuidade ao desenvolvimento da pesquisa optou-se pelo uso de documentos como inventários post mortem, livros de testamentos, registros de batismos e demais documentos disponibilizados. Sendo assim, o que se busca é quantificar essa população cativa santarena e seus proprietários e a partir dos dados numéricos elencados encontrar rastros de sociabilidades tecidas por essa parcela da sociedade que esteve relegada ao obscurantismo, principalmente no Baixo Amazonas.

Palavras-chaves: Santarém, População cativa, Proprietários de escravos.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to make a demographic survey of the slaves existing in the city of Santarém in the second half of the nineteenth century from the promulgation of the Free Belly Law occurred in 1871 until the liberation of slaves in 1888. Initially aiming to draw a social profile and In order to get a glimpse of its construction, the city will be used to provide visibility of travelers and provincial reports. And to continue the development of the research, was decided to use documents such as post mortem inventories, will books, baptism records and other available documents. Thus, what is sought is to quantify this captive population santarena and its owners and from the numerical data listed find traces of sociability woven by this portion of society that was relegated to obscurantism, especially in the Lower Amazon.

Keywords: Santarém. Captive population. Slave owners.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aldeamento indígena em Santarém.....	27
Figura 2: Regiões produtoras e tipos de cultivo na Amazônia (décadas de 1850 e 1860)	30
Figura 3: Principais regiões da Província do Grão-Pará, nas quais encontravam-se concentrada a população escrava.....	41

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Rendas públicas arrecadadas pela coletoria provincial.....	33
QUADRO 02: População escrava no Grão-Pará (1862-1888)	36
QUADRO 03: Distribuição dos escravagistas por sexo.....	47
QUADRO 04: Estado conjugal dos testadores (contagem geral)	50
QUADRO 05: Dados Gerais dos escravos na Província do Pará – 1885.....	60
QUADRO 06: Filhos livres de mães escravas – Pará – 1885.....	65
QUADRO 07: População livre e cativa por sexo da paróquia de Santarém (1872)	70
QUADRO 08: Distribuição dos escravos por sexo nos planteis santarenos.....	75
QUADRO 09: População cativa de Santarém quanto à cor (1872)	77
QUADRO 10: Dados gerais da população cativa da paróquia de Santarém.....	82
QUADRO 11: Demonstrativo da filiação dos cativos santarenos.....	85
QUADRO 12: Estado conjugal da população cativa santarena.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Dados da população paraense – 1872.....	36
Tabela 02: População livre de Santarém, por sexo, estado conjugal, cor e nacionalidade – 1872.....	45

Tabela 03: Testadores por naturalidade (contagem geral)	50
Tabela 04: População de cativos e ingênuos em Santarém – 1885.....	60
Tabela 05: População de cativos e ingênuos em Santarém –1886.....	61
Tabela 06: Identificação da cor dos escravos.....	78
Tabela 07: Naturalidade dos cativos santarenos.....	81
Tabela 08: Atividades desenvolvidas pelos cativos santarenos.....	95
Tabela 09: Idade dos escravos com registros de matrícula.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Batismo de livres e escravos 1871-1888.....	71
Gráfico 2: Faixa etária dos escravos (homens/mulheres)	97

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRÁFICOS

Introdução	15
Capítulo 1: Santarém no universo paraense oitocentista: O espaço econômico e social santareno.....	21
1.1.Santarém sob lentes dos viajantes oitocentistas: breve bosquejo.....	22
1.2.A urbe santarena e sua participação econômica no Baixo Amazonas.....	27
1.3.A diversidade populacional da cidade de Santarém	34
1.4.A organização político administrativa de Santarém no Oitocentos.....	42
Capítulo 2: Estabelecendo relações sociais – as linhas de sociabilidades tecidas pela população santarena.....	44
2.1. Senhores escravistas: o perfil dos proprietários de escravos no universo santareno	44
2.2. “Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre”. A influência da lei de 28 de setembro de 1871 nas escravarias santarenas.....	59
Capítulo 3: Gente negra na Santarém oitocentista.....	67
3.1. Os escravos santarenos: a estrutura da escravaria da cidade de Santarém.....	67
3.2.Composição da cor da escravaria santarena dentro do espaço da província paraense.....	76
3.3. Naturalidade dos escravos.....	80
3.4. O estado conjugal dos escravos santarenos.....	88
3.5. Atividades desenvolvidas pelos escravos.....	93
3.6. Faixa etária da população cativa santarena.....	97

Considerações finais.....	101
REFERÊNCIAS.....	105
LISTA DE FONTES.....	111

INTRODUÇÃO

Os livros que contam a história de Santarém mencionavam que, quando a lei de 13 de maio de 1888 foi assinada pela princesa Isabel não havia mais escravos na cidade, portanto, a assinatura da lei não teria tido tanta repercussão por essas bandas. Contudo, essa afirmação foi algo que sempre tive dúvidas se realmente haveria ocorrido desta forma. Durante a graduação, quando li o texto de Eurípedes Funes minha curiosidade a respeito dos escravos em Santarém foi despertada novamente, visto que, até aquele momento em que eu cursava a graduação, não tinha a mínima pretensão de trabalhar com a área da escravidão em meu trabalho de conclusão de curso.

É com o intuito de contribuir com a historiografia para que o assunto da escravidão na cidade de Santarém seja melhor entendido, que se fez a proposta do presente trabalho, objetivando traçar o quantitativo dos cativos existentes na cidade durante o período compreendido entre o ano de implementação da lei do ventre livre até o ano de abolição da escravidão no país (1871-1888). Não somente o quantitativo de escravos, mas, tentar fazer o levantamento do perfil da faixa etária, naturalidade, estado conjugal, quais profissões esses escravos exerciam, tempo de vivência dentro dos planteis etc.

Compreende-se que, a partir da implementação da lei de 28 de setembro de 1871 conhecida como a Lei do Ventre Livre, poderia ou não ocorrer um grande impacto nos planteis de escravos em todo o país. Daí, por que não analisar o que essa lei alterou e/ou modificou nos casos do planteis santarenos e até que ponto ocorreram ou não?

Além disso, se fez necessário fazer o levantamento dos proprietários de escravos santarenos e também fazer um levantamento mesmo que inicial de quem eram esses senhores escravistas que residiam em Santarém.

Para se chegar aos dados que viabilizassem o andamento deste levantamento de proprietários e cativos na região de Santarém, fez-se necessário utilizar como fontes, os inventários post mortem, os registros de testamentos e registros de nascimento, além de outros documentos que havia entre os inventários. Como metodologia para a análise desses dados, optou-se por fazer um levantamento quantitativo e uma análise qualitativa para que se possa chegar a um resultado satisfatório.

Assim sendo, ao fazer o levantamento do corpus documental que se projetou para o desenvolvimento do trabalho, nos foi disponibilizado 223 documentos, dos quais, 143 são autos cíveis de inventários e 80 documentos de diversas naturezas (autos cíveis de testamento,

partilhas de bens, arrecadação, codicilos, arrendamentos, tomadas de contas de testamentaria) disponibilizados pelo Centro de documentação histórico do Baixo Amazonas (CDHBA/UFOPA) que funciona na Universidade Federal do Oeste do Pará em Santarém. Deste rol de 143 autos cíveis de inventários foram identificados 51 inventários post mortem que foram arrolados com semoventes escravos dos quais 27 inventários estão com as matrículas desses cativos inclusas, o que nos possibilitará uma gama de informações mais detalhadas a respeito dos cativos que estão mencionados na documentação.

Para além desta documentação, nos foi disponibilizado pelo CDHBA/UFOPA mais 03 livros de registros de testamentos do período entre 1867-1889 que servirá de suporte para o levantamento dos dados a respeito da escravaria santarena. Cabe mencionar que, o CDHBA/UFOPA ainda se encontra em processo de organização, portanto, a documentação analisada é a que se encontra já catalogada, devido ao andamento do processo de organização dessa documentação não estar concluído, foi nos disponibilizado apenas o material que já se encontrava finalizado.

Ademais, além da documentação encontrada no CDHBA/UFOPA, foi usado também os registros de batismos que nos foi disponibilizado pela Cúria da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, paróquia matriz de Santarém, para os anos de 1871-1888. Cabe fazer uma ressalva para esta documentação (registros de batismos), a mesma se encontra com lacunas para alguns anos dentro do período estipulado para a pesquisa, o que poderia ou não interferir nos resultados finais da análise, não teremos como mensurar por enquanto esses impactos.

Para além da documentação listada anteriormente, usamos como suporte secundário para o desenvolvimento da pesquisa, os relatórios provinciais do Pará para os anos estipulados para a pesquisa, os relatórios do ministério da Agricultura e os relatos dos viajantes que passaram por Santarém no período oitocentista. Assim sendo, começamos o trabalho fazendo um esboço de como seria Santarém durante o período oitocentista.

No primeiro capítulo da dissertação abordaremos Santarém a partir dos relatos dos viajantes: Hércules Florence, que passou pela cidade no ano de 1828, chegou em Santarém em julho do referido ano e permaneceu até setembro do mesmo ano; Henri Walter Bates que esteve na cidade a primeira vez em outubro de 1849 e depois em novembro de 1851; Alfred Russel Wallace que passou por Santarém um pouco antes que seu conterrâneo Henri Bates, por volta de 1848, mesmo ano em que chegou à Amazônia.

É com base nos relatos desses viajantes, nas falas dos presidentes provinciais ao longo dos anos de 1871-1888 bem como, de informações colhidas nas compilações feitas por Antônio

Ladislau Monteiro Baena¹ a respeito da província do Pará e da própria cidade de Santarém, no final do século XVIII e início do século XIX, que iremos traçar os dados referentes a construção geográfica, econômica, política e social de Santarém no oitocentos, e, além disso, usamos dados referentes a cidade, a partir das análises de Artur César Ferreira Reis².

Assim sendo, de posse dessas informações, iremos propor um caminho que se iniciará pelos aspectos geográficos, incluindo sua acessibilidade e localização, passando pela infraestrutura da cidade e assim tentar demonstrar as mudanças que os relatos vinham trazendo ao longo do período oitocentista. Neste caminho, pretendemos demonstrar a realidade econômica de Santarém para o período, tentando perceber os caminhos e descaminhos que a cidade tratou de seguir para se tornar economicamente produtiva. O contingente populacional existente na cidade também se fará presente como item, assim como as contribuições para o surgimento dessa população que compunha a sociedade santarena, essas observações serão feitas de forma generalista no capítulo I, com o propósito de se chegar a uma ideia ampla de como se constituía Santarém em termos populacionais.

Por fim, encerraremos o primeiro capítulo com um esboço de como se compunha a organização político administrativa santarena para o período oitocentista, com o intuito de demonstrar que a cidade, apesar da distância da capital da província, se mantinha organizada e capaz de seguir sendo um elo de ligação entre as demais cidades da região que estabeleciam algum vínculo com Santarém.

Ao adentrarmos no capítulo II iremos fazer o levantamento dos proprietários de escravos existentes em Santarém, quantos eram a partir da documentação disponibilizada (inventários, livros de testamentos e registro de batismos) e a partir daí tentar estipular o perfil desses escravistas. Para que possamos determinar o perfil desses escravistas, serão usados apenas os dados contidos nos inventários post mortem e nos registros de testamentos para estipular o perfil por sexo (em se tratando de perfil por sexo os registros de batismos serão também utilizados neste momento), naturalidade, estado conjugal e arrolamento de bens para tentar identificar quais os meios econômicos principais que eram tidos como posses por esses senhores de escravos, além de determinar o tamanho dos planteis que havia em Santarém, se eram pequenos, médios ou grandes.

¹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**/ Antônio Ladislau Monteiro Baena -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 432 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 30).

² REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. Arthur Cezar Ferreira Reis. – 2.^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. (Coleção Retratos do Brasil; v. 124).

Sendo assim, o capítulo se desenrolará fazendo esse levantamento dos proprietários, partindo de como estava constituída a cidade em termos populacionais a partir do uso das informações contidas no Recenseamento de 1872 para a província do Pará e conseqüentemente para Santarém, a partir daí cruzar com as informações encontradas nos 51 inventários que continham proprietários de escravos e com os testadores que também mencionavam como posses, escravos.

Neste sentido, iremos fazer a análise dos escravistas quanto ao sexo, se eram só homens, se havia mulheres escravistas, se havia homens e mulheres em que proporção, se havia ou não uma superioridade masculina em relação a feminina e vice e versa.

Em seguida, abordaremos o estado conjugal desses escravistas tentando determinar em que grau a vida conjugal desses proprietários determinaria o acesso a posse da mão de obra cativa ou não. Para isso usaremos as informações que são mencionadas no momento de elaboração dos inventários post mortem e quando da feitura dos testamentos, já que estes documentos contém as vontades dos testadores e poderá de forma subjetiva nos dar um lampejo de como os testadores viam essa relação de estado conjugal ou não que poderia influenciar no destino de seus cativos no momento em que estariam determinando suas vontades antes da morte.

Após, será verificado a naturalidade desses proprietários encontrados em Santarém, se são naturais da cidade, se vieram de outras regiões da província paraense ou de outros Estados, ou mesmo se são todos brasileiros ou se há estrangeiros entre eles. Como eram constituídas as suas posses, se eram civis ou militares etc. e a média de escravos que detinham em suas escravarias. De posse dessas informações, tentar estabelecer os possíveis vínculos existentes entre senhores e escravos e verificar as sociabilidades desenvolvidas dentro e fora dos planteis santarenos.

Como usaremos as informações contidas nos livros de registros de testamentos, iremos analisar até que ponto as determinações dos testadores escravistas mudaram o destino dos seus escravos no momento de estipular suas vontades, se houve alforrias e em que condições ocorreram, quais as implicações para estes cativos no momento em que seus proprietários determinavam suas vontades e checar se essas vontades foram respeitadas no momento de elaboração dos inventários de seus donos.

Após esse levantamento, o item seguinte do capítulo II tratará de como a Lei de 28 de setembro de 1871 influenciou ou não na organização dos planteis existentes em Santarém, já que, segundo a lei, toda criança filha de mãe escrava nascida após esse dia seria considerada livre. A princípio será feito um breve levantamento de como funcionaria a lei vigente e quais

os caminhos determinados pelo governo para a execução da lei em todo o Império e como a província paraense teria recebido essas ordens. A partir disso, será feito um levantamento de quantas crianças havia na cidade após a determinação da lei e se ocorreu acréscimo ou decréscimo dessa população, para isso será usado as informações contidas nos relatórios do ministério da agricultura e dos relatórios provinciais paraenses.

De posse desse levantamento, avançaremos para o capítulo III que fará um perfil dos escravos encontrados em Santarém. Para isso, usaremos especificamente os dados encontrados nos inventários post mortem por conterem mais informações que os demais documentos e por alguns deles ainda se encontrar com os registros de matrículas, o que nos garante um leque maior de informações a respeito dos escravos existentes nos planteis santarenos.

Neste sentido, faremos o levantamento da estrutura da escravaria em Santarém para que possamos, mesmo que de forma preliminar, determinar qual a realidade dos cativos santarenos na segunda metade do período oitocentista. Para que seja feito o levantamento total do quantitativo de escravos e de gênero desses escravos existentes em Santarém no recorte temporal escolhido da pesquisa, usaremos as informações contidas nos registros de batismos, no entanto, para as demais caracterizações desses escravos, como dito anteriormente, usaremos apenas as informações contidas nos inventários post mortem por serem mais detalhistas nos dados fornecidos.

Assim, seguiremos a dissertação no capítulo III fazendo esse levantamento de quantos escravos havia na documentação analisada, qual o perfil desses escravos em relação ao sexo, como estavam distribuídos esses cativos quanto ao gênero pelos planteis existentes em Santarém, se havia uma superioridade de homens em detrimento da presença feminina ou não, qual seria a realidade desses planteis. Avançaremos fazendo o levantamento de como estavam classificados os escravos em relação a cor, a naturalidade desses cativos, se eram nascidos em terras santarenas ou se vieram de outros lugares, se ainda havia escravos naturais da África, visto que, o período da pesquisa já é o final do processo escravocrata no Brasil.

Usaremos também as informações em relação à filiação desses cativos, se haveria pais e filhos dentro dos planteis, ou mesmo a menção de algum genitor no momento de arrolar esses escravos como semoventes. Com isso teremos uma percepção de existência ou não de famílias cativas nos planteis existentes na região de Santarém, o que nos possibilitaria mesmo que superficialmente, esboçar a organização familiar desses cativos santarenos. É pensando nisso que será feito o levantamento do estado conjugal desses escravos, para determinar até que ponto o acesso à construção familiar se fez presente na vivência dos escravos santarenos.

Em seguida, será abordado quais atividades seriam desenvolvidas pelos cativos residentes nos planteis santarenos, se havia essa identificação e em que proporção esses escravos eram identificados com algum ofício, se eram trabalhos mais urbanos ou atividades ligadas a área rural, qual seria o perfil dessa escravaria.

Por fim, será feito o levantamento do perfil etário da escravaria santarena para que possa ser estabelecido se os planteis eram compostos por uma população mais jovem e com força de trabalho ativa ou mais velhos, o que já implicaria dificuldades no exercício das atividades que tivessem que ser realizadas e se possível tentar analisar o grau de fecundidade a partir da idade de vida reprodutiva das cativas existentes nos planteis santarenos. É com essa proposta que se pretende dar um panorama geral de como estaria constituída a organização social e econômica dos proprietários e seus cativos em Santarém.

CAPÍTULO 1

Santarém no universo paraense oitocentista: O espaço econômico e social santareno

A proposta do capítulo é mostrar algumas características da Santarém oitocentista, inicialmente, através de alguns relatos de viajantes estrangeiros que percorreram a região no século XIX, tais como: Hercule Florence que permaneceu na cidade entre julho a setembro de 1828; Alfred Russel Wallace que passou por Santarém, por volta de 1848, mesmo ano em que chegou a Amazônia; e por fim, Henri Walter Bates que esteve na cidade a primeira vez em outubro de 1849, retornou em novembro de 1851, ficando então, por três anos e meio na cidade.

Para fazer essa sumária, mas necessária, caracterização de Santarém, além dos relatos dos viajantes, foram utilizados relatórios e mensagens dos presidentes provinciais ao longo dos anos de 1871-1888, bem como, informações adquiridas nas compilações feitas por Antônio Ladislau Monteiro Baena a respeito da província do Pará e da própria cidade de Santarém no final do século XVIII e início do século XIX.

Assim sendo, de posse dessas informações, traçamos uma exposição que se iniciou pelos aspectos geográficos, incluindo sua acessibilidade e localização, passando pela infraestrutura da cidade, tentando demonstrar as mudanças que os relatos dos viajantes e dos governantes apontavam. Neste percurso, procurou-se esboçar a realidade econômica de Santarém para o período, tentando perceber os caminhos e descaminhos que a cidade seguiu para se tornar economicamente produtiva. A apreciação do contingente populacional existente na cidade também se fez presente neste esboço de caracterização, assim como as contribuições para a composição da população santarena. Essas observações foram feitas de forma sucinta no capítulo, com o propósito de se chegar a uma ideia extensiva de como se constituía Santarém em termos populacionais.

Por fim, encerramos com o delineamento de como se compunha a organização político administrativa em Santarém para o período oitocentista, com o intuito de demonstrar que a cidade, apesar da distância da capital da província, se mantinha capaz de ser um elo de atração e de ligação entre as demais cidades da região.

1.1. Santarém sob lentes dos viajantes oitocentistas: breve bosquejo

Ao ilustrarmos um perfil de Santarém no século XIX, é interessante, antes de tudo, enquadrá-la dentro de um contexto regional diversificado, que atraiu a atenção de muitos homens, desde que a região se tornou rota de naturalistas e viajantes estrangeiros interessados em conhecer e explorar a diversidade existente na região amazônica.

É importante, portanto, retratar um pouco de como se deu o interesse por este espaço, o que motivou a exploração científica de territórios até então pouco identificados pelos europeus para chegarmos até a constituição da cidade de Santarém. O imaginário europeu em relação ao que existia para além-mar sempre foi muito fértil. Havia uma curiosidade e muitas especulações em torno da existência de lugares distantes da Europa e isso foi um dos fatores que motivou as aventuras marítimas dos povos europeus no século XVI, como bem descreve Laura de Mello e Souza:

A aventura marítima desenrolou-se, pois, sob forte influência do imaginário europeu tanto na vertente positiva quanto na negativa. A idade de ouro das utopias europeias vinculou-se estreitamente às grandes descobertas, os relatos de viagens, “embelezados pela imaginação”, agindo como choque cultural e provocando cotejos e questionamentos das estruturas sociais de então³.

Quando houve a descoberta do Novo Mundo, incluindo aí a região que posteriormente seria conhecida como Brasil, este passou a ser fruto de novas especulações. Segundo Laura de Mello e Souza, o Brasil ocupará no imaginário europeu a posição análoga à ocupada anteriormente por terras longínquas e misteriosas que, uma vez conhecidas e devassadas, se desencantaram⁴.

O fascínio pelo desconhecido abriu possibilidades exploratórias para viajantes, intelectuais diversos, comerciantes, exploradores ocasionais, etc. Nessa aventura ao desconhecido inclui-se a região amazônica, onde o imaginário europeu se tornou ainda mais vivaz diante de tanto a ser desbravado, como salienta Auxiliomar Silva Ugarte ao dizer que:

à medida que a conquista europeia prosseguia, o empirismo do devassamento era acompanhado por expectativas e projeções oriundas de um universo mental carregado de componentes de longa duração e outros simbolismos, que foram de/ao encontro de elementos advindos do contato com a nova realidade. Esses elementos contribuíram para reestruturar o próprio imaginário europeu, em que os fatores econômicos e políticos estavam inseridos decerto, porém

³ SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.29.

⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**, p.31.

matizados por outros, cujas características eram expressas por elementos mítico-lendários, que compunham a mentalidade dos conquistadores⁵.

No processo de colonização e conquista portuguesa, iniciado no século XVII, na região amazônica, já encontramos Santarém inserida no contexto de exploração e de expansão pela região, inicialmente como aldeamento missionário jesuíta, a missão dos Tapajós, fundada pelo missionário jesuíta João Felipe Bettendorff em 1661 e depois com a denominação de Vila de Santarém (1754)⁶. Entretanto, somente no século XIX, que a vila tapajônica viria se tornar a principal cidade do Baixo Amazonas, onde iria concentrar as relações econômicas e sociais, não somente com as demais cidades que circundavam a região, mas também, com as capitais provinciais: Manaus e Belém.

Elevada à categoria de cidade, em 1848, Santarém se tornaria um ponto importante para a região do Baixo Amazonas, onde a dinâmica econômica se movimentaria. Como principal comarca da região, era responsável pela manutenção e organização de todo o Baixo Amazonas, sendo a cidade responsável pelas principais ações sociais, jurídicas e econômicas.

A exuberância da fauna e da flora e a possibilidade de desvendar os mistérios que circundavam lugares tão exóticos aos olhos dos europeus são fatores que fizeram com que inúmeros viajantes naturalistas⁷ percorressem a região amazônica, bem como a região Oeste do Pará. Santarém foi uma dessas localidades visitadas por viajantes estrangeiros⁸ durante o século XIX, dentre eles, o naturalista inglês Henry Walter Bates que nos descreve, por exemplo, a fácil acessibilidade e o fato de não haver tantos empecilhos para se chegar à cidade:

À primeira vista, Santarém chama a atenção do viajante pela sua vantajosa localização. Embora distante do mar 600 quilômetros, é de fácil acesso a navios de grande calado vindos diretamente do Atlântico. O rio faz apenas duas curvas ligeiras entre esse porto e o mar, e durante cinco ou seis meses

⁵UGARTE, Auxiliomar Silva. **Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI**. In: GOMES, Flávio & PRIORE, Mary del (orgs.). **Os senhores dos rios. Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 4.

⁶“Em 1754 esta povoação e a aldeia vizinha foram confundidas sob a denominação de Santarém com o título de vila, que lhe deu o capitão general do Pará. Em 1833 o conselho do governo provincial tirou-lhe o nome de Santarém e deu-lhe o de Tapajós; mas uma lei provincial de 1848 restituiu-lhe o nome português e deu-lhe o título de cidade” (RELATÓRIO apresentado pelo Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da província do Pará, ao novo presidente da província, Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, 1875)

⁷Naturalista era o indivíduo estudioso das ciências naturais, como a botânica, zoologia e geologia.

⁸Inúmeros viajantes, exploradores e naturalistas passaram por Santarém como o botânico alemão Carl Friedrich von Martius, o zoólogo alemão Johan Baptist von Spix, o naturalista e etnólogo inglês Henry Walter Bates, o naturalista inglês Alfred Russel Wallace, o inventor e viajante francês Hercule Florence, o naturalista italiano Gaetano Osculati, entre outros In: REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. Arthur Cezar Ferreira Reis. – 2.^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. (Coleção Retratos do Brasil; v. 124).

por ano o vento geral sopra no Amazonas quase constantemente, de forma que os navios vindos do estrangeiro chegam até ali sem maiores dificuldades⁹.

Percebe-se que havia certa facilidade para alcançar a região o que favorecia a circulação de produtos e pessoas, desta forma, as narrativas apresentam descrições que exaltam a localidade visitada pelos naturalistas. O naturalista e biólogo Alfred Russel Wallace, por exemplo, informa que

a cidade de Santarém está colocada em lindo local, num declive, na barra do Tapajós, com uma linda praia arenosa e uma pequena colina em uma de suas extremidades, ali existindo uma fortaleza, de paredes de barro, dominando as proximidades do Amazonas¹⁰.

Outros destacam a importância da cidade para a região, como fez Henry Bates ao dizer que, a despeito de não possuir mais que 2.500 habitantes, “trata-se da cidade mais importante e mais civilizada encontrada nas margens do rio principal, desde o Peru até o Atlântico e fica dividida em duas partes, a cidade e a aldeia”¹¹. Cabe ressaltar o que Wallace comenta em sua descrição inicial a respeito da província paraense, que “pelas suas condições naturais pode ser considerada a parte mais rica do vasto Império e a menos conhecida também, tendo assim pouco interesse comercial”¹².

Como vemos, Santarém chamava a atenção por sua localização e sua acessibilidade como mencionou Henry Bates em seus relatos, mas a cidade não atraía olhares apenas pela facilidade de acesso, possuía também relevância dentro do contexto de governabilidade da província paraense, conforme se pode observar na afirmação feita, em 1875, pelo presidente da província do Pará, Dr. Pedro Vicente de Azevedo que ressalta que Santarém “por sua posição vantajosa e por sua população [é] uma das principais cidades do interior da província”¹³.

Santarém no período oitocentista era um dos principais núcleos urbanos do Baixo Amazonas. Em apreciações mais contemporânea, destacamos a observação de José Maia Bezerra Neto, de que Santarém, havia se tornado o mais desenvolvido centro urbano e comercial de toda a região, concentrando 1.270 escravos, que perfaziam 24,2% dos 5.255 habitantes da

⁹BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução Regina Régis Junqueira. Apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 101.

¹⁰WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p.185.

¹¹BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**, p.139.

¹²Lembrando que esta é uma visão de Wallace em sua visita a cidade durante o ano de 1848. In: WALLACE, Alfred Russel, **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**, p.36.

¹³RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIX Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1875. Pará: Typ do Diário do Grão-Pará, 1875, p. 84.

cidade¹⁴. A cidade de Santarém era um importante polo de ligação entre a capital da província do Grão-Pará, Belém, com as demais freguesias do Baixo Amazonas – Alenquer, Monte Alegre, Óbidos – assim como mantinha relações comerciais com a província do Amazonas por sua proximidade com a região.

É importante ainda salientar como era mantida a estrutura urbana que constituía a cidade de Santarém, esse retrato pode ser visualizado através das narrativas dos viajantes, e até dos próprios relatórios provinciais que mencionam as obras e edifícios da cidade.

Ao tratar da estrutura urbana da cidade, as narrativas dos viajantes destacam as casas, as ruas, os meios de transporte, etc. Em relação à forma de organização urbanística da cidade, os relatos dos viajantes são semelhantes, ainda que em largos intervalos de anos, assim é que em 1828, Hércules Florence enfatiza sobre a ordenação das ruas e a aparência da igreja, apresentando que “as ruas são largas, cortadas em ângulo reto e bem alinhadas a cordel. A igreja, bem no centro, a melhor que se me deparou desde São Paulo, tem a fachada ornada de um frontão e de duas torres”¹⁵. Em 1848, descreve Alfred Russel Wallace que:

As casas são limpas e as ruas regulares; mas, não havendo ali veículos de roda e sim apenas alguns cavalos, estes pastam à vontade nas ruas, que são cobertas de ervas e de relvas. A igreja, com as suas duas torres, é um edifício bonito e notável. As casas, em sua maioria, são pintadas de branco ou de amarelo, e os portais, das janelas e das portas, são pintados de um verde muito vivo. No porto, não há desembarcadouro, ou cais, sendo as cargas descarregadas para as montarias, de modo que dificilmente podeis alcançar terra, sem molhardes os pés ou o calçado¹⁶.

Para Henry Walter Bates, por volta de 1851, as ruas estavam sempre limpas e secas, mesmo em plena estação das chuvas, a ordem pública era cuidadosamente mantida e a cidade sempre bem suprida de víveres¹⁷. Mas é no relato de Bates que temos uma visão de como eram as casas que existiam na cidade, distinguindo as habitações pelos grupos sociais. Informa que as casas pertencentes aos brancos e aos comerciantes eram solidamente construídas, tendo muitas delas dois ou três pavimentos e sendo todas caiadas e cobertas de telhas.

Neste sentido, nos discursos oficiais, sobre as construções existentes na cidade, identificamos no relatório provincial de 1875, a menção de que em Santarém “os edifícios públicos são uma boa igreja-matriz, uma excelente casa municipal, na qual se acha a cadeia e

¹⁴ BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)**. José Maia Bezerra Neto. – Campinas, SP: [s.n.], 2000, p. 47.

¹⁵ FLORENCE, Hercule. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**, p.263.

¹⁶ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**, p.185.

¹⁷ BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**, p.143.

subsistem os restos do antigo forte, que inutilmente se pretendeu restaurar em 1867”¹⁸. Enquanto que no relatório provincial de 1884, a descrição da infraestrutura da cidade se dá de forma mais detalhada, que remete a uma diversificação das atividades desenvolvidas na cidade, afirmando que em Santarém

[...] consta de várias ruas, travessas e praças, 300 a 400 casas geralmente boas e de construção moderna, cemitério murado, paço municipal, elegante edifício, boa igreja matriz com altar de mármore branco, uma ermida em construção, sob a invocação de S. Sebastião, padarias, diversas oficinas, 2 tipografias, 2 periódicos o Município e o Baixo-Amazonas, 2 advogados formados e 2 provisionados, 2 boticas, 1 médico, 1 sociedade etnográfica, 11 escolas públicas no município, casas de negócio bem sortidas, coletorias geral e provincial, agências do correio, bilhar, iluminação a querosene, 1 fábrica de licores, vinagre e vinho de caju, cujos produtos foram premiados em duas exposições, olaria a vapor, serrarias, fabricas de cal, extraída de pedras das margens do Tapajós, perto de Itaituba, engenhos de cana de açúcar¹⁹.

Cabe ressaltar também a existência da população indígena que estava presente no cotidiano da cidade e que fazia parte da população local. Contudo, habitavam em espaço reservado para eles, em aldeamento próprio nas cercanias da cidade, conforme retrata Hercule Florence em gravura feita durante sua estadia na cidade (figura 1). Houve a preocupação por parte de Florence em retratar as moradias dos indígenas e mostrar como eram essas construções, através da imagem é possível ver o material que os índios utilizavam para suas casas e assim compreender um pouco da sua rotina. A passagem de Florence por Santarém se deu no ano de 1828, logo a cidade ainda apresentava aspectos rurais associados ao desenvolvimento urbano e como a cidade nasceu a partir de aldeamentos indígenas dos tapajó, no período em questão como retratado por Florence, ainda se fazia presente aldeamentos indígenas nas cercanias de Santarém como pode ser notado na ilustração que Florence destaca em suas narrativas como demonstrado na figura 1:

¹⁸RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIX Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1875. Pará: Typ. do Diário do Grão-Pará, 1875, p. 84.

¹⁹MENSAGEM do General Visconde de Aracaju, Presidente da província do Pará, abrindo a sessão extraordinária da respectiva Assembleia no dia 07 de janeiro de 1884. Pará: Typ do Diário de Notícias, 1884, p. 61.

Figura 1: Aldeamento indígena em Santarém



Fonte: FLORENCE, Hercule. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, p. 256.

Ainda sobre a presença indígena, como vemos na descrição feita por Bates, anos depois, pouco alteraram as condições de moradia desta população, como descreveu o naturalista sobre a aldeia na qual vivia a população indígena em Santarém, eram “quase que exclusivamente de choupanas de barro, cobertas de folhas de palmeiras”²⁰.

1.2. A urbe santarena e sua participação econômica no Baixo Amazonas

No que se refere à questão econômica, na perspectiva de Arthur Ferreira Reis, Santarém foi essencial para a economia da Província do Pará, considerando o historiador que a cidade funcionava como o empório do comércio entre a parte ocidental da Província do Pará e a capital²¹. A mesma servia como entreposto para a região.

Antes de tratarmos especificamente de Santarém, se faz necessário ressaltar os aspectos econômicos da Província do Pará, quais as possibilidades e dificuldades existentes e como isso influenciava na questão econômica da cidade. O relatório provincial de 1875, menciona uma crítica a maneira como a questão agrícola vinha sendo tratada na província. Na fala do presidente provincial é visível o descontentamento em relação ao tratamento que a questão agrícola vinha recebendo dentro da província, na sua perspectiva em detrimento da produção

²⁰ BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*, p. 101.

²¹ REIS, Artur César Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2.^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. (Coleção Retratos do Brasil; v. 124), p. 135.

da borracha, os demais produtos agrícolas foram deixados de lado e isso prejudicou o desenvolvimento da agricultura, assim como o abastecimento das cidades da província, afirmava ele que:

Raros são hoje com efeito os municípios em que esta indústria [da borracha] não tenha dominado de um modo extraordinário, monopolizando os braços que outrora se empregavam na lavoura. Ainda há vinte anos passados cultivava-se, em escala relativamente grande, o cacau, cana de açúcar, arroz, algodão, mandioca, café e exportava-se o seu produto em bruto ou manufaturado, em grande quantidade. A população tinha em abundância os gêneros alimentícios. Fabricava-se a farinha de mandioca e tapioca, o chocolate, o açúcar, tecia-se o algodão grosso, extraía-se muitos produtos, e exportava-se grande quantidade de tudo isso, juntamente com o cacau, arroz, algodão, tabaco e até o café sem prejudicar as necessidades do consumo interno²².

Ainda sobre essa questão da produção agrícola, o presidente provincial explanava em seu relatório as mudanças ocorridas no abastecimento, enfatizando como a província vinha suprindo as suas necessidades de produtos agrícolas, adquirindo de outras províncias, mercadorias como a

carne seca do sul, café do Rio de Janeiro e Ceará, charutos da Bahia, algodão e açúcar de Pernambuco, arroz e farinha do Maranhão e a tanto tem chegado a incúria que uma lei provincial autoriza a Presidência a comprar gado vacum de outras províncias para abastecimento de carnes verdes no mercado da capital²³.

Para o presidente da província no ano de 1875 essa concentração na borracha destruiu outras atividades agrícolas dentro da região, mas isso não significava que seria inexistente a produção agrícola, ela era apenas insuficiente para suprir as necessidades dos municípios que compunham a província, daí a necessidade de buscar suprimento em outras províncias do país, segundo o discurso do presidente provincial. Contudo, estudos recentes se contrapõem a essa visão apresentada pelos presidentes de província do Pará, demonstrando que, apesar das constantes reclamações em relação a produção agrícola paraense, a mesma se manteve em desenvolvimento constante. As pesquisas de Francivaldo Alves Nunes e Luciana Marinho Batista demonstraram a dinamicidade com que se desenvolvia a agricultura na província paraense, mesmo com o avanço da exploração da borracha no período oitocentista. Seus estudos

²²RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIX Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1875. Pará: Typ do Diário do Grão-Pará, 1875, p. 60.

²³Ibidem.

apontam que a proposta de recuo da agricultura em detrimento do avanço da exploração da borracha no período oitocentista na região paraense não condiz com as experiências vividas pela agricultura para o período.

Apesar de inúmeros estudos anteriores definirem o desenvolvimento econômico da província paraense atrelado ao boom da borracha, como é o caso de Ernesto Cruz, Clodomir Viana Moog, Roberto Santos para citar alguns que Luciana Batista menciona e que segundo a mesma veriam a economia paraense como:

Uma economia assentada basicamente sob as atividades extrativas, desde o período colonial, e que, com o aumento da produção e comercialização da borracha, no decorrer da segunda metade do século XIX, teria essa sua característica acentuada. Ou ainda que se refiram à existência de atividades agrícolas, com relativa proeminência, no Pará, consideram que esse tipo de produção teria passado a ocupar um espaço marginal na economia local, a partir daquele mesmo período²⁴.

Nota-se a partir daí que, os estudos recentes relacionados as questões econômicas no Pará vêm quebrando o paradigma de que apenas a borracha fazia a economia girar na região. Tais estudos vêm demonstrando que para “além dos seringais”, havia outras atividades agrícolas como os cacaos, as plantações de arroz, café, por toda a província que fazia a economia se movimentar, aumentando assim as rendas dentro da região, assim como a pecuária e o extrativismo que sempre foi presente.

O que não ocorria na província paraense era uma agricultura de plantation como nas demais regiões do país, o que talvez tenha sido o motivo de se pensar a organização econômica da província como algo insuficiente para a manutenção do território paraense. E dentro desta perspectiva de expansão e diversidade da produção agrícola nas demais áreas provinciais paraenses, Luciana Batista destaca a abordagem de Bárbara Weinstein, quando salienta o seguinte:

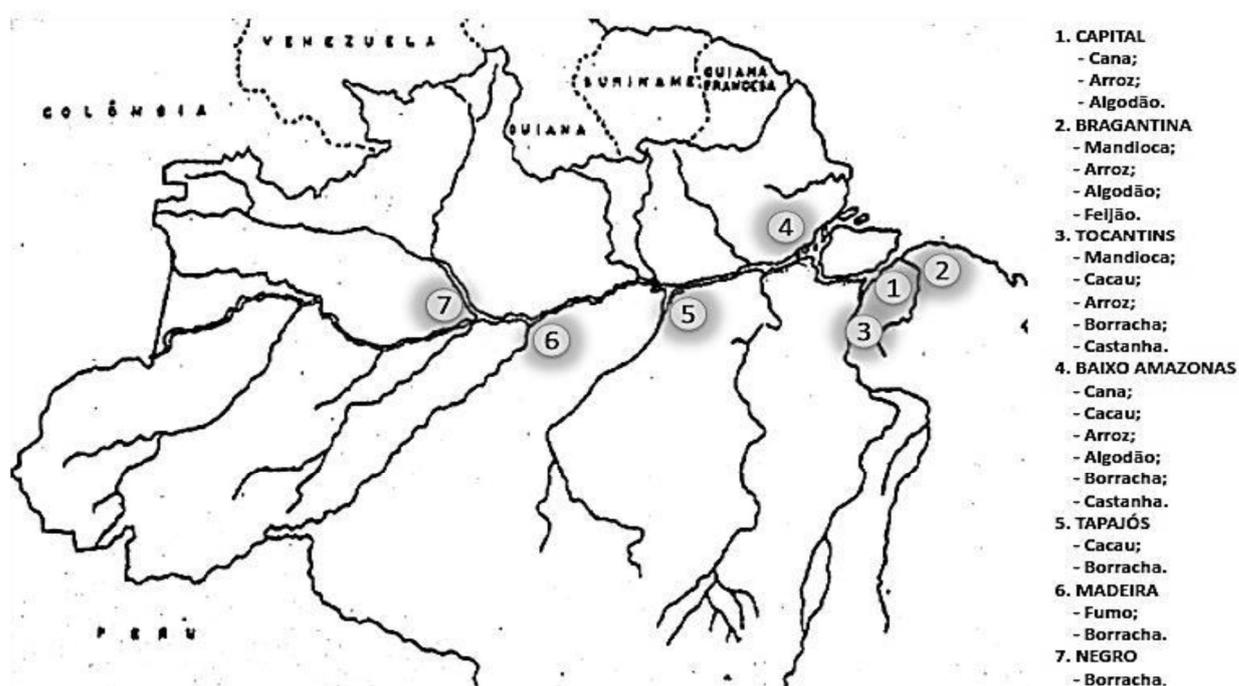
[...] de acordo com Weinstein, no leste do Pará, nas terras ao redor de Belém e nas regiões banhadas pelos rios Guamá e Tocantins, existiram, sobretudo, as culturas do arroz, da mandioca e do açúcar, enquanto a pecuária e os engenhos de cana ganharam espaço na ilha do Marajó. Já no oeste do Pará, na região conhecida como Baixo Santarém, as áreas circunvizinhas a Santarém e as localizadas na desembocadura do rio Tapajós, além das atividades criatórias e culturas agrícolas já mencionadas, vários cacauais também foram cultivados²⁵.

²⁴ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: Elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870**. dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 32.

²⁵BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais**, p. 38.

Isso demonstra como se desenrolava a economia pelo território paraense, mostra a diversidade produtiva e como a província se sustentava para além da exploração do látex. Fazendo uso de uma imagem que Francivaldo Nunes utiliza em sua tese (Figura 2), é possível visualizar como se distribuía a produção dos produtos que eram cultivados na província paraense:

Figura 2: Regiões produtoras e tipos de cultivo na Amazônia (décadas de 1850 e 1860)



FONTE: NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia*, p. 98.

Pelo que demonstra a figura 2, nas atividades agrícolas desenvolvidas na província paraense, é possível visualizar que na região do Baixo Amazonas, área em que Santarém está inserida, eram cultivados diversos produtos, entre eles o cacau. O que se confirma, segundo os dados coletados na documentação avulsa analisada nesta dissertação, que no período de 1871-1888 na região santarena, os proprietários de cativos e os que não possuíam cativos em sua maioria possuíam plantações de cacau como bens arrolados. Daí, entende-se que essa era uma das atividades econômicas significativas desenvolvidas na região, aliada as demais atividades.

Ainda sobre essas atividades desenvolvidas na região do Baixo Amazonas, Bezerra Neto ressalta que

houve uma acentuada concentração da força de trabalho dos escravos de origem africana em torno da chamada Região de Santarém, área demarcada pela presença de atividades econômicas associadas ao uso em maior escala desta mão de obra, ou seja, o cultivo de diversas culturas agrícolas tais como o algodão, o café, o açúcar e, principalmente o cacau; além da criação de gado bovino²⁶.

Como mencionado por Antônio Baena sobre a opulência hidrográfica da região, esta se tornou essencial para o processo econômico, se fazendo importante também ao desenvolvimento da economia de Santarém, como destaca Artur César Ferreira Reis quando diz que “em extremo favorável para o comércio de Santarém é a navegação do Tapajós até a Província de Mato Grosso, a qual é empreendida com maior frequência do que a do Madeira”²⁷.

O presidente da Província do Pará, em 1871, Abel Graça ao comentar sobre a importância do rio Tapajós para a comunicação e o comércio com Mato Grosso, disse que ele

encerra em seu seio, em suas margens e em suas florestas todos os elementos naturais de riqueza, peixes e caça em abundância, anfíbios úteis, produtos vegetais os mais estimáveis, ouro, diamantes, enfim, recursos capazes por si sós de tornarem opulenta a província do Pará²⁸.

Ainda sobre a importância hidrográfica na dinâmica econômica de Santarém, Ferreira Reis destaca o seguinte

Os negociantes de Santarém fazem essa viagem, não simplesmente para estar em trato comercial com os mato-grossenses, mas também para permutar com as duas poderosas tribos dos Mundurucus e Manaués, que vivem ao longo do Tapajós, cravo-do-Maranhão, salsaparrilha, cacau, adornos de penas e o guaraná [...]²⁹.

Percebe-se assim, a importância que assumia o rio que circundava a cidade, sendo um importante elo econômico entre Santarém e as demais regiões vizinhas que realizavam essas trocas comerciais, bem como com as comunidades indígenas próximas. É, pois pelos rios que se exercita todo o trato mercantil interiorano, canoas e barcos são os veículos que andam no

²⁶BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)**, p. 49.

²⁷REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, p. 135.

²⁸RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da XVII Legislatura, pelo Exmº Sr. Presidente da província do Pará Dr. Abel Graça, 1871, Pará: Typ do Diário do Grão-Pará -Travessa de São Matheus n.29, 1871, p. 18.

²⁹REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, p. 135.

meio das mercadorias. Fato este também destacado pelo relatório provincial que menciona que “para o transporte de cargas passageiros há diversos vapores que tocam no porto da capital e um que vai até Itaituba, havendo também grande número de pequenas canoas que percorrem os rios do município”³⁰.

Contudo, não bastava a existência dos rios como meio favorável ao desenvolvimento comercial de Santarém, era fundamental que houvesse um incremento de uma produção pecuária e agrícola, que fossem vistas como relevantes para a economia local. De acordo com Antônio Ladislau Baena, até a década de 1830, os gêneros cultivados em Santarém, eram o cacau, café, mandioca, algodão, tabaco, feijão e milho, porém havia um mau aproveitamento do solo considerado por ele fértil, tornando a produção agrícola da Vila de Santarém, com exceção do cacau, de pouca produtividade, não havendo a preocupação dos lavradores em expandir a produção para aumentar os lucros com a comercialização.

As críticas de Antônio Ladislau Baena sobre a forma como se desenvolvia a agricultura na Vila de Santarém, nas primeiras décadas do século XIX, atingiam também a cultura do cacau, que segundo ele, não era feita de maneira correta. O cacau se fazia presente em quase todas as terras, porém, os produtores de cacau não faziam um plantio adequado do produto, o que gerava pouca produção e um rendimento aquém do que poderiam usufruir caso fizessem um uso adequado da terra para a plantação do cacau. Ao mencionar a criação de gado, esta também é retratada com censuras, pois segundo Baena, os proprietários das poucas fazendas de gado vacum e cavalariço, não tinham grande rebanho, mas eles “poderiam ter longas manadas se estabelecessem as fazendas em paragens de pasto mais suculento, onde as enchentes do rio menos destruição fizessem no gado”³¹.

A despeito das críticas feitas por Baena, a produção agrícola e sua comercialização na Santarém oitocentista, vai se tornando cada vez mais diversificada ao longo dos anos, segundo Artur César Ferreira Reis:

As principais indústrias exercidas na comarca são: a extração da goma elástica nas cachoeiras no Alto Tapajós, a criação de gado Vacum, em maior escala no lago Grande, município de Vila-Franca e a pesca do pirarucu. Exporta cacau, castanha, vinho de caju, óleo de cumarú, licores, salsa, peixe seco (pirarucu), borracha, couros e gado em pé. Na cidade há abundância de melões, atas,

³⁰ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIX Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1875. Pará: Typ. do Diário do Grão-Pará, 1875, p. 84.

³¹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**/ Antonio Ladislau Monteiro Baena -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 432 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 30) p. 254.

cajus, abacates, bananas, tamarindos, laranjas, ovos, etc. É porto de escala de quase todos os vapores que navegam o Amazonas e dos que fazem o serviço da linha de Manaus, subvencionado pelo governo geral [...] ³².

Como se pode observar, Ferreira Reis menciona algumas das atividades que compunham o sistema econômico de Santarém, destacando a produção de gêneros destinados à exportação, assim como a produção agrícola de subsistência que é representada pelas frutas que são mencionadas. Cita ainda a existência de um porto, que serve como escala para diversos vapores que se utilizam dos rios para a navegação, portanto, percebe-se que Santarém detinha uma significativa importância para toda a região, sendo uma rota essencial para diversas vilas dentro da Província do Pará. Tornara-se um mediador entre a Capital da Província e entre o Alto e Baixo Amazonas, assim como entre as províncias do Amazonas e Mato Grosso.

Passados os anos turbulentos, dos conflitos da Cabanagem, com o retorno estável das atividades produtivas rurais, a região buscou encontrar meios de restabelecer o equilíbrio de sua vida econômica, neste contexto, o comércio floresceu. A essa recuperação, Arthur Cesar Ferreira Reis aponta como indicador a presença de agentes consulares da França e Inglaterra, que demonstram que os interesses mercantis locais que visavam o negócio exportador tinham aumentado³³.

O interesse econômico pela região novamente foi retomado, demonstrando sua força de recuperação apesar das dificuldades em que a cidade se viu envolvida. Nesse sentido, são reveladores os dados levantados por Arthur Cesar das arrecadações da renda pública em Santarém, efetuadas pela coletoria provincial entre 1847 e 1867 (Quadro 1), que apontam para uma média equilibrada da arrecadação até o ano de 1853, considerando-se que os dados iniciais da mostra são bianuais. Em contrapartida, o ano de 1867, aponta para um incremento considerável da arrecadação tributária da coletoria de Santarém, em comparação ao arrecadado em 1853.

QUADRO 01: Rendas públicas arrecadadas pela coletoria provincial

Anos	Arrecadação \$
1847 a 1848	5: 453\$191
1848 a 1849	6: 589\$748

³² REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, p. 151.

³³ REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, p. 159.

1851	4: 032\$756
1852	3: 983\$690
1853	4: 527\$186
1867	11:966\$199

Fonte: REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, p.164.

Contudo, podemos observar que esse desenvolvimento econômico foi se ajustando às demandas tanto internas, quanto externas, que podem ser percebidos no relatório provincial de fevereiro de 1875, na apresentação das informações sobre a produção agrícola e comércio exportador de Santarém. E ainda é possível analisar a diversidade de produtos do comércio exportador, que o faz de “grande quantidade de cacau, borracha e peixe seco, em menor escala couro, carne, peles diversas, salsa, óleo, algum gado em pé para a província do Amazonas e vinho de caju para esta capital”³⁴.

O relatório provincial destaca ainda que dentre os fatores que contribuíram para o enfraquecimento da expansão do cultivo do cacau em Santarém estava a falta de braços escravos, que de lá fugiam para os quilombos, bem como, segundo informações repassadas pela câmara de Santarém, o que o município precisaria para prosperar era de braços inteligentes que soubessem aproveitar as terras férteis que abundava na cidade³⁵. Neste sentido, se impõe a compreensão sobre a composição da população santarena oitocentista, que será abordada no próximo item deste capítulo.

1.3. A diversidade populacional da cidade de Santarém.

Nomeado pelo governo para compor uma comissão encarregada de levantar dados estatísticos da província, em 1832, Antônio Ladislau Baena, cujos dados foram depois divulgados em seu ensaio corográfico, declara sobre os problemas encontrados e de como

³⁴RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIX Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1875. Pará: Typ. do Diário do Grão-Pará, 1875, p. 84.

³⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIX Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1875. Pará: Typ. do Diário do Grão-Pará, 1875, p. 84.

deveriam ser feitos os registros demográficos, para que se chegasse à exatidão do quantitativo populacional da província paraense, que seria

preciso que tivéssemos listas de população Paroquial formalizadas com todo o cuidado de ano em ano, nas quais além da enumeração dos indivíduos e dos fogos, com a especificação da idade das mulheres casadas para se conhecer o número dos que fomentam a população, e por consequência dos homens sobre quem o Estado estriba as suas esperanças, se achassem inscritos os nascimentos, os batismos, e os óbitos dos expostos, e dos outros infantes, as criaturas que morrem na aurora da vida, os que falecem antes da idade da puberdade, e finalmente as transições de estância. Por meio pois de Listas assim arranjadas é que somente se poderá conhecer se estacionaria, ou crescente, ou decrescente a população do Pará³⁶.

Entretanto, as soluções indicadas por Baena não foram implementadas, permanecendo os levantamentos censitários da Província do Pará, na primeira metade do século XIX, considerados pela historiografia de um modo geral, problemáticos e imprecisos, haja vista a falta de informações estatísticas de várias freguesias no processo de levantamento realizado pelas comissões designadas para tal arrolamento em 1849 e 1850, e até mesmo os dados populacionais de 1862 foram calculados tomando por base o que havia sido levantado em 1854³⁷.

Em 1870, o Ministério do Império enviou aviso aos presidentes provinciais requisitando informações a respeito do contingente populacional de cada província. Os dados coligidos no Pará foram bastante imprecisos, arrolando dados de somente 53 distritos dos 88 existentes na província, os quais indicavam que a população total no Pará era de “139.526 habitantes; sendo 124.719 livres e 14.807 escravos”³⁸.

Visando superar os problemas já indicados pelos antigos recenseadores provinciais, na expectativa de promover um maior controle e exatidão estatística, em 1872, o governo central estabeleceu um Recenseamento Geral do Império. Os dados censitários para a Província do Pará, que podemos observar na tabela 01, revelaram ser bem superiores aos coligidos no ano anterior, o que nos possibilita deduzir que houve um avanço no levantamento das informações que haviam deixado lacunas anteriormente. A população escrava no Recenseamento Geral era

³⁶ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**, p.20.

³⁷ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 8-9.

³⁸ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XVIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Domingos José da Cunha Junior em 1º de julho de 1873. Pará: Typ. do Diário do Grão-Pará -Travessa de São Matheus n.29,1873, p. 43.

estimada em 27.458 pessoas, representando 9,98% da população, quase o dobro do contingente apontado no impreciso relatório provincial.

TABELA 01: Dados da população paraense – 1872

	População livre	População escrava	Total geral (livres e escravos)
Homens	128.589	13.908	142.497
Mulheres	119.190	13.550	132.740
Soma	247.779	27.458	275.237

Fonte: IBGE, Recenseamento do Brasil – 1872, pg. 211.

Como é possível observar, o Recenseamento Geral nos mostra que não há uma discrepância tão acentuada no quantitativo de homens e mulheres dentro da província. A relação proporcional entre homens e mulheres, em todo o universo paraense incluídos aí livres e escravos, era até certo ponto equilibrada. As mulheres formavam 48,22% da massa populacional paraense, enquanto os homens representavam 51,77% desse contingente.

Recentemente, ao estudar a presença negra no Pará, José Maia Bezerra Neto indicou no seu trabalho o quantitativo e o percentual de escravos existentes na província paraense entre 1823 a 1888, a partir de um levantamento feito em diversos trabalhos publicados sobre o tema, dentre este levantamento, destacamos os anos que compreendem o período de 1862-1888 (QUADRO 02).

QUADRO 02: População escrava no Grão-Pará (1862-1888)

Ano	População	Escravos	Escravos %
1862	215.923	30.623	14,18
1872	275.237	27.458	9,98
1882	274.883	24.763	9,00
1888	280.676	10.535	3,75

Fonte: BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (Séculos XVII-XIX)**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2012. p. 221

Como é possível observar através do quadro 2, em meados do século XIX, a presença dos escravos no Pará era menor que 15% em relação a população livre da província. Se compararmos os anos de 1862 e 1888 a queda da população escrava no quadro populacional é bem drástico, isso atrelado aos diversos fatores que vinham ocorrendo ao longo dos anos dentro do Império brasileiro, em se tratando da diminuição da atividade escravista, como a lei do Ventre Livre, as cartas de alforrias e pôr fim, a lei de liberdade aos escravos. Entre o decênio 1872/1882 a população cativa se manteve estável, com uma variação de pouco mais de três mil escravos de diferença ao longo do período.

A partir dessas informações é interessante perceber como se compunha a formação dessa população na província. Quando se trata da constituição populacional da região é possível observar certas diferenças principalmente entre os relatos dos viajantes. Segundo Hercule Florence, na província do Pará os negros e mulatos são em pequeno número, porque, “tendo logo em princípio sido os índios reduzidos à escravidão, tornou-se tardia e menos ativa do que em outros pontos do Brasil a introdução dos filhos da África”³⁹. Na abordagem de Alfred Wallace que também faz menção à população mestiça da região, ele vai destacando que “os habitantes do Pará apresentam a mais variada e a mais curiosa mistura de raças”⁴⁰. Como vemos, essas características chamaram a atenção dos viajantes europeus.

Os mestiços presentes na população que formou a província paraense são descritos por Antônio Baena, que aponta a diversidade da população constituída na região, enfatizando a miscigenação existente e destacando que a denominações destes mestiços:

[...] resta-nos dizer que esta população é mesclada de homens brancos, de pretos, de indianos, de pardos, de mamelucos, de curibocas, e de cafuzos. Esta heterogeneidade provém dos brancos haverem aliado o seu sangue com o dos cafres e dos indianos, e da mesma sorte os indianos com os cafres. Da mescla dos brancos com as indianas procedem aos mamelucos: da dos pardos com as pretas os cafuzos, a que em outras partes denominam bujames: e da dos indianos com as mesmas pretas os curibocas⁴¹.

Quando se trata especificamente sobre a realidade da população que compunha a cidade de Santarém, o naturalista Hercule Florence, estimou ser a cidade composta de 8 a 10 mil pessoas, divididas por cinco classes por ele enumeradas de “brancos, índios, mamelucos, mulatos e negros”⁴². Sobre os mamelucos, mestiços de brancos com índios, disse o viajante que eram mais claros que os índios, com hábitos similares e que falavam a mesma língua. Florence foi bem detalhista quanto às tipificações da população da cidade de Santarém, no entanto, há de se mencionar que essa perspectiva de população miscigenada apresentada por Florence difere da que Henry Bates descreve em sua narrativa sobre a cidade. Os dois viajantes divergem em se tratando de miscigenação ao que se refere a formação da população santarena.

Para Henry Bates essa mistura de índios com brancos não teria sido assim tão profunda nas cercanias santarena, em sua visão não parecia existir na cidade uma mistura tão extensa

³⁹ FLORENCE, Hercule. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**, p. 265.

⁴⁰ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**, p.42.

⁴¹BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**, p.21.

⁴²FLORENCE, Hercule. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**, p. 264.

entre brancos e indígenas e a população branca se sobrepunha as demais etnias que constituía o município:

Os brancos – portugueses e brasileiros – são ali relativamente mais numerosos do que em outras cidades; constituem os comerciantes e os donos das lojas do lugar, os que tem escravos, fazendas de gados e plantações de cacau, e eles gostam de aparentar que são altamente civilizados. Entre as principais figuras do lugar devem ser mencionadas também as autoridades civis e militares, geralmente homens inteligentes e bem-educados, vindos de outras províncias. [...]; a classe baixa é composta de mestiços (além de uns poucos escravos), nos quais predominam o sangue negro⁴³.

Percebe-se que em suas descrições Bates faz questão de enfatizar que “os moradores da cidade que constituem a classe abastada são predominantemente brancos e que aquelas pessoas por ele consideradas mais intelectuais são oriundas de outros lugares do país”.

É interessante destacar também como esses viajantes percebem e retratam a presença dos indígenas na cidade. Enquanto Bates salienta que pouco indígenas viviam na cidade, Florence se posiciona de forma contrária e faz uma descrição detalhada sobre a presença dos indígenas pela cidade, demonstrando que estes ainda eram úteis para alguns serviços dentro da comunidade local

Os índios são geralmente apelidados *tapuios* e menos cobreados que os das matas. Livres por lei o são de fato, graças mais às florestas do que pelo respeito que merecem seus direitos. Dóceis e, embora indolentes, são eles que fazem quase exclusivamente a navegação dos inúmeros rios da província do Pará⁴⁴.

Pelas anotações de Florence, a população indígena se fazia ainda importante como mão de obra dentro da cidade, demonstrando assim que as relações estabelecidas dentro da sociedade santarena era ampla e envolvia diversos agentes sociais. Essas relações sociais e mesmo de serviços não simbolizavam uma harmonia dentro da sociedade santarena. Florence em seus relatos enfatiza a forma de pagamento dada ao trabalho indígena por aqueles que usufruíam dos seus serviços prestados, dando a entender que estes não recebiam um pagamento digno e também não reivindicavam isso, contentando-se com pouco: “uma choupana, umas plantaçozezinhas, algumas galinhas, roupa pouca de algodão, uma viola, eis o que desejam”⁴⁵.

⁴³BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**, p. 140.

⁴⁴FLORENCE, Hercule, **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**, p. 264.

⁴⁵FLORENCE, Hercule. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**, p. 264

Há de se observar contudo que, na visão de Florence o pouco apreço da população indígena em relação ao pagamento recebido pelos serviços que prestavam dentro da cidade não eram garantia de mão de obra barata, farta e fiel, pois estes trabalhadores não viam na obrigação de se manterem presos a quaisquer que fosse o ofício a que estavam desempenhando.

A performance desses trabalhadores também é relatada pelo viajante Florence que demonstra a volatilidade com que essa mão de obra trabalhava, não sendo assim funcionários tão dignos de confiança quando a serviço de seus contratantes, pois:

Quando lhes dá na cabeça, deixam o amo sem se lhes importar com o que devem ou têm que receber. Nem fazem caso da roupa e objetos de propriedade sua, quando não se lhes entregam. Fogem para o mato, deixando a casa no momento mais urgente ou a canoa em meio da viagem. O que pode ainda prendê-los é a aguardente, que apreciam mais que o dinheiro⁴⁶.

Isso mostra, ainda na percepção de Hercule Florence, o quanto seria difícil manter uma mão de obra para as tarefas diárias ou mesmo para atividades que requeriam experiências marítimas como em caso de viagem. Essa necessidade de mão de obra também é mencionada por Henry Walter Bates, quando diz que era “quase impossível conseguir qualquer tipo de criado em Santarém; os homens livres eram orgulhosos demais para se empregarem, e os escravos muito poucos e muito necessários aos seus donos para que fossem alugados a outrem”⁴⁷.

Esse entendimento de que o contingente de escravos na cidade de Santarém era baixo, se faz presente também na fala de Arthur Cesar Ferreira Reis, que considera pequeno o quantitativo de escravos em relação ao contexto geral da província

Os brancos, portugueses e brasileiros, constituem aqui uma classe mais numerosa que em outros centros, e têm grandes pretensões à civilização; são merceeiros da praça, senhores de escravos, donos de fazendas de gado e de plantação de cacau. Entre os principais residentes devem ser igualmente mencionadas as autoridades civis e militares, que são gente inteligente e de boas famílias de outras províncias. Poucos índios vivem na cidade; esta é muito civilizada para eles, e a classe inferior é constituída (além de alguns escravos) de mestiços, em cuja composição predomina o sangue negro⁴⁸.

Além de serem considerados poucos, a população escrava estava inserida na chamada classe inferior, como assim caracterizou Ferreira Reis e os demais eram vistos como a elite da sociedade santarena, pois dentre os brancos portugueses e brasileiros estes eram senhores de

⁴⁶Ibidem, p. 264.

⁴⁷BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**, p. 140.

⁴⁸REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, p. 140.

escravos, donos de fazenda, ou seja, eram quem simbolizavam a população de prestígio da sociedade santarena.

Dentro dessa perspectiva de dificuldade em conseguir mão de obra para os serviços diários, Henry Walter Bates ainda destaca alguns ofícios que existiam dentro da cidade, “as pessoas de cor ocupam-se também com vários trabalhos artesanais. A cidade tem dois ourives que são mulatos, contando também com vários aprendizes; os ferreiros são geralmente índios, como ocorre em praticamente toda a província”⁴⁹. Bates nos dá assim uma visão superficial dos serviços e ofícios que eram exercidos dentro do espaço santareno.

Se afastando um pouco do quantitativo geral de contingente populacional da província paraense como um todo e indo em direção ao micro, ou seja, enfatizando a região do Baixo Amazonas em que Santarém se apresenta, iremos nos valer da pesquisa de Daniel Barroso, que se apoiou em fontes primárias com estatísticas populacionais para os anos de 1848 e 1872. Nesse sentido, segundo informações obtidas para 1848, a população do Baixo Amazonas era de 28.755 pessoas, sendo livres 24.772 (86,15%) e cativos 3.983 (13,9%). Por outro lado, em 1872, o contingente populacional da região do Baixo Amazonas apresentou em números absolutos um aumento, passando a 41.503 pessoas, sendo livres 38.907 (93,7%), entretanto o número de cativos que foi 2.596 (6,3%)⁵⁰, indica que seguiu a tendência da baixa do número dos cativos observado no levantamento da Província.

Ao prosseguirmos mais ainda em direção as minúcias populacionais no que tange especificamente à cidade de Santarém, veremos que o contingente populacional de livres e escravos se comparado aos dados gerais é relativamente tímido. Segundo dados do recenseamento de 1872, Santarém possuía uma população livre de 7.755 pessoas e cativos 990⁵¹.

É importante salientar, contudo que, apesar do quantitativo pouco expressivo na visão dos viajantes e mesmo nos dados censitários levantados, quando se trata da população negra na província e mesmo na cidade de Santarém, isto não representou pouca relevância da presença negra na cidade. Entende-se a relevância da presença negra dentro da região e o quanto isso modificou a construção histórica, social e econômica do território paraense e da cidade de

⁴⁹BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*, p. 140.

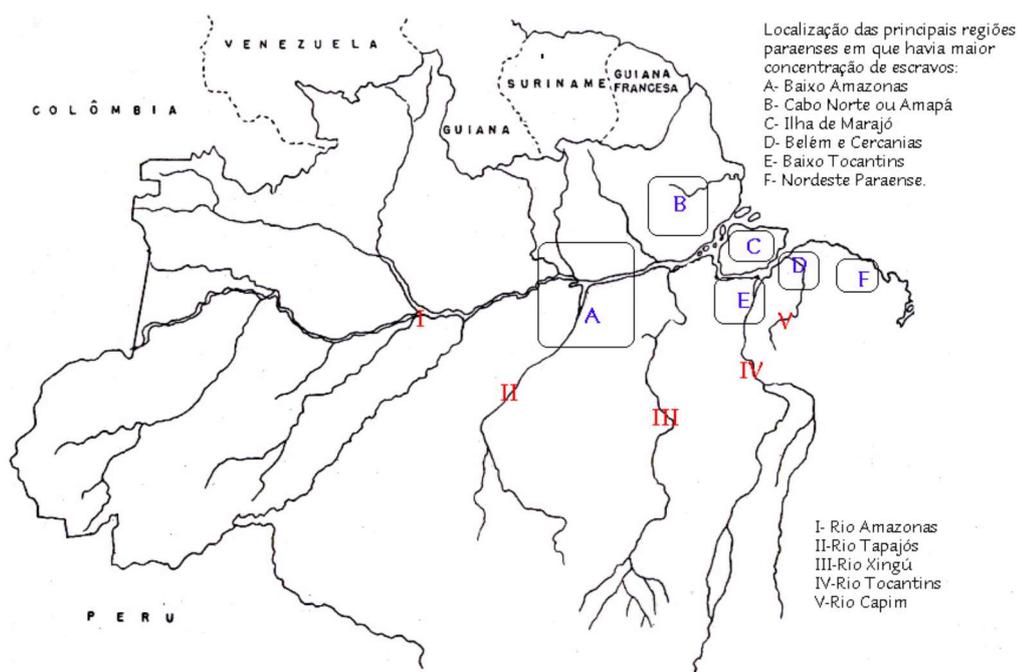
⁵⁰BARROSO, Daniel Souza. *O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017. 342 f., p. 101.

⁵¹ IBGE, Recenseamento do Brasil – 1872, pg. 175.

Santarém.

Diante da extensão territorial da província paraense é notório que a ocupação do espaço se desse de forma pouco usual, levando em contas as distâncias das comarcas, suas peculiaridades, seus mecanismos de desenvolvimento suas rotas de chegadas e alinhado a isso o povoamento dessas localidades. Daí, entende-se que o uso de mão de obra escrava se fazia mais presente em regiões com mais relevância para a província paraense. Vemos com isso os principais pólos de concentração em que se encontrava as populações escravas dentro da província como podemos notar na figura 3:

Figura 3: Principais regiões da Província do Grão-Pará, nas quais encontravam-se concentrada a população escrava.



Fonte: Mapa adaptado de Anaíza Vergolino-Henry & Arthur Napoleão Figueiredo. A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica. Belém, Arquivo Público do Pará, 1990.

Como podemos observar através do mapa (figura 3), algumas regiões dentro do Pará concentravam o contingente populacional escravo, entre esses polos estava o Baixo Amazonas que tinha como principal cidade, Santarém. Como comarca principal da região, todas as atividades das cidades vizinhas que envolviam demandas escravas, como matrículas dos cativos, relações de compra e venda de escravos etc, passavam pelo juizado de Santarém⁵².

⁵² Como exemplo, temos o livro de compra e vendas de escravos de Santarém, em 1882, que aponta a cidade como importante polo de mercado escravista dentro da região do baixo Amazonas. O negócio de compra e venda de

Essas relações, comerciais/sociais, foram importantes para o desenvolvimento local e da região do Baixo Amazonas como um todo, pois, abriam possibilidades de negociações entre os moradores das cidades próximas como Alenquer, Monte Alegre, Aveiro, Itaituba com a cidade de Santarém, aumentando assim a rotatividade dos negócios entre a população e a melhoria da economia nessa região e estabelecendo relações de comércio entre os moradores dessas cidades vizinhas.

1.4. A organização política administrativa de Santarém no Oitocentos

Em meio a todo o cenário político turbulento vivido pelo país, o governo municipal foi exercido por figuras que se destacavam no cenário político, social e econômico local, sendo estes liberais e conservadores que subiam e desciam na escada das posições⁵³. Alfred Russel Wallace, em relação ao corpus governamental, destaca que

O governo executivo local consiste em: o comandante militar, que tem o encargo do forte e de uma dúzia ou duas de soldados; o comandante dos trabalhadores, que superintende os índios, empregados em qualquer serviço público; o juiz de direito ou juiz criminal e civil da comarca; o delegado de polícia, que se encarrega da administração dos passaportes e dos serviços de vigilância etc.; o vigário ou sacerdote; e alguns outros funcionários, que lhes são subordinados⁵⁴.

Nota-se a organização da estrutura administrativa da cidade, no entanto Wallace não destaca a organização da Câmara Municipal, mas ressalta outros agentes que se faziam presentes e que detinham autoridade, fosse ela civil militar ou religiosa na cidade.

Sobre a organização político-administrativa da época, Vera Alárcon Medeiros salienta que a imensa distância entre o centro e as províncias, as dificuldades de comunicação e transporte demandavam a ramificação do aparelho de Estado por todo o território nacional e que a partir da década de 1830, o governo das províncias passou a ser composto de Assembleias Legislativas e presidências⁵⁵.

escravos não se limitava apenas à cidade de Santarém, mas abrangia as demais cidades vizinhas a Santarém como Alenquer, Aveiros e demais regiões próximas.

⁵³ REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, p.122.

⁵⁴ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**, p.186.

⁵⁵MEDEIROS. Vera B. Alarcón. **Incompreensível colosso, A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)**. Universidade de Barcelona Faculdade de Geografia e História Departamento de Antropologia Cultural e História da América e África Programa de Doutorado: Estado e sociedade na América e África Biênio: 1990-1992 Barcelona, 2006, p.39.

Em Santarém essa realidade também se fez presente, e a primeira Câmara Municipal constituiu-se com um padre como presidente e mais seis vereadores, demonstrando que o poder político na cidade não se limitava a agentes políticos civis, mas se fazia presente também com religiosos⁵⁶.

Nesse sentido, o poder civil, militar e o religioso asseguravam à cidade de Santarém uma posição preponderante, de que usufruía, no entanto lhe impunha obrigações severas de ordem pública e espiritual, que tratou de defender para mantê-la⁵⁷. O que se deve levar em conta é a importância de Santarém dentro de um emaranhado de relações políticas, econômicas e sociais que a então Província do Pará vinha passando durante o período oitocentista.

E é nesse meio, cheio de transformações, que irão se desenvolver laços familiares até então pouco destacados por viajantes e cronistas. Relações familiares construídas a partir de uniões até então deixadas à margem dos relatos dos viajantes, pois estes muitas vezes não se detinham em retratar a constituição familiar de escravos, ou quando mencionavam, faziam de forma esparsa e pouco comum, como se fossem acontecimentos raros.

A partir desse contexto oitocentista em que Santarém se encontrava, abordaremos as possíveis relações familiares de escravos, buscando compreender em que circunstâncias se davam essas formações, assim como analisar os meios utilizados para equacionar o sistema de poder existente para a sustentabilidade familiar cativa, mas antes dessa abordagem é pertinente fazermos o levantamento dos proprietários de escravos santarenos, caracterizar o perfil desses escravistas e salientar até que ponto a implementação da Lei do Ventre Livre ocorrida em 1871, se tornou determinante ou não na manutenção da escravaria na cidade, já que, o recorte temporal da pesquisa se inicia no ano de implementação da dita lei.

⁵⁶ REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**, p.122.

⁵⁷ REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. p.101.

CAPÍTULO 2

Estabelecendo relações sociais – as linhas de sociabilidades tecidas pela população santarena.

2.1. Senhores escravistas: o perfil dos proprietários de escravos no universo santareno

Os vínculos estabelecidos pela população que compunha a cidade de Santarém ultrapassavam os limites geográficos. Por ser a principal comarca da região, todas as conexões fossem elas econômicas ou sociais, se desenvolviam a partir do universo santareno. Para que seja possível estabelecer as relações sociais e econômicas desenvolvidas entre a população, incluindo aí os donos de escravos, é pertinente fazer a identificação, através de nossas fontes, dos proprietários de cativos e a partir daí traçar as sociabilidades que foram sendo desenvolvidas com os demais moradores de Santarém e das cidades nos arredores, assim como fazer um esboço de como se dava o desenvolvimento econômico daqueles cidadãos que não possuíam escravos.

É pertinente ressaltar que, os apontamentos feitos ao longo do texto partem de uma análise dentro das possibilidades que as fontes utilizadas nos dispõem, portanto, são aproximações possíveis da realidade vivenciada para o período em que a pesquisa é desenvolvida, entre 1871 a 1888, visando a contribuição ao campo historiográfico ainda em construção na região do Baixo Amazonas, na qual Santarém está inserida.

Uma das questões que emergiram durante a pesquisa, dizia respeito ao perfil dos proprietários de escravos em Santarém. Se fazia necessário também compreender quantos e quem eram aqueles que possuíam escravos na região, para tanto, iniciamos um mapeamento dos proprietários de cativos através de nossas fontes. Além de haver a necessidade de fazermos também uma identificação entre esses proprietários daqueles que não possuíam escravos, pois segundo Vidal Luna

O caso brasileiro mostra uma imensa diversidade de usos dos escravos em outras áreas fora da grande lavoura. Além disso, encontramos produtores sem escravos em todos os tipos de atividade, com exceção do fabrico de açúcar. É essa diversidade no uso dos cativos e de produtores sem escravos a principal característica do escravismo brasileiro⁵⁸.

⁵⁸LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**/Francisco Vidal Luna, Herbert S. Klein – [São Paulo]: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p.138.

Para fazer o levantamento da estrutura escravocrata existente em Santarém partimos do quantitativo populacional presente na cidade, assim, utilizou-se os dados do Recenseamento Geral de 1872, para termos um parâmetro de como estaria distribuída a população livre santarena. Segundo dados do recenseamento de 1872 a população estabelecida em Santarém era de 8.745 almas, incluindo aí a população livre e escrava⁵⁹. Como o que se pretende demonstrar nesse item é o perfil da população livre residente na cidade de Santarém, trataremos na tabela 2, apenas dessa parcela da população, sem os cativos inclusos:

TABELA 02: População livre de Santarém, por sexo, estado conjugal, cor e nacionalidade –1872.

	Total	Solteiros	Casados	Viúvos	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Brasileiros	Estrangeiros
Homens	3.866	2.970	669	129	1.594	712	134	1.426	3.731	135
Mulheres	3.889	3.038	667	252	1.550	810	141	1.388	3.832	57
Soma geral	7.755	6.008	1.336	381	3.144	1.522	275	2.814	7.563	192

Fonte: IBGE, Recenseamento do Brasil – 1872, pg. 176

Dentro deste contingente populacional listado como livres, o primeiro destaque é o equilibrado número entre homens e mulheres, sendo que o contingente feminino total era ligeiramente superior ao masculino, na ordem de 50,01% do sexo feminino. Mantendo-se a mesma proporção entre homens e mulheres, quando se observa o contingente livre por nacionalidade brasileira. O que já não ocorre quando observada a nacionalidade estrangeira, onde os homens representam 70,3 % dos estrangeiros na cidade.

Se observarmos a população santarena em relação ao seu estado conjugal nota-se os solteiros são majoritários (45,5%), excluindo-se neste computo as crianças de 0-10 (2.478), ao passo que os casados representam 17,22% da população arrolada em Santarém pelo Recenseamento Geral.

É a partir do levantamento dessa população livre que será traçado o perfil dos escravistas que havia em Santarém. Iniciando o nosso mapeamento dos proprietários de escravos pela documentação avulsa disponível no CDHBA/UFOPA, localizamos 223 documentos, entre 1871 a 1888, que por sua natureza arrolavam os bens móveis, de raiz e semoventes de seus proprietários. Assim, identificamos a presença de escravos em 60 documentos compulsados, a saber: 51 autos cíveis de inventários *post-mortem*⁶⁰ e 9 documentos diversos (autos cíveis de

⁵⁹ IBGE, Recenseamento do Brasil – 1872, pg. 175.

⁶⁰Dentre estes, 27 inventários apresentavam as matrículas dos cativos inclusas, o que nos possibilitou uma gama de informações mais detalhadas a respeito dos cativos que estão mencionados na documentação

testamento, partilhas de bens, codicilos e tomadas de contas de testamentárias). Nos documentos restantes, não detectamos nenhuma menção a escravos ou seus proprietários, o que nos leva a crer que o número de indivíduos que não possuíam escravos dentro da região era maior do que os que possuíam, pelo menos, nesta amostra, assim é indicativo, do peso minoritário de proprietários de escravos presentes nos inventários e testamentos.

Na busca pela identificação dos proprietários de escravos, além dos documentos avulsos, citados anteriormente, exploramos os dados de três livros de registros de testamentos da comarca de Santarém⁶¹. Neles foram detectados 66 testamentos, dos quais identificamos 26 testamentos que possuíam escravos (sendo dois testamentos feitos em comum por casais).

Avançando a pesquisa, compulsamos também os registros de batismo da paróquia de Santarém, guardados na Cúria Diocesana, para o período de 1871 a 1888, assim cruzando os dados encontrados nos registros detectamos outros 83 proprietários de escravos. De forma que, após o cruzamento nominal dos proprietários de escravos nos diversos documentos, foram excluídos aqueles que apareciam mais de uma vez, e chegou-se ao total de proprietários com escravos encontrados na documentação examinada (documentos avulsos, livro de registros de testamentos e registros de batismos) de 140 escravistas na região santarena.

Com base nessa documentação foi feito o levantamento inicial dos senhores escravistas da região santarena, partindo-se depois para construção e análise do perfil desses proprietários através do corpus documental específico. Temos ciência que a amostra de proprietários escravistas que detectamos nesta documentação não representa a totalidade dos proprietários existentes na região, contudo acreditamos que a mostra levantada é significativa o suficiente para auxiliar na análise tanto dos proprietários, quanto dos próprios escravos.

Desta feita, traçamos como objetivo identificar por sexo, quantos e quais eram os proprietários de escravos. Num primeiro momento, fizemos o levantamento dos escravistas na documentação cartorial (testamentos, inventários post-mortem, partilhas de bens, etc), na qual identificamos 69 documentos que apontavam a presença de escravos e seus respectivos proprietários, entretanto, entre eles estavam 5 documentos (dois testamentos e três inventários) que foram feitos em comum pelo casal. Optamos por subtrair esses documentos da mostra apresentada no quadro 3, apresentando somente os proprietários individuais:

⁶¹ CDHBA/UFOPA Livros de testamento de 1867-1873, de 1873-1882 e 1883-1889.

QUADRO 03: Distribuição dos escravagistas por sexo

Inventários e testamentos		Registros de batismos	
Proprietários masculinos	38	Proprietários masculinos	59
Proprietários femininos	26	Proprietários femininos	24
Total	64	Total	83

Fonte: CDHBA/UFOPA

Fonte: Registros de batismos

Nota-se que, embora os proprietários masculinos sejam a maioria em ambas as documentações, a presença feminina não é desprezível. Na documentação avulsa as mulheres representam 40,62% do total de proprietários diante de 59,38% dos homens, já nos registros de batismos a presença feminina é menor ficando por volta de 28,57% frente aos 71,43% de homens. A tendência observada em Santarém de predominância masculina na propriedade dos escravos se apresenta semelhante à encontrada por Daniel Barroso para o núcleo urbano de Belém, que ressalta essa predominância a partir dos dados analisados para a sua pesquisa, entre 1810 e 1888. Contudo, como afirma o autor, observou-se que foi perceptível a presença feminina entre os escravistas e até mesmo um certo crescimento das proprietárias de escravos do sexo feminino analisado por Barroso⁶².

Apesar da análise de Daniel Barroso se pautar em um período mais longo que o abordado neste trabalho, compreende-se que a inserção da mulher como proprietária de escravos na região de Santarém poderia estar ligada aos mesmos resultados apontados por Barroso para a região de Belém, onde afirma que

Não dispomos de elementos que nos ensejem explicar, com precisão, o crescimento do peso relativo das mulheres no conjunto dos escravistas do núcleo urbano central de Belém que compõem a nossa amostra. Entretanto, o concomitante incremento da participação relativa dos escravos sob a posse de mulheres se deu não apenas em decorrência daquele primeiro crescimento (o de mulheres escravistas em nossa amostragem para os proprietários de cativos), mas também em virtude de uma tendência a um maior equilíbrio no número médio de escravos sob a propriedade de homens e mulheres escravistas⁶³.

⁶² BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017. 342 f., p.126.

⁶³Ibidem, p.127.

Sobre esse aspecto, a presença de mulheres proprietárias de escravos, José Flávio Motta ressalta que o pequeno peso relativo de mulheres entre os proprietários de escravos que encontrou na região de Bananal durante o período inicial oitocentista decorria, em grande medida, do fato de a posse do plantel ser, como regra geral, sempre atribuída, no caso de escravistas casados, ao cônjuge do sexo masculino, a menos, segundo Motta, que houvesse no documento alguma situação que fosse contrária à regra⁶⁴.

Podemos assim considerar que as regras de uma sociedade patriarcal para a elaboração dos documentos poderiam de alguma forma camuflar o panorama real da presença feminina no universo escravista. Todavia, como bem salientou Flávio Mota, existem documentos que podiam dar visibilidade a posse de escravos por mulheres, através de outras circunstâncias, como observamos no testamento de Antônio Joaquim Alves, em 1878, no qual indicava que sua mulher Gregória Ana Pereira Lima, deveria ficar com a escrava Felícia “ por ter esta sido comprada com dinheiro dela, produto de suas economias e de vendas de hortaliças”⁶⁵.

No entanto, apesar da presença feminina entre os escravistas paraenses, Daniel Barroso enfatiza que “a historiografia dedicada à estrutura da posse de cativos no Brasil vem evidenciando, mesmo em relação a contextos socioeconômicos por vezes bastante distintos, algum predomínio dos homens em meio dos proprietários de escravos”⁶⁶.

Neste sentido, quando averiguada a situação matrimonial destes proprietários de cativos como forma de determinar se os que detinham escravos eram mais aqueles escravagistas que haviam constituído família (entende-se que o peso de manter uma família perpassava pelo entendimento de que havia a necessidade de manutenção econômica e para isso, deter um quantitativo significativo de escravos seria importante para garantir a sustentabilidade econômica familiar) ou não, pois, segundo Vidal Luna

Numerosos estudos sobre renda e riqueza no Brasil pré-abolição demonstraram que os escravos representavam uma parte significativa da riqueza pessoal. Embora haja variações conforme o tempo e o lugar, os resultados desses estudos sobre riqueza indicam que em geral os cativos compunham cerca de 30% do patrimônio das pessoas abastadas no Brasil⁶⁷.

⁶⁴ MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)** / José Flávio Motta. – São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 116.

⁶⁵ CDHBA/UFOPA (Livro de registros de testamento do juízo municipal 1873-1886 – livro número 10) p. 21. Testamento de Antônio Joaquim Alves de Lima – 1878.

⁶⁶ BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p.219.

⁶⁷ LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**, p.143.

Já entre os proprietários escravistas dos registros de batismos não houve a possibilidade de identificar o estado civil dos mesmos, visto que, diferentemente da natureza de outros documentos analisados nesta pesquisa não apresentam o estado civil dos proprietários de escravos, sendo assim, não há como determinarmos quantos desses proprietários eram ou não casados e como a condição matrimonial poderia ou não ser um fator para determinar o quantitativo de escravos desses proprietários. Entretanto, os proprietários detectados nesses registros serviram não apenas para ampliar o escopo da mostra ao indicar a divisão por sexo (Quadro 3), mas de apontar outras situações, como nas relações de apadrinhamento, que serão tratadas no capítulo 3.

Vale ressaltar que, para análise do plantel e conseqüentemente para o levantamento do perfil dos proprietários escravistas, se fez necessário à inserção dos demais bens arrolados ao longo dos inventários post mortem, dos testamentos e demais documentos encontrados, como forma de traçar com mais subsídios a composição econômica desses senhores proprietários de escravos e analisar as teias de sociabilidades que eram desenvolvidas pela sociedade santarena.

Os dados coletados na documentação (inventários, testamentos e demais documentos avulsos), nos dá condições de compreender que o perfil econômico dos escravistas santarenos é diferenciado dos demais proprietários de outras regiões do país, percebe-se também, que possuir escravos era algo substancial para o incremento da riqueza desses proprietários santarenos.

Sendo assim, ampliando a análise dos proprietários, observamos o estado conjugal a partir da documentação avulsa, composta majoritariamente por inventários pós morte, onde detectamos 60 proprietários, dentre eles três encontravam-se inventariados juntos como casais, passando a nossa mostra do estado conjugal dos inventários para 57 proprietários de escravos: 33 eram casados e 24 estavam distribuídos entre solteiros, viúvos ou não tinha a identificação do estado civil em que se encontravam no momento de elaboração do documento. Daniel Barroso, quando trata das regiões do Baixo Tocantins e da zona Guajarina oitocentistas a respeito da condição matrimonial dos proprietários de escravos enfatiza que, “o casamento pode ter representado um elemento central à aquisição de cativos, sobretudo, após a proibição definitiva do tráfico atlântico de cativos, em 1850”⁶⁸.

Outro grupo de documentos importantes que auxiliaram na percepção do sexo e estado conjugal foram os testamentos. Ao determinar a divisão por sexo desses testadores, detectamos no rol de testadores dos registros de testamentos de Santarém, dois testamentos que foram feitos

⁶⁸ BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p.220.

por casais, de forma conjunta, sendo pertinente assim demonstrar a condição matrimonial também destes testadores de forma geral e de forma específica dos escravistas encontrados. Sendo assim, detectamos que o percentual de testadores casados e solteiros é idêntico, representando 33,3% para ambos dentro do cômputo geral encontrados, já os viúvos representam 22,7% e 10,6% não havia menção a seu estado civil como mostra o Quadro 04:

QUADRO 04: Estado conjugal dos testadores (contagem geral)

Casados	Solteiros	Viúvos	Não consta	Total geral
22	22	15	07	66

CDHBA/UFOPA (livros de registros de testamentos)

Quando avançamos na análise, em se tratando da naturalidade desses testadores, foi possível constatar primeiramente de forma geral que os testadores santarenos estavam distribuídos como demonstra a TABELA 03:

Tabela 03: Testadores por naturalidade (contagem geral)

Naturalidade	Testadores
Santarém	33
Portugal	10
Alenquer	06
Belém	02
Óbidos	02
Diamantina	01
Almeirim	01
Faro	01
Vigia	01
Bahia	01
Estados Unidos	01
Itália	01
Não consta	06
TOTAL	66

CDHBA/UFOPA (livros de registros de testamentos)

Como vemos, em sua maioria os testadores eram naturais de Santarém, os santarenos representavam 50% destes testadores, os estrangeiros representavam 18,2% sendo que em sua maioria eram de portugueses e os testadores que eram de outras localidades representavam 22,7%, sendo que 9,1% não havia a demonstração da sua naturalidade.

Contudo, quando analisamos a naturalidade apenas dos testadores que possuíam escravos temos 13 testadores naturais de Santarém, o que demonstra a superioridade desses proprietários em relação aos demais que residiam na cidade, 04 portugueses, 03 alenquerenses,

04 naturais de cidades como Óbidos, Vigia, Belém e Faro e 04 testadores com escravos cuja naturalidade não foi mencionada na feitura dos testamentos

Como vemos, essa uniformidade entre solteiros e casados dentro dos testadores encontrados nos registros de testamentos de Santarém, assemelha-se a realidade encontrada por Daniel Barroso para as regiões próximas a Belém, onde “a maioria dos proprietários examinados era ou havia sido casados quando da feitura de seus inventários” e ainda segundo Barroso a realidade dos escravistas serem a maioria casados “tratava-se aparentemente, de um perfil geral que, sem embargo às especificidades regionais, fez-se valer em grande parte das localidades já estudadas no Brasil”⁶⁹. Quando analisamos especificamente os testadores com cativos que não estão arrolados em outra documentação encontramos 06 casados, 06 solteiros, 04 viúvos e 02 cuja identificação do estado civil não consta no testamento.

Percebe-se assim que, o quantitativo de indivíduos escravagistas encontrados na documentação analisada para Santarém é baixo diante dos que não possuíam escravos, daí a necessidade de fazermos o levantamento de como se dava a vida econômica desses indivíduos e suas relações com aqueles que não possuíam cativos na região. Segundo Vidal Luna

[...] quando falamos em senhores, precisamos qualifica-los. Geralmente, “senhor” era sinônimo de proprietário de escravos. Mas quem foram os proprietários de escravos no Brasil? Quais as características dos indivíduos pertencentes a esse grupo e em que atividades eles empregaram seus cativos? Podemos citar dezenas de tipos de proprietários de escravos, cada qual com posição social e interesses econômicos distintos⁷⁰.

É nessa diversidade de proprietários que Santarém pode estar enquadrada, resultante de um processo de uso da mão de obra escrava africana diferenciada do restante do país, o cenário para o Baixo Amazonas pode não ser o mesmo encontrado nas grandes áreas que empregavam um número maior de africanos como mão de obra escrava, pois do total de 140 proprietários de escravos santarenos identificados a grande maioria 93,5% eram de cidadãos civis que desenvolviam atividades agrícolas (principalmente cultivo do cacau) e da pecuária, possuíam dívidas ativas e passivas, de compra e venda de escravos, desenvolviam atividades comerciais como o proprietário Joaquim Lopes Bastos que era comerciante e inclusive negociou um de seus escravos, a preta Veridiana de 32 anos como consta na relação de compra e vendas de

⁶⁹BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p. 219 e 130.

⁷⁰ LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**, p. 130.

escravos a um comprador da cidade de Itaituba no valor de um conto de réis⁷¹, ou seja, tinham também como recurso para a manutenção de suas economias os poucos escravos que tinham em suas propriedades, pois os proprietários santarenos não se limitavam a apenas uma atividade econômica.

Já os demais proprietários escravocratas encontrados em Santarém eram de militares que representavam apenas 5,2% destes escravistas, mas isso não significa que apenas desenvolviam a atividade militar, esses proprietários possuíam outras atividades que movimentavam suas rendas, como veremos mais adiante, a maioria desses proprietários tinham em suas posses bens de raiz arrolados como suas posses. E somente 1,3% eram religiosos dentro do universo documental analisado, sendo importante mencionar que esta é uma realidade que pode ser revista futuramente, dada a documentação usada para o presente trabalho.

Sendo assim, a partir do que a documentação analisada apresenta para o período pesquisado em se tratando de Santarém a respeito dos proprietários de escravos santarenos, encontramos semelhança com o que menciona José Flávio Motta ao ressaltar que

[...] depreende-se que, em várias regiões do Brasil e em diversos pontos do tempo ao longo dos séculos XVIII e XIX, foi marcante a presença, entre os escravistas, daqueles detentores de poucos cativos, os quais, não obstante, em todos os casos referidos, estiveram sempre de posse de parcela significativa da massa escrava; em outras palavras, “[...] nem o escravo típico integrava um grupo com número muito elevado de cativos, nem o escravista típico mostrava-se um grande proprietário⁷².

Daí as particularidades desses proprietários de escravos serem essenciais para entendermos como se davam as questões econômicas na região santarena. Ainda em relação a esse aspecto, Daniel Barroso ao fazer o levantamento das ocupações dos proprietários de escravos na região do núcleo urbano de Belém destaca que em sua maioria

O conjunto das ocupações exercidas e das atividades desenvolvidas pelos proprietários de escravos do núcleo central de Belém traduz a economia urbana que havia na região. Considerando todo o intervalo analisado, observamos que grande parte dos escravistas estava ligada às prendas domésticas (categoria em que se inseriam todas as proprietárias do sexo feminino), ao serviço militar (exclusive a Guarda Nacional), ao comércio, ao serviço público e ao exercício de profissões liberais. Os escravistas com essas ocupações e atividades totalizavam 70,8% dos proprietários analisados entre 1810 e 1888. Em um segundo plano, ganham relevo os proprietários ligados à vida eclesiástica, ao rentismo, à produção de gêneros alimentícios, à pecuária

⁷¹CDHBA/UFOPA (Livro de Relação de compra e venda de escravos na cidade de Santarém / março-1882)

⁷²MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**, p. 97.

e a atividades relativas ao trabalho com metais (ferraria e caldeiraria) e com cerâmica (artesanato e olaria). Em conjunto, os últimos perfaziam 8,4% dos escravistas no mesmo intervalo. Os produtores de gêneros agrícolas específicos (como o cacau, o arroz e a cana-de-açúcar), por sua vez, não representavam mais que 1,5% dos escravistas, em todo o período examinado⁷³.

Diferentemente do que destaca Barroso, o universo dos proprietários de militares e religiosos para o sistema escravista em Santarém não era assim tão expressivo pela documentação até então analisada, já aqueles proprietários que detinham alguma atividade voltada para o sistema agrícola e pecuária eram mais relevantes, inclusive entre os que desempenhavam a carreira militar.

Ao estudar a formação das fortunas em Manaus no período oitocentista, Patrícia Sampaio demonstrou o diferencial dos proprietários de escravos para a região amazônica. A autora evidenciou que a riqueza dos homens considerados abastados na região se difere das demais regiões do país quando se trata de contingente de escravos, pois, “a importância da mão de obra escrava não parece residir na quantidade de negros que aqui existiam, mas na forma pela qual fazia parte das fortunas da cidade”⁷⁴.

A realidade santarena é semelhante ao encontrado por Patrícia Sampaio em Manaus, pois os proprietários de escravos de Santarém possuíam plantéis de pequenos e médios quantitativos de escravos. Logo, suas fortunas, assim como dos proprietários amazonenses, não residiriam apenas na quantidade de escravos que possuíam e sim em como estes cativos faziam parte dos bens de seus proprietários. Ao observarmos a quantidade de escravos distribuída entre os proprietários identificados em Santarém, em sua maioria, ou seja, 37 proprietários de escravos encontrados para o período compreendido entre os anos de 1871-1888, possuíam entre 01 e 04 escravos, enquanto que plantéis com mais de 10 escravos se concentravam em apenas 8 proprietários, dos quais, um possuía 18 e outro 28 escravos.

Em sua tese de doutorado Daniel Barroso usou a seguinte divisão para analisar as escravarias do núcleo urbano de Belém e das regiões do Baixo Tocantins e Zona Guajarina: pequenos (de um a nove escravos); médios (de 10 a 19); grandes (de 20 a 49), muito grandes (de 50 a 99) e mega plantéis (com 100 ou mais escravos) e ainda faz uma alusão ao que Eurípedes Funes encontrou para a região do Baixo Amazonas, onde Santarém está inserida, no

⁷³ BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p. 219 e 133 e 134.

⁷⁴ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**/ Patrícia Maria Melo Sampaio. – 2. ed. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014, p. 103.

que diz respeito à concentração de escravos por proprietários para a região. Barroso Salienta que

Analisando um conjunto de 303 inventários *post-mortem* do Baixo Amazonas, atinentes às localidades de Santarém, Alenquer e Óbidos, Eurípedes Funes verificou um padrão semelhante ao que identificamos para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, mas com uma participação relativa ainda mais notável dos menores proprietários. Enquanto, na primeira metade do Oitocentos, 79,1% dos escravistas examinados por Funes eram pequenos e médios proprietários conforme a classificação aqui adotada, o peso correlato desses na amostra do autor, para a segunda metade do século, foi de expressivos 89,5%⁷⁵.

Dado o volume da documentação analisada, não foi possível estabelecer um parâmetro semelhante ao usado por Daniel Barroso para determinar a estrutura da posse dos cativos santarenos, visto que, como dito anteriormente, a média da escravaria entre os proprietários santarenos era de 01 a 04 escravos, contudo, apesar do quantitativo analisado ser menor comparados as regiões do núcleo urbano de Belém, Baixo Tocantins e Zona Guajarina, isso não inviabiliza compreendermos que os planteis existentes em Santarém eram de pequenos e médios produtores. Esse entendimento de que as escravarias na região do Baixo Amazonas eram de planteis pequenos também é enfatizada por Bezerra Neto que afirma que, na região, pouquíssimos senhores haviam conseguido reunir sob seu serviço número superior a 40 escravos, segundo Bezerra Neto, pelo menos no século XIX, o que predominou foram os proprietários de pequenos planteis com média de 01 a 15 escravos em suas posses⁷⁶.

Com isso percebe-se que não eram grandes os senhores escravistas santarenos se comparados aos proprietários de outras regiões do país, diferentemente do que encontraram Robert Slenes, Sheila de Castro Faria, Manolo Florentino, Roberto Guedes para a região sudeste do Brasil, onde predominou os grandes planteis nas grandes plantações de cana de açúcar, café, mineração etc. A partir dessas considerações é plausível observar o que Vidal Luna ressalta a respeito da estrutura econômica escravista brasileira quando menciona que

⁷⁵BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)** /Daniel Souza Barroso; orientador José Flávio Motta.- São Paulo, 2017, p. 226. Apud FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese de Doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995, p. 40.

⁷⁶ BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)**., p. 45.

Outro fator que vale a pena considerar ao analisarmos a estrutura econômica da escravidão brasileira é a surpreendente distribuição dos escravos por todos os grupos sociais e atividades, desde os fazendeiros brancos da elite às mulheres forras e pessoas que poderiam ser classificadas como pobres. Além disso havia no Brasil pequenos produtores que vendiam para o mercado externo, alguns dos quais, inclusive, não possuíam escravos⁷⁷.

Entende-se a partir disso que haveria, portanto, a necessidade dessa população traçar medidas que lhes garantisse o sustento através de outros ramos econômicos que não somente por mãos cativas. Ao analisar os documentos (inventários, testamentos, codécilos) que comportam os senhores com cativos, foi possível detectar o que era arrolado como bens desses proprietários de escravos. E a partir desse levantamento foi possível verificar que dos bens arrolados, o que prevalecia na documentação eram os bens de raiz, bens móveis, bens de transportes, dívidas ativas e passivas e os bens semoventes (inclusos aí os animais e os escravos).

Dentro da documentação analisada, os bens arrolados entre os 57 proprietários individuais de escravos, observamos que 47 arrolaram bens de raiz, enquanto 46 proprietários indicaram bens móveis e somente 05 indicaram bens de transporte. É importante salientar que, para esses proprietários de escravos os bens de raiz incluíam desde fazendas, sítios, casas de vivendas no interior e na cidade, campos, plantações (principalmente de cacau), terrenos. Os bens móveis eram os utensílios que possuíam dentro de suas residências, fosse mobiliário ou mesmo vestuários, joias, ferramentas e afins. Os bens de transporte incluíam aquilo que servia de locomoção como a canoa e a carroça.

Se levarmos em conta que em sua maioria, os proprietários de escravos possuíam como bens, propriedades, terras, plantações e bens móveis, a região santarena se assemelharia aos dados encontrados por Patrícia Sampaio para a cidade de Manaus que ressalta que

[...] também na província do Amazonas, o setor que detinha o maior número de cativos estava ligado à agricultura. Esta constatação não poderia deixar de ser agregada à forte possibilidade de existir, no contexto do setor agrícola, mecanismos de acumulação que lhe permitiam o acesso ao mercado para adquirir escravos⁷⁸.

Ao avaliarmos esses bens, principalmente os considerados bens de raiz, foi possível perceber que essas fazendas, sítios, casas de vivenda, plantações e demais propriedades em sua

⁷⁷LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**, p.136 e 137.

⁷⁸SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**, p. 106.

maioria estavam situados nas regiões de rios pertencentes a cidade de Santarém, alguns na cidade e outros estavam localizados nos municípios de Alenquer e Monte Alegre.

É neste espaço expandido de propriedades, que também se encontravam espalhados alguns escravos desses proprietários, como é o caso dos escravos do coronel João Gomes Pereira que garantiu a liberdade a dois de seus cativos que residiam no seu sítio como ele mesmo menciona, “declaro que por minha morte ficarão libertos de todo o cativo os meus escravos Firmino, carafuso, existente no sítio, Raimundo, preto, Ana, preta existente no meu sítio...”⁷⁹.

Como demonstrado a partir dos dados do recenseamento apresentados na TABELA 02 (p.45) para o ano de 1872 a população de Santarém era composta não só de brasileiros, havia a presença de uma parcela de estrangeiros residentes na cidade. Sendo assim, como é possível perceber, a população estrangeira que habitava na cidade correspondia a pouco mais de 2,46% como consta nos dados do recenseamento apresentados na TABELA 02. Como dito anteriormente, a partir dos registros de testamentos da comarca de Santarém que foram analisados, para os anos compreendidos entre 1867-1888 foram identificados cerca de 12 estrangeiros que estabeleciam suas condições pós morte, destes, 01 era americano, 01 italiano e os demais portugueses. E deste total de estrangeiros que residiam na cidade de Santarém e deixaram suas vontades determinadas em testamento havia 04 deles que possuíam escravos estando assim listados entre os escravagistas que movimentavam a economia santarena com o uso da mão de obra escrava.

Entre esses estrangeiros que possuíam escravos podemos citar o caso do major Joaquim Antônio Libório Chaves, que teve seu testamento preparado em 1878, era natural de Lisboa, solteiro e que tinha uma filha natural de nome Joaquina com uma tapuia e dois filhos com a mulata Josefina Amélia da Conceição de nomes Antônio (três anos) e Deocleciano (dois anos). Possuidor de 10 escravos, a saber: Josefina, Albina, Raimundo, Julieta, Alfredo, Marcelina, Justino, Maria Joana, Alexandre e Inácia⁸⁰. Da feitura de seu inventário em 1881, foram arrolados como bens semoventes os seguintes escravos: Albina, Raimundo, Julieta, Alfredo, Justino e Maria Joana e manteve garantida no inventário a alforria desses cativos como demonstra a documentação consultada⁸¹.

Sendo assim, dos 28 testadores identificados nos registros de testamentos de Santarém, que arrolaram nos seus testamentos, como seus bens, escravos, constatamos que 19 destes

⁷⁹CDHBA/UFOPA (Livro de registros de testamento do juízo municipal 1867-1873 – livro número 09, p. 18). Testamento do coronel João Gomes Pereira – 1870.

⁸⁰CDHBA/UFOPA (Livro de registros de testamento do juízo municipal 1873-1882 – livro número 10, p. 28). Testamento do major Joaquim Antônio Libório Chaves – 1878.

⁸¹ CDHBA/UFOPA (Inventário post mortem do major Joaquim Antônio Libório Chaves – 1881).

proprietários de escravos, declararam a alforria de alguns de seus cativos como vontade em seus testamentos, como é o caso do coronel João Gomes Pereira, que teve no seu inventário *pós mortem* 28 cativos arrolados como bens semoventes e na feitura de seu testamento um ano antes, determinava a alforria de 05 desses cativos e os demais cativos que faziam parte de sua meação serviriam a sua mulher até a morte desta como determinou em suas vontades testamentárias⁸².

Em seu trabalho para a cidade de Porto Feliz (SP), o historiador Roberto Guedes ao tratar sobre os alforriados em testamento menciona que, “em sua maioria, eram crioulos e adultos. Contudo, não se pode deixar de dizer que as mulheres eram favorecidas com a alforria, tendo em vista sua parca presença entre a população cativa, comparada aos homens”⁸³. Por outro lado, Sheila de Castro Faria, sobre a questão da afetividade envolvendo proprietários e os alforriados em testamento, chama a atenção que

As alforrias inscritas em testamentos trazem um dado diferente daquelas inscritas em cartas de liberdade. Minha impressão é a de que elas representam uma maior proximidade ou, mais especialmente, afetividade entre senhores e escravos, embora existam poucos estudos que trabalhem de maneira sistemática com alforrias testamentárias para que comparações possam ser realizadas. As referências às alforrias testamentárias, em diversos estudos, aparecem como exemplos ou ilustrando conclusões⁸⁴.

Ao avaliar as alforrias indicadas pelos testadores de Santarém, primeiramente notamos que, ainda que 28 testadores tivessem feito menção a cativos como bens em seus testamentos, somente 19 deles indicaram como vontades estipuladas, a alforria de escravos. Sendo que, dos 43 escravos que tiveram a garantia da liberdade imediatamente após a morte do testador, 22 eram homens e 21 eram mulheres.

E, dentro das vontades estipuladas pelos testadores, houve a alforria de cinco escravos com ressalvas, ou seja, que tiveram condições determinadas por seus proprietários no momento de feitura de seus testamentos. Destes, dois ingênuos que estavam sob condições da lei de 28 de setembro de 1871 e tiveram seus serviços estimados até a idade de 21 anos conforme a lei. Este panorama se assemelha ao que indicou Roberto Guedes ao analisar os processos de

⁸²CDHBA/UFOPA (Livro de registros de testamento do juízo municipal 1867-1873 – livro número 09, p. 26) e (Inventário post mortem do coronel João Gomes Pereira – 1871).

⁸³ GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)** Roberto Guedes. – Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p.196.

⁸⁴FARIA, Sheila de Castro. **Cotidiano dos negros no Brasil escravista**. In: José ANDRÉS – GALLEGO, José. *Três Grandes Cuestiones de la História de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Mapfre Tavera – Fundación Ignacio Larremendi, 2005, p. 117.

manumissões, doações e o modo como os proprietários de escravos tratavam a liberdade de seus cativos. O historiador Roberto Guedes enfatiza que

As condições senhoriais para conceder manumissões em Porto Feliz expressam o tipo de sociedade escravista calcada em relações pessoalizadas de dominação. Conseqüentemente, a doação era também pontual e levava em conta aproximações entre senhores e escravos. Não raro, testadores se preocupavam com o futuro dos seus cativos, quando os alforriavam, e boa parte não condicionou a liberdade⁸⁵.

Em Santarém, o escravo Manoel, foi um dos cativos que tiveram sua alforria condicionada há um tempo a ser cumprido pelo seu proprietário. No testamento feito em janeiro de 1871, Florentino Antônio dos Santos determinava que seu escravo Manoel “pelos bons serviços que me tem prestado”, ficaria liberto do cativo somente depois de vinte anos⁸⁶. O mesmo ocorreu com o escravo Manoel Prudêncio, de propriedade do padre Clementino Rodrigues de Sousa, que também teve sua alforria condicionada, como expressou o testador ao indicar que “da data de meu falecimento a dez anos ficará isento de todo o cativo”⁸⁷.

Quando observada as vontades testamentárias em relação a doação dos bens dos proprietários de escravos notou-se que deste total de 28 testadores, foi detectado que cinco testadores deixaram aos seus cativos algum tipo de herança. Alguns testadores chegaram a deixar benefícios pecuniários até para escravos que não eram seus, como foi o caso, em 1879, da proprietária Antônia Rosa de Oliveira da Paz, que em seu testamento determinou o seguinte:

Deixo a Mônica, mulher do mulato Calisto escravo de minha tia Ana Maria de Oliveira e a minha escrava Ana Joaquina o cacoal que possui no Tapará-Mirim, dando-se a cada uma metade dos cacoeiros que forem encontrados. Deixo ao preto Caetano escravo do meu sobrinho e herdeiro Henrique Caetano Maciel a importância de quatrocentos mil réis para formar o seu pecúlio e ser libertado pelo fundo de emancipação⁸⁸.

Como vemos, a prática de doações de bens aos cativos por seus proprietários na cidade de Santarém, também se fez presente no momento de elaboração dos testamentos desses senhores escravistas, com isso percebe-se aquela relação anteriormente mencionada por

⁸⁵ GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)**, p.197.

⁸⁶ CDHBA/UFOPA (Livro de registros de testamento do juízo municipal 1867-1873 – livro número 09, p. 26). Testamento de Florentino Antônio dos Santos, 25/01/1871.

⁸⁷ CDHBA/UFOPA (Livro de registros de testamento do juízo municipal 1873-1882 – livro número 10, p. 12). Testamento de Clementino José Rodrigues de Sousa, 18/11/1876.

⁸⁸ CDHBA/UFOPA (Livro de registros de testamento do juízo municipal 1873-1882 – livro número 10, p. 32). Testamento de Antônia Rosa de Oliveira da Paz, 27/11/1879.

Roberto Guedes das relações personalizadas de dominação. Ao que a documentação indica, alguns desses cativos tiveram perante seus proprietários razões para receber uma parte de seus bens como herança.

Neste sentido, caberia demonstrar o impacto ou não ocorrido com a implementação da lei de 28 de setembro de 1871, já que, de alguma forma isso forçaria uma reformulação nos planteis de cativos em todo o país e conseqüentemente em Santarém. Até que ponto essas manumissões ocorridas com o advento da lei do ventre livre seriam impactantes para os proprietários de escravos santarenos? Seria um fator de reordenação dos planteis ou essa implementação não mexeu tanto com a estrutura escravocrata na região de Santarém?

2.2. “Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre”. A influência da lei de 28 de setembro de 1871 nas escravarias santarenas

Na seção anterior, vimos que as alforrias de alguns cativos estiveram presentes no momento de feitura de testamento de alguns proprietários de escravos, sendo assim, faremos um breve relato a respeito da implantação da Lei do Ventre livre ocorrida em 28 de setembro de 1871 que visava a liberdade dos filhos de mulheres escravas e a partir daí tentar mensurar até que ponto houve ou não um reordenamento dessa população que nascia após a implementação da lei nas escravarias santarenas.

Com a instituição da Lei Áurea em 1888 ocorreu a liberdade efetiva dos cativos remanescentes existentes no Império brasileiro. Mas antes desse processo final, ocorreram outras iniciativas com o objetivo de encerrar o advento da escravidão no país, um desses processos foi a lei de 28 de setembro de 1871.

Para que possamos averiguar como essa lei influenciou a dinâmica de vida dos cativos santarenos é importante termos uma dimensão do quantitativo de escravos que ainda se fazia presente em Santarém durante o período final da escravidão no país.

Antes de fazer esse levantamento, é importante ressaltar o que consta no relatório do Ministério da Agricultura para o ano de 1885 relacionado a inserção de cativos no Império e na província paraense. Segundo este relatório do Ministério da Agricultura, a população escrava existente no Império até 30 de junho de 1884 era de 1.133.228 indivíduos, menos 107.578 que o total do ano anterior⁸⁹. A partir desse demonstrativo podemos ver o quantitativo de escravos

⁸⁹RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antônio da Silva Prado. Brasil: Imprensa Nacional – Rio de Janeiro – 1886, p. 33.

relacionados para a província do Pará até 30 de junho de 1885 segundo o relatório ministerial como demonstra o QUADRO 05:

QUADRO 05: Dados Gerais dos escravos na Província do Pará – 1885.

Província	Escravos existentes em 30 de setembro de 1873 (conforme a matrícula)	Entrados (depois de 30 de setembro de 1873)	Saíram	Faleceram	Total
Pará	31.216	5.502	4.593	3.962	28.163

FONTE: Relatório do ministério da agricultura do Brasil–1885.

Como consta do relatório, foi feita uma contagem para a província no ano de 1873 a partir dos dados coletados das matrículas, o que colocou como existente na província paraense 31.216 cativos. Observado a entrada, saída e morte de cativos para a região paraense, segundo o que consta como escravos existentes seria de 28.163 cativos, no entanto, o relatório ministerial da agricultura enfatiza que desse total foram manumitidos 7.945 escravos ficando assim 20.218 cativos dos quais 10.550 eram homens e 9.668 eram mulheres, portanto, entende-se que o total de cativos paraenses para o ano de 1885 era de 20.218 escravos. Já segundo consta no relatório provincial do Pará para este período, existiam na província 20.849 escravos e 9.872 ingênuos. Como se sabe, as discrepâncias entre os dados arrolados nos relatórios provinciais e os relatórios do ministério da agricultura se davam principalmente pela demora no recebimento de todas as informações que deveriam vir das cidades que compunham a província.

Quando comparamos com o que foi apreciado no relatório provincial de 1885 temos os seguintes dados referentes à população cativa e a população de ingênuos existentes em Santarém como consta na Tabela 04:

Tabela 04: População de cativos e ingênuos em Santarém – 1885.

Santarém (total de escravos)	Homens	Mulheres
791	384	407
Santarém (total de ingênuos)	Homens	Mulheres
324	169	155

FONTE: Relatório Provincial do Pará – 1885.

Santarém neste período entrava com 3,8% do percentual de cativos dentro da província paraense, e em se tratando de ingênuos representava 3,3% deste universo escravocrata da província do Pará. Já quando colocamos as informações contidas no relatório de 1886 a respeito

do contingente de escravos santarenos temos o seguinte montante de acordo com o que demonstra a Tabela 05:

Tabela 05: População de cativos e ingênuos em Santarém –1886.

Santarém (total de escravos)	Homens	Mulheres
869	430	459
Santarém (total de ingênuos)	Homens	Mulheres
346	159	187

FONTE: Relatório Provincial do Pará – 1886.

Podemos perceber que já há um acréscimo na quantidade de escravos de um ano para o outro, entre 1885/86 e que também ocorreu um acréscimo de nascimentos de crianças ingênuas para o mesmo período, saltando de 324 para 346 crianças ingênuas filhas de escravas para a cidade de Santarém. Daniel Barroso ao analisar a proporção de crianças-mulheres para a região do núcleo urbano de Belém, Zona Guajarina e Baixo Tocantins salienta que

A respeito da comparação entre os valores da razão crianças-mulheres encontrados para o núcleo urbano central de Belém e seus correlatos para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina convém relembrarmos que, os ritmos de crescimento das populações cativas de ambas as regiões, embora praticamente constantes, eram diferenciados. Enquanto a população escrava de Belém apresentou taxa média geométrica de crescimento negativo de 0,14% a.a., entre 1823 e 1872, a população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina cresceu positivamente a 0,05% a.a., no mesmo intervalo. Por mais que o crescimento de uma determinada população também se estabeleça através de outros fatores intervenientes, os diferentes níveis de fecundidade das cativas de ambas as regiões podem ter sido um importante fator condicionante desses ritmos de crescimento distintos⁹⁰.

Como no caso específico de Santarém não temos como determinar o que motivou o crescimento de nascimentos de filhos de mulheres cativas para o período demonstrado, ficamos com a hipótese de que como bem enfatizou Daniel Barroso, é possível que outros fatores tenham sido determinantes para que ocorresse o aumento dessa fecundidade.

Quando vamos para o ano de 1887, o relatório provincial do Pará demonstra que até o dia 30 de junho de 1886 havia em Santarém 889 escravos e com o encerramento de classificação das matrículas ocorrida em 30 de março de 1887 existiam apenas 386 cativos na cidade⁹¹. Como

⁹⁰ BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p. 200.

⁹¹ MENSAGEM do Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro Vice-Presidente da província do Pará na segunda sessão da XXV Legislatura da Assembleia Provincial em 20 de outubro de 1887. Pará: Typ. do Diário de Notícias, 1887, p. 76.

vemos, o total de escravos existentes em Santarém para o ano de 1887 segundo o relatório provincial era de 386 o que contrasta com o quantitativo apresentado para o período anterior, o ano de 1886. Houve uma queda brusca em relação a essa parcela da população existente em Santarém como é possível perceber. Não temos como determinar o que causou essa mudança no quantitativo de escravos, só podemos deduzir que possa ter ocorrido as alforrias desses cativos neste intervalo de tempo.

Ao adentrarmos no ano de 1888 o que o relatório provincial paraense determina é que existia na província do Pará cerca de 10.535 escravos, dos quais 398 estavam na cidade de Santarém. Neste mesmo relatório foi estipulado o quantitativo de crianças ingênuas livres filhas de mulheres escravas para toda a província e conseqüentemente os dados relativos para Santarém. Segundo consta no Relatório provincial paraense para o ano de 1888, havia em Santarém 743 filhos livres de mulher escrava⁹².

A lei de 1871 que instituiu que toda criança nascida a partir de 28 de setembro do referido ano fosse considerada livre e que ficou conhecida como a “Lei do ventre livre” foi considerada um marco no processo abolicionista brasileiro, no entanto, a lei tinha ressalvas quanto a sua efetiva aplicabilidade.

O que a lei estipulava era que as crianças ficassem em poder dos senhores de suas mães após o nascimento e esses proprietários eram obrigados a criá-los até os oito anos de idade. Após isso, os senhores poderiam entregar o menor ao governo, com direito a uma indenização, ou utilizar seus serviços até os 21 anos⁹³ como no caso da ingênuo Rosa, mulata filha da preta Felícia que era escrava de Antônio Joaquim Alves de Lima e que nasceu depois de 28 de setembro de mil oitocentos e setenta e um, e os seus serviços estimados pelo proprietário até a idade de vinte e um anos, em quatrocentos mil réis, como consta de seu testamento⁹⁴.

Através da proclamação dessa lei, foi sendo criado em cada província fundos de emancipação, que eram compostos pela

taxa de escravos, dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos, do produto de seis loterias anuais, isentas de impostos, e da décima parte das que forem concedidas para correrem na capital do império. Das multas impostas em virtude desse regulamento, das cotas que sejam marcadas

⁹²MENSAGEM do Sr. Conselheiro Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro Vice-Presidente da província do Pará na primeira sessão da XXVI Legislatura da Assembleia Provincial no dia 04 de março de 1888. Pará: Typ. do Diário de Notícias, 1888, p. 14.

⁹³ Informações contidas na própria lei de 28 de setembro de 1871.

⁹⁴ CDHBA/UFOPA (Livro de registros de testamento do juízo municipal 1873-1886 – livro número 10) p. 21. Testamento de Antônio Joaquim Alves de Lima – 1878.

no orçamento geral e nos provinciais e municipais, além das subscrições, doações e legados com esse destino⁹⁵.

Esse fundo era responsável pela arrecadação de verbas para que anualmente fosse feita a distribuição deste montante nas províncias para que houvesse as manumissões dos escravos. Como veremos no testamento de Antônia Rosa de Oliveira da Paz quando diz que deixou ao preto Caetano, escravo do seu sobrinho e herdeiro Henrique Caetano Maciel a importância de quatrocentos mil réis para formar o seu pecúlio e ser libertado pelo fundo de emancipação⁹⁶.

Segundo consta nas informações a respeito da regulamentação da lei de 28 de setembro de 1871

O art.24 dispõe que para distribuição do fundo de emancipação, o governo tomará como base a estatística organizada em conformidade do decreto n. 4885 do 1º de dezembro de 1811. E em parágrafo único determina que aos presidentes de província será remetida cópia parcial da estatística da população escrava na respectiva província, por municípios e por freguesias. E ainda no art. 25. Determina que o fundo de emancipação será distribuído anualmente pelo município neutro e pelas províncias do Império na proporção da respectiva população escrava⁹⁷.

A partir disso, anualmente era feita uma distribuição desse fundo para aqueles cativos que estivessem em processo de emancipação. Segundo o relatório do Ministério da Agricultura de 1885, a aplicabilidade das leis que tratavam do problema da escravidão (Lei do Ventre Livre e Lei do Sexagenário) vinham sendo respeitada em todos os seus níveis e tendo zelo por parte de quem deveria ter⁹⁸.

Segundo este mesmo relatório do ministério da agricultura, no mês de janeiro de 1885 foram libertos na província do Pará 566 escravos tendo como despesa conhecida o valor de 315:170\$264 e de pecúlios o valor era de 07:344\$726⁹⁹.

⁹⁵RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da XIV legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Barão de Itaúna Cândido Borges Monteiro. Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, Rua dos Inválidos 61B - Rio de Janeiro, 1872, p. 4.

⁹⁶CDHBA/UFOPA (Livro de registros de testamento do juízo municipal 1873-1886 – livro número 10) p. 32. Testamento de Antônia Rosa de Oliveira da Paz – 1879.

⁹⁷RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da XIV legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Barão de Itaúna Cândido Borges Monteiro. Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, Rua dos Inválidos 61B - Rio de Janeiro, 1872, p. 5.

⁹⁸ Deve-se levar em conta que a premissa de que a aplicabilidade da Lei está sendo respeitada é feita a partir das observações apontadas no relatório ministerial da agricultura, ou seja, é uma fala oriunda do próprio governo.

⁹⁹RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antônio da Silva Prado. Brasil: Imprensa Nacional – Rio de Janeiro –1886, p. 32.

Já mencionando sobre a Lei do Ventre Livre especificamente, o ministro Antônio da Silva Prado relator do relatório ministerial da agricultura salienta o seguinte:

É-me lisonjeiro assegurar-vos que a execução da lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871 continua a ser escrupulosa, quer por parte dos agentes da administração pública, quer pela dos particulares. A 6ª quota do fundo de emancipação, distribuída a 27 de setembro de 1884, teve a devida aplicação em quase todo o império, sendo limitadíssimo o número de municípios em que, por diversos motivos, o não foi, ou de que ainda não há conhecimento de sua aplicação¹⁰⁰.

Pelo que se entende na fala do ministro, a execução da lei vinha ocorrendo dentro do esperado pelo Império em quase a sua totalidade em cada município do país. Dentro dessa perspectiva de aplicabilidade da lei dentro do Império, o relatório ministerial traz um levantamento de dados estatísticos sobre o montante dos filhos de mulheres escravas existentes no país para o ano de 1885.

Nestes dados estão arroladas as informações de todas as províncias do Império incluindo aí a província do Pará, que veremos adiante, pois ainda segundo este mesmo relatório, o ministro da agricultura faz a ressalva de que continua a ser muito pequeno o número de filhos livres de mães escravas entregues ao Estado¹⁰¹.

No relatório provincial da província do Pará consta que, até o final do ano de 1887 havia 11.273 crianças em toda a província paraense, que estavam sendo beneficiadas pela lei do ventre livre, das quais 743 estavam em Santarém. Um quantitativo maior que o demonstrado no relatório provincial paraense para o ano de 1886, onde menciona que segundo apuração geral dos filhos livres de mulher escrava na província do Pará até 30 de junho de 1885 havia 346 filhos de cativas, sendo 159 homens e 187 mulheres¹⁰².

Um percentual mais elevado, por exemplo, em relação ao que foi apresentado no relatório do Ministério da Agricultura em até 30 de junho de 1885. Vejamos o quantitativo de

¹⁰⁰RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antônio da Silva Prado. Brasil: Imprensa Nacional – Rio de Janeiro –1886, p. 31.

¹⁰¹RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antônio da Silva Prado. Brasil: Imprensa Nacional – Rio de Janeiro –1886, p. 36.

¹⁰² MENSAGEM do Sr. Conselheiro Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro Vice-Presidente da província do Pará na primeira sessão da XXVI Legislatura da Assembleia Provincial no dia 04 de março de 1888. Pará: Typ. do Diário de Notícias, 1888, p. 14. e RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XXV Legislatura pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente da Província, Tristão de Alencar Araripe, em 25 de março de 1886. Pará: Typ. do Diário de Notícias, Rua da Indústria, n.14, 1886, p.17.

filhos livres de mães escravas que tinha na província do Pará segundo o relatório do ministério da agricultura até 30 de junho de 1885 como demonstra o QUADRO 06:

QUADRO 06: Filhos livres de mães escravas – Pará – 1885.

Província	Entregues as mães libertas	Homens	Mulheres	Total
Pará	547	5.364	5.321	10.685

FONTE: Relatório do ministério da agricultura do Brasil – 1885.

Como vemos, o percentual de crianças deu um salto em 1887, em relação aos dados de 1885, com um aumento pouco mais de 500 nascimentos nesse intervalo de tempo como pode ser constatado. Quando observamos as crianças nascidas para o período de 1871-1888 nos registros de batismos, constatamos apenas três situações onde ocorreu a alforria batismal registrada na documentação paroquial. Em um dos casos, a alforria ocorreu já com a lei de liberdade dos filhos de mães escravas promulgada, mas a criança alforriada havia nascido antes mesmo da lei ser estabelecida como consta no registro de batismo:

Aos vinte e sete de Julho de mil oitocentos e setenta e dois na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Santarém batizei solenemente o inocente Thomaz, filho de Francisca, escrava da dona Maria Gertrudes Corrêa Campos, nascido no dia dezessete de Setembro de mil oitocentos e setenta e um, e pela mesma senhora libertado na pia baptismal, como consta de sua escritura pública: foram padrinhos Antônio Caetano Corrêa e Dona Misaela Rosa Maciel Corrêa, do que fiz este termo que assignei. O Arcediago vigário José Gregório Coêlho¹⁰³.

Já quando a Lei do Ventre Livre estava, digamos mais consolidada, encontramos um proprietário, em 1877, que abre mão de todo e qualquer benefício que a Lei do Ventre Livre lhe garantia em termos de retorno financeiro como consta:

Batizei Raimunda, filha de Rita Maria da Conceição, escrava de Joaquim Francisco Pereira que na ocasião do baptismo apresentou uma declaração com o respectivo ato, dando liberdade plena a inocente e renunciando a todo e qualquer direito que lhe pudesse dar a lei nº 2,040 de 28 de setembro de 1871, nascida a 7 de julho do corrente ano. Padrinhos Tenente Ignácio José Corrêa e D. Maria Magdalena da Silva Corrêa¹⁰⁴.

¹⁰³ CURIA, Arquivo. Registro de batismo (1872), p. 07.

¹⁰⁴ CURIA, Arquivo. Registro de batismo (1877), p. 80.

Dos 118 registros de batismos onde foi detectado a presença de filhos de cativos apenas em 04 ocasiões ocorre a menção a referida lei, nos outros registros não se faz nenhum tipo de ressalva.

É pautado nesse movimento de mudanças, que vinha ocorrendo na segunda metade do oitocentos no país e conseqüentemente em Santarém através da implementação da lei de 1871, das alforrias e das cotas para libertação dos cativos iremos tentar traçar o perfil dos escravos que ainda estavam de posse dos proprietários escravistas existentes na cidade de Santarém até o ano de 1888, quando houve a consolidação da liberdade desses cativos.

CAPÍTULO 3

Gente negra na Santarém oitocentista

3.1. Os escravos santarenos: a estrutura da escravaria da cidade de Santarém.

O universo escravista amazônico foi tido como pouco expressivo pela historiografia brasileira, que via a região como uma área econômica periférica, bem como, pela própria historiografia amazônica, que via apenas na escravidão indígena a força motriz para o desenvolvimento econômico dentro do espaço amazônico, transmitindo assim a ideia de inexpressividade da presença africana para a região¹⁰⁵.

Sendo assim, tal perspectiva afetava igualmente a compreensão sobre a participação negra escrava na formação da sociedade amazônica, que sempre foi pontuada como pouco relevante em comparação à indígena e europeia, considerando o baixo quantitativo de cativos que foram trazidos para a Amazônia, se comparado com outras regiões do país, onde se verificou que a presença negra se fez mais forte que a considerada para a região amazônica. De acordo com Patrícia Melo Sampaio, essa concepção historiográfica só considerava algumas mudanças neste panorama, a partir da segunda metade do século XVIII, quando

se verifica um aumento importante do número de escravos negros na Amazônia, já dentro do contexto das medidas pombalinas, através da mediação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão¹⁰⁶.

Entretanto, tal abordagem em que muitos estudos acabavam se inserindo, retratando a participação negra como pouco significativa, não era unânime. Outros estudos buscaram dar a devida relevância à contribuição das gentes africanas na constituição da sociedade amazônica. Segundo Daniel Sousa Barroso

Durante os anos de 1960, Manuel Nunes Dias, Antônio Carreira, Vicente Salles, Anaíza Vergolino e Napoleão Figueiredo desenvolveram um conjunto de pesquisas que, somadas a outros esforços de investigação contemporâneos

¹⁰⁵Para maiores detalhes sobre esta questão, ver BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p. 30-36, onde o autor demonstra que os estudos de Antônio Baena, Tavares Bastos Tito Franco, entre outros, anunciavam a ideia de pouca expressividade dos cativos africanos na província do Pará e que estes viam na figura indígena o principal braço da força de trabalho, assim como destaca que a ideia de “área periférica” estendida a região amazônica se deu com os trabalhos de intelectuais como Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Fernando Novais etc.

¹⁰⁶SAMPAIO, Patrícia Melo (Organizadora). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açai; CNPq, 2011, p. 15.

viriam a contrapor, frontalmente, a noção de inexpressividade demográfica e econômica da escravidão na Amazônia¹⁰⁷.

Desta forma, a percepção comumente aceita na historiografia brasileira, de associar o processo de conquista e colonização portuguesa da região amazônica ao estabelecimento de uma economia extrativista, assentada na mão de obra indígena, passou a ser desconstruída por novos estudos, que vieram com a proposta de romper com esse paradigma e assim dar mais visibilidade à presença africana na formação econômica e social na região amazônica. Visibilidade essa também defendida por Eurípedes Funes que ressalta que

Na Amazônia a escravidão negra não foi tão expressiva, em termos quantitativos, quanto nas regiões açucareiras, mineradoras ou cafeicultoras. Todavia, mesmo dividindo o mundo do trabalho com o indígena, o negro constituiu parcela significativa da mão-de-obra, em especial na agropecuária, serviços domésticos e atividades urbanas¹⁰⁸.

Sendo assim, é necessário ampliar essa perspectiva de que foi somente a economia extrativista que prevaleceu na região amazônica e paraense durante o processo de colonização. Como bem enfatiza José Maia Bezerra Neto quando diz que

[...] restringir nossa compreensão do processo de ocupação portuguesa da dita região unicamente em função de uma economia extrativista baseada na exploração do trabalho dos índios parece ser uma leitura empobrecida desta mesma realidade, uma vez que não dá conta de que o processo de colonização lusa na Amazônia implicou igualmente no estabelecimento de uma economia e sociedade lastreada em atividades agrícolas e criatórias voltadas para o mercado, explorando igualmente o trabalho cativo dos índios, mas, sobretudo, o trabalho escravo de origem africana¹⁰⁹.

Seguindo essa nova abordagem, faz-se necessário a ampliação dos estudos voltados para a região do Baixo Amazonas no que tange à economia escravista, visando dar perceptibilidade as condições em que eram usados os cativos africanos trazidos para esta região. Como menciona José Maia Bezerra Neto, “é preciso também perceber as especificidades do mundo colonial

¹⁰⁷BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p. 44.

¹⁰⁸FUNES, Eurípedes A. “‘Nasci nas matas, nunca tive senhor’. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas”. In: REIS, João José & GOMES, Flávio. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.470.

¹⁰⁹BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)**, p. 12.

português existente na região amazônica, por si mesmo distante, distinto e diferenciado do restante da América portuguesa”¹¹⁰.

Os caminhos apontados por Vicente Salles demonstravam que, realmente a quantificação populacional de escravos na região ainda era uma questão que precisaria ser aprofundada, para Salles, ainda não havia sido levantada a estatística do tráfico de peças da África para o Pará, os historiadores não contavam com elementos bastantes seguros para realiza-lo¹¹¹. Contudo, estudos recentes sobre o tráfico de escravos na Amazônia, incluso aí as províncias que constituíam o espaço amazônico, avançaram substancialmente e continuam se avolumando para dar conta de fazer esse levantamento a respeito da presença negra na região¹¹².

Ademais, deve-se levar em conta que os estudos a respeito do contingente de escravos na Amazônia têm tido um avanço extraordinário nos últimos anos, fazendo-se com isso desmitificar a ideia de que a presença africana na região amazônica era pouco relevante para o desenvolvimento do território, em especial na província paraense e no caso em questão, em Santarém.

Estudos recentes apontam para uma melhor caracterização desse plantel existente na região paraense. Daniel Souza Barroso que fez um levantamento para a região urbana central de Belém, Baixo Tocantins e Zona Guajarina, em sua análise abordou a estrutura de posse dos cativos e o perfil dos proprietários como forma de compreender as complexas relações sociais e econômicas que permeava a sociedade em questão¹¹³.

Assim, fizemos um levantamento que viesse contribuir para que os dados referentes à comunidade cativa existente na região santarena, pudesse ser contabilizado e sistematizado como forma de ampliar a visibilidade da presença negra na região amazônica.

Para isso, serão computados os dados referentes ao sexo, faixa etária, profissão, naturalidade e estado civil para caracterizar o plantel que foi encontrado, bem como o quantitativo de cativos por proprietários, tentando assim demonstrar qual a realidade dos proprietários de escravos santarenses, se eram grandes, médios ou pequenos escravistas.

¹¹⁰BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)**, p. 12.

¹¹¹SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serv. de publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971, p. 27.

¹¹²Estudos como de Patrícia Sampaio, Ygor Olinto no Amazonas, Eurípedes Funes, Daniel Barroso, Bezerra Neto, Bárbara Palha, Luiz Laurindo no Pará, são alguns desses estudos revisionistas a respeito da presença negra na Amazônia.

¹¹³BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017. 342 f.

Segundo Sheila de Castro, no primeiro Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1872, a população do Império somava menos de 10 milhões de habitantes, dos quais 15,21% eram escravos e a população considerada “branca” representava 38,14% deste total, inclusos aí escravos e livres¹¹⁴. Neste Recenseamento, a província paraense contava com 275.237 habitantes entre livres e escravos, como já mencionado no primeiro capítulo.

Como podemos observar, numa divisão por sexo da população livre e escrava da província do Pará, tendo por base o censo de 1872, havia uma população masculina de 142.497 pessoas dos quais 128.589 eram homens livres e 13.908 eram escravos, o quantitativo masculino de livres e escravos dentro da região representava 51,77% da população paraense. Enquanto, a população feminina somava 132.740 pessoas, constituídas de 119.190 mulheres livres e 13.550 eram cativas, o que representava aproximadamente 48,22% de mulheres entre cativas e livres dentro da província paraense.

No Recenseamento Geral de 1872, aproximadamente 90% da população paraense estava composta de indivíduos livres, o que leva a um montante aproximado de 10% de cativos vivendo na região durante o período em que o censo foi elaborado. Os homens livres representavam 46,71% dentro do universo paraense e as mulheres livres 43,30% deste contingente. A população escrava era relativamente menor dentro deste montante, os cativos representavam 5,05% dentro da população paraense e as cativas 4,92% neste levantamento populacional¹¹⁵.

No que diz respeito à Santarém, nos dados arrolados no censo de 1872 (quadro 7), temos que o contingente populacional total era de 8.745 pessoas, das quais 7.755 (88,67%) eram de pessoas livres e 990 (11,32%) eram de cativos. Dentro desta somatória os homens livres representam 44,43% do contingente populacional e as mulheres livres 44,24%, já entre os cativos os homens representam 5,64% dentro do universo populacional santareno e as mulheres cativas 5,68%. Como podemos notar não havia disparidade entre homens e mulheres, tanto para a população livre quanto para a população escrava.

QUADRO 07: População livre e cativa por sexo da paróquia de Santarém (1872)

	Livres	%	Cativos	%	Total geral (livres e escravos)
Homens	3.866	44,43	493	5,64	4.379
Mulheres	3.869	44,24	497	5,68	4.366
Soma	7.755	88,67	990	11,32	8.745

FONTE: IBGE, Recenseamento do Brasil – 1872.

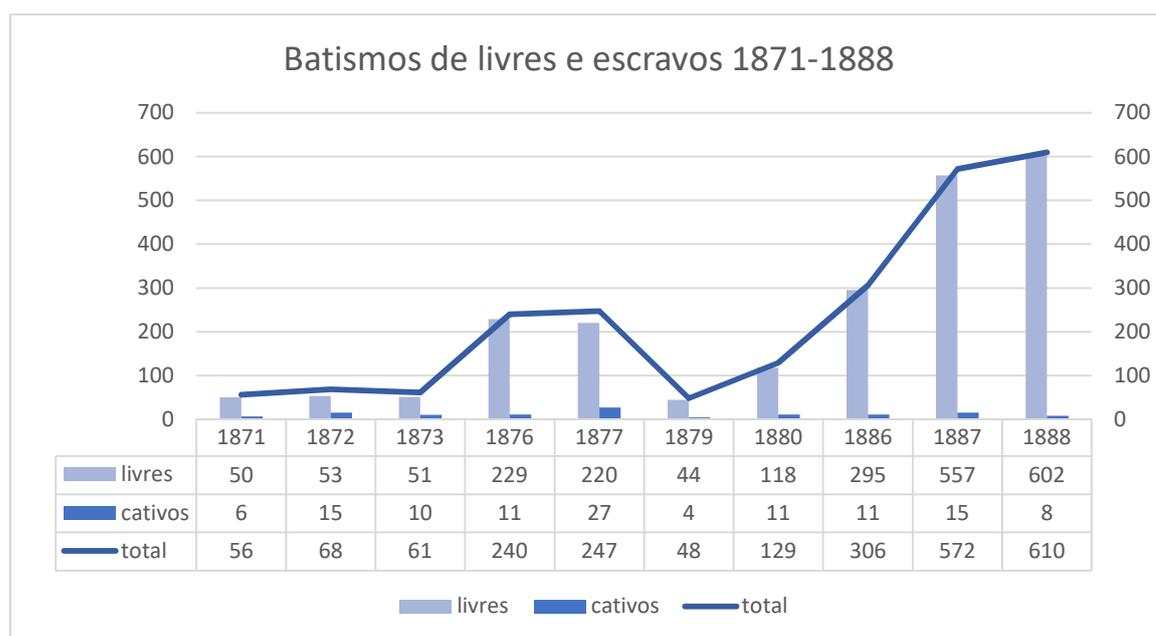
¹¹⁴ FARIA, Sheila de Castro. **Cotidiano dos negros no Brasil escravista.**, p. 1.

¹¹⁵ IBGE, Recenseamento do Brasil em 1872 – Pará, p. 175.

Os dados populacionais posteriores ao Recenseamento Geral de 1872, que cobrem o período deste trabalho, apresentam-se falhos face às imprecisões estatísticas oficiais sobre essa população cativa da Província, em especial sobre a escravaria de Santarém. Procuramos superar essa situação, constituindo uma mostra quantitativa e qualitativa dos escravos que viviam da região de Santarém, para o período referente à pesquisa, qual seja, 1871 a 1888, como base na documentação disponibilizada no Centro de Documentação do Baixo Amazonas, como os inventários *post-mortem*, os registros de testamentos, caderno de compra e venda, partilhas de bens, etc. Onde localizamos 51 documentos que indicavam a presença de cativos como bens arrolados.

Juntamente com essa documentação, levantamos os dados sobre os cativos nos registros de batismos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição entre 1871 a 1888. Embora essa documentação apresente lacunas na sua série para o período pesquisado, com ausência de dados para os anos de 1874/75 e 1881/85, consideramos que a mostra é válida para fins que nos propomos investigar. Foram contabilizados 2337 registros de batismos, sendo 2219 de pessoas livres e 118 de pessoas escravas, de tal modo que os batismos de escravos representavam somente 5,05% do total de paroquianos batizados como mostra o Gráfico 1

GRÁFICO 1



Fonte: CÚRIA. Livros de Registros de Batismos de Santarém

O perfil por sexo dos 118 escravos e ingênuos batizados identificados nos registros está assim distribuído: 59 crianças masculinas, 54 crianças femininas, três mulheres adultas e dois registros que não foi possível identificar o sexo. Podemos notar que não havia uma disparidade em relação aos sexos, a proporção de nascimento de cativos masculino e feminino se manteve equiparado, cerca de 52% eram de masculino e 48% eram femininos. Deve ser ressaltado que, dentre as crianças cativas batizadas, quase em sua totalidade foram apresentadas a pia batismal com até 02 anos de idade, com exceção das adultas citadas oriundas do quilombo do rio Curuá, assim como algumas das crianças, também do mesmo quilombo, que já apresentavam uma idade mais avançada que os demais cativos batizados.

Foram oito escravos batizados identificados como residentes no quilombo do rio Curuá, cinco crianças (três meninas e dois meninos) e como dito anteriormente, três mulheres adultas. Ainda que a procedência dos batizando esteja indicada nos registros como procedentes do quilombo, contudo, a dos seus padrinhos, não. E o fato destes batizados apresentarem padrinhos que a documentação não identifica como moradores de mocambos, nos sugere que a estabilidade desses refúgios já permitia redes de sociabilidades entre mocambeiros e moradores locais.

A presença de quilombos na região poderia representar uma ameaça ao equilíbrio econômico e social na sociedade santarena como salienta Eurípedes Funes

Os quilombos representavam uma ameaça constante a sociedade escravista. Eram vistos como uma “praga”, uma “chaga de longa data” e acarretavam prejuízos aos bolsos dos senhores, pois parte de seus bens se evadia para as matas, diminuindo a força de trabalho e afetando uma economia visivelmente arruinada. Cabia ao Estado acabar com esses refúgios de escravos, restabelecendo a ordem e a tranquilidade¹¹⁶.

Sobre as investidas do governo para dismantelar os quilombos da região durante o período oitocentista, Funes ressalta que não lograram sucesso apesar das tentativas ocorridas até meados do ano de 1870. O acesso desses cativos à pia batismal demonstra que a longevidade desses mocambos foi longa, a julgar pelo período em que foram batizados, uma no ano de 1877 e outros sete cativos no ano de 1880.

¹¹⁶FUNES, Eurípedes A. “‘Nasci nas matas, nunca tive senhor’. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas”. In: REIS, João José & GOMES, Flávio. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 485.

Para Vidal Luna, os objetivos dos cativos fugidos ao se estabelecer nos mocambos eram conservadores: visavam escapar da escravidão e levar uma vida normal como camponeses livres¹¹⁷. Isso talvez se adequasse a realidade do quilombo de Curuá onde como detectado, alguns de seus moradores estiveram na paróquia da cidade de Santarém para batizar seus filhos. A respeito dos moradores dos quilombos que existiram no Pará, Kátia Mattoso afirmou que, por volta de 1852, “eles se animam a chegar até as paróquias para batizar seus filhos. Se por acaso encontram os antigos senhores, pedem-lhes a benção e prosseguem sem serem perseguidos”¹¹⁸.

Não temos como dimensionar, dado o pouco de informação disponível, até que ponto essas nuances de sociabilidades entre quilombolas e a sociedade em geral se desenvolveu, contudo, percebe-se que os mecanismos de sobrevivência dentro dos mocambos vinham se efetivando, dado a saída desses moradores até a paróquia para a concretização de uma cerimônia religiosa.

A identificação dos genitores dos ingênuos filhos de pais cativos listados nos registros de batismos também foi inclusa no levantamento desses escravos existentes em Santarém e em se tratando do perfil dos pais desses ingênuos batizados indicados nos registros de batismos identificou-se 08 homens, 117 mulheres, perfazendo assim o total de 125 genitores. Levou-se em consideração que nos registros de batismos haviam cativos que foram contabilizados nos inventários post mortem, para não ocorrer em contagem dupla e que dentro do quantitativo de pais de crianças cativas encontrados nos registros de batismos, houve a detecção de duas mães livres e uma liberta, e um pai cuja condição social não foi mencionada, portanto, não foi arrolado também como cativo na contagem que foi feita.

Apesar do contingente populacional de escravos ser reduzido (118 batismos) em relação ao percentual de batizados de pessoas livres (2219 batismos) percebe-se a relevância destes nascimentos para a manutenção da escravaria santarena. Mesmo estes sendo batizados sob a determinação da lei do ventre livre, entende-se que o fator procriação dessa escravaria ainda era algo que, de alguma maneira mantinha as condições de sobrevivência desse trabalho escravo para os donos desses pais cativos que estavam batizando seus filhos.

Para Daniel Barroso, a quantidade de crianças nascidas de mulheres cativas, após a lei Rio Branco (1871), “revela um aspecto central da demografia da escravidão do Pará

¹¹⁷ LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil.**, p. 209.

¹¹⁸ MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Ser Escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 161.

oitocentista: a elevada capacidade de reprodução endógena dos seus cativos”¹¹⁹. Com efeito prático na manutenção da quantidade de escravos na Província do Pará, pois segundo Barroso, a reprodução endógena é a chave para se compreender a dinâmica populacional dos escravos. Haja vista a incapacidade da renovação do plantel paraense pela via do tráfico interprovincial, a mortalidade dos cativos e impacto das manumissões.

Como já havia salientado Kátia Queiróz Mattoso, a lei do “ventre livre” era muito menos liberal do que parecia, visto que

Com efeito, a liberdade concedida aos nascituros fazia-se acompanhar de cláusulas restritivas terríveis, pois a lei estipula que o menor permaneça sob a autoridade do senhor e de sua mãe, que devem, juntos educa-lo até a idade de 8 anos. Quando atinge esta idade, o senhor, proprietário da mãe escrava, tem duas opções: receber do Estado uma indenização ou exercer o direito de utilizar os serviços do menor até complete 21 anos¹²⁰.

Nesta perspectiva, os proprietários das mães cativas, segundo Kátia Mattoso, acabavam por se utilizar dos serviços desses nascituros até completar a idade máxima de 21 anos, embora tivesse nascidos livres perante a lei, constituindo assim uma nova versão de escravidão. A partir desses nascimentos, Kátia Mattoso descreve esse comportamento senhorial diante da lei como uma forma de manter seus planteis abastecidos e com mão de obra escrava para a manutenção da sua economia¹²¹. Essa importância em relação ao nascimento de filhos de cativos mencionados por Kátia Mattoso fica perceptível no testamento de Antônio Joaquim Alves de Lima quando deixa como uma de suas vontades o seguinte

Deixo mais os seguintes escravos: [...] mulata Silvina, filha da mulata Amélia, que nasceu depois da lei de vinte e oito de setembro de mil oitocentos e setenta e um, estimo o valor de seus serviços até a idade de vinte e um anos em trezentos mil réis, a mulata Rosa, filha da preta Felícia que nasceu depois da lei citada, estimo os seus serviços até a idade de vinte um anos, em quatrocentos mil réis [...]¹²².

Pelo seu testamento, fica entendido o valor que estes escravos possuíam para Antônio Joaquim Alves de Lima e como garantiu a permanência desses cativos mesmo após sua morte, a lei instituída não o compeliu a deixar esses escravos livres do cativo sem que ao menos

¹¹⁹BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p.105.

¹²⁰MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Ser Escravo no Brasil**, p. 177.

¹²¹MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Ser Escravo no Brasil**, p. 177.

¹²² CDHBA/UFOPA (Livro de registros de testamento do juízo municipal 1873-1886 – livro número 10) p. 21. Testamento de Antônio Joaquim Alves de Lima – 1878.

houvesse algum retorno em seu benefício. O que reforça a observação feita por Daniel Barroso sobre a importância a reprodução endógena para a manutenção dos planteis paraenses.

Dentre a documentação pesquisada que arrolava escravos foi detectado um total de 287 escravos, entre os inventários post mortem selecionados que mencionavam como bens, escravos. Dentro desse montante, 146 são do sexo masculino e 141 do sexo feminino sendo que deste total geral há 59 crianças, sendo que, a identificação dessas crianças se deu através da idade, identificadas até 12 anos e da própria documentação que mencionava como ingênuos e crianças aos filhos dos cativos arrolados na documentação.

Como foi possível perceber anteriormente, em relação ao quantitativo de cativos masculinos e femininos, não é tão desigual entre si, no entanto, iremos verificar a distribuição desses escravos dentro dos planteis e analisar qual a proporção de homens e mulheres nas escravarias santarena, se era desproporcional entre si ou havia uma distribuição uniforme desses cativos por esses proprietários.

QUADRO 08: Distribuição dos escravos por sexo nos planteis santarenos

PREDOMINANCIA POR SEXO POR PLANTEL		*PLANTEL COM HOMENS E MULHERES	
Plantel só com homens	11	Predominância de homens	13
Plantel só com mulheres	8	Predominância de mulheres	14
Plantel com homens e mulheres*	35	Igualdade	8
Total de planteis	54	Total	35

Fonte: CDHBA/UFOPA (* detalhamento dessa distribuição de cativos nesses plantéis identificados com a presença de homens e mulheres)

A variedade com que se distribuem é bem significativa, pois há planteis onde predomina a presença masculina (11) e outros onde o que prevalece é a presença feminina (8), no entanto, há aquelas propriedades onde a distribuição dos cativos é bem mais equiparada. Como vemos, no quadro 8, detectamos na nossa mostra que 35 planteis (64,81%) tinham a presença de homens e mulheres, e nestes plantéis a predominância feminina ocorria em 14 deles, ou seja, um a mais que o plantel com maioria masculina.

Um exemplo desse equilíbrio entre homens e mulheres cativos, temos o plantel pertencente ao senhor João Gomes Pereira, o qual possuía 28 cativos, dos quais 14 são do sexo

masculino, 13 do sexo feminino e uma criança de seis meses de idade cujo sexo não foi descrito na documentação¹²³.

Para efeito de demonstração, como dito anteriormente, há planteis onde o quantitativo de escravos é desproporcional em se tratando de parâmetros entre masculino e feminino como podemos notar na escravaria do coronel João Caetano Barroso que detém 18 escravos segundo consta em seu inventário. Em sua relação de escravos 14 são do sexo masculino e apenas 04 do sexo feminino, incluídos nesse plantel as crianças nascidas na escravaria, filhos de um casal de escravos desse proprietário¹²⁴.

3.2. Composição da cor da escravaria local dentro do espaço da província paraense:

Continuando a fazer o perfil dessa escravaria é relevante mencionar a caracterização da cor designada aos escravos, quando estes eram arrolados como bens na documentação de seus proprietários. Segundo Vicente Salles, toda tentativa de caracterização em se tratando de classificação étnica para a região amazônica incorreria em uma generalização¹²⁵, contudo, já vêm sendo estabelecido parâmetros que garantam o mínimo de condições para que possa haver a distinção de categorias, que classifique a população que formou as regiões do país e a Amazônia não está isenta disso.

Assim como em outras regiões do país, a Amazônia não se absteve do processo de miscigenação, que circundou a formação da população brasileira como um todo. E como podemos notar, o reflexo dessa miscigenação perpassa pela população cativa, pois esta representa uma diversidade étnica em sua composição como demonstra a documentação consultada.

Deve-se levar em conta que o uso de tais adjetivos para determinar a cor dos indivíduos que formaram a sociedade brasileira, dependia muito de quem arrolava essas informações e até mesmo de como se auto identificavam a própria população, como estes se viam. Nas palavras de Sheila de Castro Faria:

Pensar a população brasileira é avaliar um mosaico bastante diversificado de origens étnicas, a maioria tão miscigenada que fica extremamente difícil estabelecer um critério rigoroso sobre a “cor”. Os critérios de “cor”, no Brasil, tanto antes quanto agora, são extremamente elásticos e regionalizados [...]¹²⁶.

¹²³CDHBA/UFOPA (Inventário post mortem de João Gomes Pereira – 1871)

¹²⁴CDHBA/UFOPA. (Inventário post mortem do coronel João Caetano Barroso – 1883).

¹²⁵SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão.**, p. 91.

¹²⁶FARIA, Sheila de Castro. **Cotidiano dos negros no Brasil escravista.**, p. 1.

A diversidade da população, a miscigenação que contribuiu para a formação de nossa sociedade é vasta e complexa, como salienta Sheila Faria, é difícil estabelecer um único critério que sustente de forma universal para o país o critério de identificação étnica, visto que dentro das especificidades de cada região brasileira essa questão da identidade é tida de forma diversificada. Ocorre que em muitos documentos do século XIX, como os inventários post mortem, nos livros de registros de testamentos, registros de batismo, havia essa denominação de cor entre os escravos. É o que veremos adiante.

Ainda em relação as identificações relacionadas a cor dos escravos, Sheila de Castro Faria salienta que

os termos ‘negro’, ‘preto’, ‘pardo’, ‘mulato’, ‘cabra’, entre outros menos correntes, foram utilizados no período escravista brasileiro com sentidos diferenciados, dependendo da época e da região analisadas¹²⁷.

Daí a complexidade em relação a definição universal de nomenclatura da cor, quando se trata da população escrava brasileira e até dos que não eram escravos, ou seja, da população em geral. Em trabalho recente, Bárbara Fonseca Palha lista algumas atribuições de cor relacionadas aos escravos encontrados em inventários post-mortem para Belém, no período de 1810/1850, entre as denominações encontradas, estão os seguintes: preto(a), crioulo (a), preto crioulo (a), cafuz (a), mulato (a), e pardo¹²⁸.

QUADRO 09: População cativa de Santarém quanto à cor (1872)

	Pardos	%	Pretos	%	Total
Homens	209	50,72	284	49,13	493
Mulheres	203	49,27	294	50,86	497
Soma geral	412	99,99	578	99,99	990

FONTE: IBGE, Recenseamento do Brasil em 1872 – Pará, p. 175.

Como vemos, a identificação de cor para os cativos do censo de 1872 é reduzida a pardos e pretos, não sendo tão diversificada quanto a encontrada nas demais documentações. O que predomina, segundo o censo de 1872, na região santarena são os escravos pretos (58,38%). Segundo Alexandre de Paiva Rio Camargo

¹²⁷FARIA, Sheila de Castro. **Cotidiano dos negros no Brasil escravista.**, p. 36.

¹²⁸ PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.f.162., p. 40.

Com a multiplicação dos libertos no quadro da crescente deslegitimação da escravidão, cor e condição não estariam mais identificadas. O processo de indiferenciação entre brancos pobres, negros e mestiços livres levaria, no limite, à desconstrução social da antiga noção de liberdade construída com base na cor branca, somente permanecendo estável a classificação dos escravos e dos forros recentes como ‘pretos’. Nesse contexto, o recenseamento de 1872 fornecia o conhecimento das cores da população. Ao introduzir o quesito ‘raça’ separado do de ‘condição’, o censo buscava realçar as marcas do cativo na apreciação da população (e não a inferioridade racial, fortemente presente no censo de 1890), evidenciando a formação de uma nova hierarquia social, indispensável à transição para o regime de trabalho livre¹²⁹.

Era necessário até então, deixar bem definida essa diferenciação da sociedade brasileira, que era marcada pela divisão entre escravos e não escravos. Devido as mudanças que vinham ocorrendo no processo de escravidão no Império brasileiro, essa caracterização deveria estar melhor esclarecida e definida diante da sociedade em geral a fim de deixar evidente a condição social de cada indivíduo, fosse ele livre ou não.

Da nossa mostra de 287 cativos, mencionados como bens semoventes na documentação avulsa encontrada, foram identificados como “pretos” perfazendo um total de 85 escravos (29,6%), enquanto que designados por pardos foram identificados apenas 11 escravos (3,8%) (Tabela 06). O que contrasta com a identificação de cor verificado em 1872, em que havia um significativo número de escravos pardos (quadro 09). O interessante também nesta documentação é que possibilitou a identificação de outras designações de cor, que indicam a mestiçagem ocorrida, como carafuzos (54) e mulatos (50). Por outro lado, de 83 cativos (28,9%) não havia a menção a sua condição de cor.

Tabela 06: Identificação da cor dos escravos

Preto	Mulato	Carafuzo	Pardo	Crioulo	Não consta
85	50	54	11	04	83

Fonte: CDHBA/UFOPA (Inventários post mortem de Santarém/ 1871 – 1888)

Segundo Vidal Luna, “seria difícil determinar em que medida as etnicidades declaradas pelas autoridades e proprietários para seus escravos constituíram uma parte consciente da

¹²⁹CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, set.- dez. 2009, p. 367.

identidade dos cativos no cotidiano”¹³⁰. Apesar de Luna estar se referindo especificamente a identificação dos cativos africanos ao chegar no Brasil, é possível que, à medida que esses cativos fossem se espalhando pelas regiões do país e fossem estabelecendo novos vínculos tenham perdido sua caracterização ou se moldaram as novas condições que a escravidão lhes impôs.

Neste sentido, é possível que, com o processo de miscigenação com a população local essas identificações de cor foram se tornando mais complexas para os novos cativos que começavam a nascer dentro do escravismo e até mesmo para os seus proprietários determinar com exatidão a condição de cor de seus escravos.

Como dito anteriormente, com o advento do recenseamento em 1872 que estabeleceu as condições de cor para o recenseamento da população brasileira, em branco, pardo, negro e caboclo, incluído os escravos nestas mesmas categorias. Seria esperado que ao determinar essa caracterização dos cativos existentes nos planteis brasileiros se tornasse mais claro essas definições de caracterização da cor, no entanto, a população não incorporou essas definições como regra geral e como foi demonstrado na Tabela 06, um número expressivo de cativos não teve sua definição de cor especificada na documentação.

As informações demonstradas na tabela 06, constam em sua maioria especificadas nos registros de matrículas, que acompanhavam os inventários e algumas vinham descritas ao longo do próprio inventário, nas especificações contidas sobre os bens semoventes escravos. Segundo Sheila Faria

As denominações “preto”, “pardo”, “mulato” ou “cabra” poderiam designar tanto escravos quanto libertos. Somente os “brancos” tinham sua condição jurídica evidente. Por outro lado, parece ter sido comum, em todo Brasil, desde o início da colonização, que a denominação “negro” se referia essencialmente ao escravo, de qualquer cor, nunca ao livre. “Crioulo” também era sempre referido ao escravo. Era o nascido no Brasil, mas também estava englobado como “negro”. Para todos os lugares em que há pesquisas sobre a temática, o termo “preto” era sinônimo de escravo nascido na África. Os africanos, no Brasil, eram ou foram, necessariamente, escravos. Estas denominações eram gerais para todo o Brasil¹³¹.

Em se tratando da especificação de cor dos escravos encontrados nos registros de batismos, o quantitativo é irrisório, apesar de a documentação apresentar uma riqueza de

¹³⁰ LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil.**, p. 231.

¹³¹FARIA, Sheila de Castro. **Cotidiano dos negros no Brasil escravista.**, p. 37.

informações a identificação de cor desses cativos é quase inexistente, sendo mencionada apenas em 07 situações dos quais são 06 escravas pretas e 01 mulata.

3.3. Naturalidade dos escravos

Dando prosseguimento aos dados sobre a estrutura da escravaria santarena, considero pertinente fazer um levantamento sobre a naturalidade dos escravos encontrados. Devo ressaltar que essas informações são oriundas especificamente dos inventários post mortem, pois em sua maioria essa documentação vinha acompanhada dos registros de matrículas dos escravos pertencentes aos inventariados, o que tornou possível ter acesso a informações mais detalhadas como a naturalidade, idade no momento da compra (ou no momento de inserção deste escravo como matriculado), filiação, profissão, estado civil e alguma observação que pudesse conter no documento.

Cabe mencionar que até a extinção da entrada de escravos via Atlântico nas regiões brasileiras com a instituição da lei de 1850, a população cativa que vinha para o país eram de determinadas regiões africanas. Segundo Bárbara Palha, os africanos que adentravam no Pará como cativos entre o período de 1801 a 1840 eram em sua maioria oriundos da região Centro-Oeste africano, Angola, Benguela e Cabinda ou Congo do Norte¹³².

Já em sua tese de doutorado Daniel Sousa Barroso usando de dados de Walter Hawthorne apresenta um detalhamento das regiões de onde provinham os escravos que eram inseridos no Grão Pará (1751-1841) e Maranhão (1751-1842), mas o que nos interessa é a procedência dos cativos que entravam na província paraense, que segundo Barroso vinham das regiões africanas de Mina, Alta Guiné e Cabo Verde, África Centro Ocidental e São Tomé e também de outras regiões do Brasil¹³³.

Quando adentramos no universo santareno, mesmo o recorte temporal da pesquisa sendo em um período posterior ao encerramento do tráfico transatlântico, percebemos que, apesar da detecção de alguns cativos africanos nos planteis da cidade de Santarém ainda se fazerem presentes como veremos adiante, ficou obscurecida a origem desses cativos existentes nos planteis santarenos remanescentes do continente africano.

¹³²PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**, p. 36.

¹³³BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p. 96.

Ainda tratando a respeito das localidades que enviavam escravos para o Brasil, Francisco Vidal Luna faz a seguinte ressalva sobre essa questão

[...] esse tipo de análise requer grande cuidado e, em certo grau, tem de permanecer apenas na esfera especulativa. Muitos cativos simplesmente foram arrolados como originários do porto onde foram vendidos, em vez de ter sido mencionados com uma identidade étnica específica baseada na linhagem de clã e no local de nascimento¹³⁴.

Diante das ponderações apontadas por Luna fica compreensível primeiramente a dificuldade em determinar com exatidão as origens da população escrava que desembarcava nos portos brasileiros e entender as divergências que há entre estudos que abordem sobre a questão, como as diferenças apresentadas nos trabalhos de Barroso e Palha.

Como vemos, apesar das conclusões tanto de Palha quanto de Barroso não serem próximas, nos dá uma noção de que a entrada de africanos na província se deu por tempo determinado, representando a partir da inserção da lei que cessava o tráfico negreiro uma diminuição na entrada desses cativos e conseqüentemente tornando os escravos de naturalidade africana mais idosos em relação à escravaria que estava se constituindo pós fim do tráfico atlântico.

A partir da inserção dos registros de matrícula em 1872 para que houvesse um controle maior sobre a presença negra no país, foi possível fazer um breve levantamento da naturalidade dos escravos que estavam vivendo em Santarém, mesmo sendo percebido que em sua maioria não há a constatação da naturalidade desses cativos, ainda assim é possível detectar em alguns casos a presença dessa informação como veremos no Tabela 07:

Tabela 07: Naturalidade dos cativos santarenos

Natural de:	Quantitativo
Santarém	66
Alenquer	14
África	08
Pará	03
Óbidos	03
Amazonas	03
Mato Grosso	01
Maranhão	01

¹³⁴LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil.**, p. 231.

Belém	01
Total	100

Fonte: CDHBA/UFOPA (inventários post mortem –1871/1888)

Como podemos observar do levantamento de escravos arrolados na documentação consultada, de 187 cativos não foi informado a sua origem, 66 segundo a documentação encontrada são naturais da própria cidade de Santarém, 14 de Alenquer que fazia parte da comarca de Santarém, 08 dos cativos arrolados como bens semoventes seriam de origem africana, os demais do Amazonas, de Óbidos, do Pará, Mato Grosso e Maranhão, esses são os que a documentação relata sua origem, sendo que, os demais não há a menção a sua naturalidade. Ao mencionar a origem dos escravos inseridos na região amazônica, Patrícia Melo Sampaio faz o seguinte comentário

Os registros de escravos não indicam a sua procedência na maior parte dos casos. Mesmo a partir do surgimento da Matrícula Geral de Escravos de 1872, estas são informações de frequência esporádica. Não existem muitas ocorrências de escravos de origem africana e o recenseamento de 1872 confirma a pequena incidência de escravos estrangeiros. A maior parte dos registros de procedência indica a própria região como origem (Santarém, Óbidos, Belém, Amazonas)¹³⁵.

É importante salientar que os dados mencionados por Patrícia Sampaio se referem a província do Amazonas, no entanto, pode ser considerado pertinente também para a região paraense de Santarém, pois segundo os dados existentes no censo demográfico de 1872 a incidência de escravos estrangeiros na cidade de Santarém era pequena como demonstrado no QUADRO 10:

QUADRO 10: Dados gerais da população cativa da paróquia de Santarém

	Brasileiros	Estrangeiros	Total
Homens	471	22	493
Mulheres	482	15	497
Soma geral	953	37	990

FONTE: IBGE, Recenseamento do Brasil em 1872 – Pará, p. 175.

Como podemos ver, a presença de estrangeiros dentro da escravaria local é mínima, representa apenas 3,73% do universo escravista santareno pelo que demonstrava o censo de

¹³⁵SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX.*, p. 103.

1872, enquanto os cativos brasileiros reunidos no censo representam 96,27% dessa escravaria, corroborando com o que menciona Patrícia Sampaio ao mencionar escravos estrangeiros.

Uma ressalva deve ser feita em relação aos estrangeiros existentes no Brasil, visto que no período em que o recenseamento estava em construção já se fazia presente no país a política de imigração de europeus como mecanismo de suporte econômico e povoamento. Tanto que, nos dados censitários havia a categoria de estrangeiros (europeus) diferenciada dos estrangeiros cativos (africanos). Os estrangeiros cativos eram sem dúvidas os remanescentes africanos que restavam no país. Segundo Alexandre Camargo

A importância dos imigrantes europeus consistia em revelar o contingente e a proveniência da imigração europeia, que deveria recompor a força de trabalho brasileira, assolada pela proximidade do fim da escravidão. A análise das categorias, dos discursos e relatórios censitários mostra o caráter pragmático da tentativa de conhecer os imigrantes, aos quais (ainda) não é atribuído nenhum papel civilizador, que se contrapusesse ao elemento nacional, corroído pela escravidão¹³⁶.

Daí a necessidade em deixar bem definido as especificidades dos estrangeiros que compunham o corpus populacional brasileiro, delimitando a categoria estrangeiros para escravos e livres, esclarecendo o papel de ambos.

Vale ressaltar que os cativos que possuem origem africana são os mais velhos encontrados entre os planteis, estes possuem 70, 80 anos e o cativo mais idoso encontrado que também tem origem africana consta de 90 anos de idade, encontrado no plantel do senhor Antônio Joaquim Alves de Lima¹³⁷.

Como o período em questão é a segunda metade dos oitocentos, entende-se que a inserção de escravos ainda de origem africana já é impossibilitada devido às proibições de tráfico ocorridas em 1850, com isso percebe-se que as populações cativas existentes na região estão inseridas em outros processos de naturalização, alguns já são filhos da terra, ou seja, já nasceram na localidade em questão. Daniel Barroso enfatiza que:

Após o enfraquecimento do tráfico atlântico no início do Oitocentos e sua interdição definitiva em 1850, e tendo em vista a ineficácia dos escravistas paraenses em promover uma renovação concreta da escravaria regional a partir do tráfico interprovincial (conquanto seja digna de nota, a sua capacidade em reter cativos na província), a reprodução endógena emerge

¹³⁶CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, set.- dez. 2009, p. 367.

¹³⁷CDHBA/UFOPA (Inventário post mortem de Antônio Joaquim Alves de Lima – 1878).

como, provavelmente, a força-motriz da dinâmica demográfica dos cativos do Pará oitocentista¹³⁸.

Destes é possível encontrar a filiação dentro da documentação, demonstrando os mecanismos de reprodução dentro do cativeiro, fazendo com que o crescimento demográfico da população cativa deixasse de ser exclusivamente pelo tráfico e se tornasse natural, através dos nascimentos de filhos dos escravos que ali já se encontravam.

Seguindo ainda por esse caminho da necessidade de manter e ampliar seus planteis de cativos após a proibição do tráfico em 1850, houve, segundo Manolo Florentino uma mudança na forma como os donos de escravos buscaram sanar essas dificuldades oriundas da mudança de aquisição dos cativos.

Com a proibição da chegada de novos escravos através do atlântico, outras adversidades surgiam para que a aquisição dos cativos fosse realizada por quem interessava, assim sendo, foi importante buscar meios de garantir a sobrevivência e certa estabilidade na manutenção das escravarias que já estavam dentro dos plantéis. Segundo Manolo Florentino o que ocorreu foi que

Com a proibição definitiva do tráfico, ao mesmo tempo que o preço dos cativos sofria um aumento generalizado, os senhores brasileiros buscariam prolongar-lhes a vida útil. Assim, o desequilíbrio entre os sexos foi diminuindo. A empresa ter-se-ia adaptado à melhoria das condições materiais dos escravos, à custa de menores ganhos. O índice de sobrevivência dos recém-nascidos teria crescido e o tempo de vida útil dos adultos teria aumentado, enquanto também se dilatavam as suas potencialidades auto reprodutoras. Tais mudanças se traduziriam, por exemplo, na maior incidência de famílias escravas¹³⁹.

Essas mudanças trouxeram ganhos a longo prazo para os proprietários de escravos, o índice de nascimentos de cativos seria uma alternativa para a ampliação dos planteis que encontravam dificuldades em adquirir novos cativos através das negociações de mercado e essas condições favoráveis de reprodução viabilizava o aumento da constituição familiar escrava. Apesar do recorte temporal usado por Florentino ser de antes da Lei de 1871 é possível que essa conjuntura tenha se estendido até o fim da escravidão levando assim a manutenção da escravaria.

¹³⁸BARROSO, Daniel Souza. **O cativeiro à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p.105.

¹³⁹FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2017., p. 24.

A partir dos dados existentes na documentação avulsa disponibilizada pelo CDHBA e do próprio processo de reprodução nos planteis de cativos existentes foi possível estabelecer o vínculo parental que ocorria no cativeiro visualizando assim as relações parentais que surgiam em meio ao processo de escravidão da cidade.

Vejamos a seguir como estava representado o demonstrativo das filiações dos cativos arrolados na documentação avulsa encontrada em Santarém no QUADRO 11:

QUADRO 11: Demonstrativo da filiação dos cativos santarenos

Filiação apenas materna	86
Filiação materna e paterna	08
Total de cativos com filiação	94
Não há a filiação	193

Fonte: CDHBA/UFOPA (inventários post mortem)

Apesar do percentual de cativos que não possuíam a filiação demonstrada na documentação avulsa coletada ser maior, ainda assim é possível visualizar que, em 94 casos há a menção da filiação dos cativos arrolados como bens semoventes na documentação pesquisada.

Em sua maioria a presença apenas da figura materna representava 91,48% de cativos com filiação presente nos inventários, sendo que, deste total, 17 mães cativas tiveram arrolados mais de um filho na documentação, representando assim um vínculo familiar dentro dos planteis, já que essas mães juntamente com seus filhos se faziam pertencentes ao mesmo proprietário como demonstrado nos inventários post mortem de Santarém.

Desses, é possível perceber também que havia 08 cativos que representavam 8,51% com a filiação de pai e mãe, possibilitando assim a existência de famílias nucleares dentro de um mesmo plantel, pois neste rol é mencionada a presença de ambos os pais de cativos pertencentes ao mesmo proprietário cujo escravo mencionado como filho também está presente.

Este é o caso dos escravos Isabel, Silvino, Ana e Fábio que são escravos do coronel João Caetano Barroso Pereira e cujos pais José Bernardo e Paula Romana também fazem parte do mesmo plantel¹⁴⁰, demonstrando assim a existência de famílias dentro desses planteis e mesmo a reprodução em cativeiro dessa população escrava, o que garantiria o aumento desses planteis dentro da região do baixo Amazonas.

Há de se mencionar, contudo, que mesmo que o pai não seja mencionado, não significa necessariamente que não houvesse uma família (nuclear) apesar da documentação mencionar

¹⁴⁰CDHBA/UFOPA (Inventário post mortem do coronel João Caetano Barroso – 1883)

somente a presença da mãe como figura familiar, ou seja, a chamada família monoparental. Essa é uma característica que se fez presente na cidade de Santarém, a família monoparental onde figurava a mãe como demonstrado no QUADRO 11.

Sobre a possibilidade da existência da família cativa no universo santareno iremos demonstrar mais adiante como os dados do censo e das demais documentações retrataram de forma subjetiva essas possibilidades de laços parentais dentro de planteis santarenos, assim como a partir da lei de 1871 essas situações foram sendo abordadas pelos proprietários desses cativos que constituíam vínculos sanguíneos dentro das escravarias.

Ainda sobre a presença da figura feminina como alicerce da estrutura familiar dentro do processo de escravidão no Brasil usarei da fala de Maria Odila Leite da Silva Dias quando ressalta que

Essas mulheres não estavam integradas nas instituições do poder, não eram assalariadas, não tinham propriedades, não gozavam de direitos civis nem tinham acesso à cidadania política. Nem por isso deixaram de ter a sua organização familiar e de sobrevivência e relações próprias, de convívio comunitário¹⁴¹.

Maria Odila Dias trata das relações estabelecidas pelas mulheres em seu cotidiano, demonstrando a força e a disponibilidade para sobreviverem em uma sociedade extremamente machista, mas que por vezes impunha à mulher a necessidade de se pôr como base de sustento de suas famílias. Essa é uma característica inerente à condição social em que se encontrava a mulher no século XIX e as cativas não estavam à margem dessa situação.

A inserção da família escrava na historiografia avançou bastante desde a década de 1970 e hoje já se discute de forma mais contundente as concretizações de famílias cativas dentro dos planteis escravocratas brasileiros. Cabe aqui mencionar a fala de Florentino ao tratar das questões relacionadas à discussão da efetividade da família escrava

Houve uma época, e não faz muito tempo, em que a historiografia tinha grande dificuldade de encontrar um caminho justo para avaliar aspectos centrais da escravidão, mormente aqueles relativos à família escrava. Na década de 1950, julgou que a escravidão era uma forma de organização social de efeitos tão deletérios e reificadores sobre os escravos que fazia viger, nas senzalas, a anomia (isto é, a ausência de leis, de normas ou de regras de organização) e a promiscuidade¹⁴².

¹⁴¹Dias, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.**, p. 52.

¹⁴²FLORENTINO, M.; GÔES, J. R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850.**, p. 21.

Era essa perspectiva de que não havia controle, regras e nenhum tipo de organização social ou parental que fazia com que se defendesse a não viabilidade da concretização da família cativa, vista como algo improvável de ser efetivado devido a diversos fatores, como a desproporcionalidade entre os sexos nos planteis, as diferentes etnias que eram postas juntas e que poderia dificultar algum tipo de aproximação entre esses cativos etc.

Mas com o avançar das pesquisas, novas abordagens e a inserção de novas fontes foi demonstrando que essa ideia até então defendida precisava ser revista. A documentação que começou a ser explorada dava conta de que os cativos encontraram mecanismos que lhes dessem minimamente um conforto dentro do cativeiro, e esses espaços que encontraram lhes trouxe a possibilidade de criar laços de consanguinidade e em alguns casos avançar para relações que ultrapassassem o próprio plantel em que estavam inseridos, como os laços de parentesco simbólicos, onde se enquadraria o compadrio.

O próprio Manolo Florentino destaca essa mudança ao dizer que, “foi a incorporação de novos tipos de fontes, em geral maciços e seriados, de natureza demográfica e quantificáveis, que permitiu conhecer melhor o que, até então era tido por incompatível com o cativeiro”¹⁴³. São mudanças significativas e que geram novas abordagens no campo dos estudos sobre a família cativa.

Robert W. Slenes faz um balanço dessa historiografia que a princípio tratou o sistema escravocrata como um modo de quebrar a individualidade dos escravizados e o senso de pertencimento a algo que lhes causasse um sentimento familiar e de parentesco, tornando os cativos promíscuos e avessos a laços parentais, até o momento de mudança da historiografia, onde essa visão é revista e passa-se a compreender os diversos caminhos usados pelos cativos para assegurar sua linhagem e suas relações parentais dentro do cativeiro.

Segundo Robert Slenes, a partir da utilização de uma variada gama de documentos, passou a ser discutida a importância da construção de família pelos escravos e que esta era sim uma instituição valorizada pelos cativos africanos. Slenes relata o seguinte

[...] a família nuclear, intergeracional e extensa (incluindo parentes fictícios, ou seja, “compadres”) era uma instituição forte e valorizada pelos escravos, que não há razões para concluir que as uniões conjugais em si fossem especialmente instáveis (fora a porcentagem, deveras significativa, separada por venda ou processo de herança); que os pais escravos, não apenas as mães,

¹⁴³ FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850.**, p. 22.

tendiam a ser figuras importantes na vida de seus filhos; e que os cativos tinham normas familiares próprias [...] ¹⁴⁴.

Mas atestar a realidade da existência da família cativa não minimiza os horrores que os escravos vivenciaram no sistema escravista, porém, é imprescindível para que se torne menos difundida a ideia de que esses africanos tinham suas raízes culturais extirpadas de forma que fossem incapazes de se refazerem como indivíduos e que estabeleciam laços.

3.4. O estado conjugal dos escravos santarenos:

Neste sentido, seguimos demonstrando a viabilidade da construção familiar cativa dentro da realidade santarena, quando a partir do levantamento dos dados existentes na documentação avulsa analisada foi possível detectar o estado civil desses escravos ressaltando que o estado conjugal desses cativos se refere aqueles que tinham idade a partir dos 15 anos ¹⁴⁵ como demonstrado no QUADRO 12:

QUADRO 12: Estado conjugal da população cativa santarena 1871-1888

Mulheres solteiras	Homens solteiros	Homens casados	Mulheres casadas	Mulheres viúvas	Homem viúvo	Não consta	Total
49	51	12	06	02	01	84	205

Fonte: CDHBA/UFOPA

Como é possível perceber, uma boa parte dos escravos não possui a descrição de sua condição civil, representando 205 cativos nessa situação, que poderiam ser enquadrados como solteiros já que não há a manifestação de seu estado civil na documentação, no entanto, considerou-se pertinente não os enquadrar como solteiros visto que isso poderia acarretar um dado falso no contexto de cativos solteiros. Pela inviabilidade precisa da informação optou-se por usar o termo não consta.

Um ponto relevante deve ser feito, é a respeito dos cativos santarenos em que não constava a condição civil especificada dentro da documentação, deste universo de 84 escravos foi detectado 06 escravas que possuíam filhos dentro do plantel de seus proprietários. Como

¹⁴⁴SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Robert W. Slenes. – 2ª ed. corrig. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 47.

¹⁴⁵Dos 287 cativos detectados na documentação, como dito na página 75 deste trabalho, 59 são de crianças até 12 anos e a análise do estado conjugal desses escravos se deu a partir da idade de 15 anos, não sendo inseridos os cativos com idades entre 12 e 14 anos que contabilizavam 23 cativos.

mencionado anteriormente, entendeu-se que não seria pertinente enquadrá-las no rol de solteiras por falta de precisão de informação, e apesar de ser um número relativamente pequeno, entende-se a significância da procriação dentro do cativeiro mesmo não tendo como determinar qual era de fato a condição conjugal dessas cativas.

Os cativos solteiros que foram contabilizados como dito anteriormente a partir da idade de 15 anos representam a maioria, totalizando 100 escravos entre homens e mulheres, essa condição não inviabiliza, no entanto, a existência de alguns desses escravos que estão arrolados como solteiros possuírem filhos. Há de se levar em conta que, dentro dos planteis encontrados, no rol de cativos solteiros masculinos não foi detectado a presença de homens solteiros com filhos, diferentemente da situação das cativas solteiras.

Do universo de 49 cativas solteiras identificadas nos planteis santarenos, 15 delas haviam gerado filhos dentro do cativeiro e os filhos ainda estavam presentes no plantel segundo consta nos inventários post mortem dos proprietários. Essas famílias monoparentais femininas contribuíram para o aumento mesmo que pequeno, dos planteis santarenos. Observamos que, destas 15 escravas, foram nascidos no cativeiro um total de 34 filhos e esse quantitativo ampliou o plantel desses proprietários.

Quando observamos o plantel em que estas cativas solteiras com filhos estavam inseridas, percebe-se que eram pequenos planteis com menos de 10 cativos cada um, como a maioria dos encontrados na cidade de Santarém e dois deles (planteis) com 12 escravos.

Diferentemente do que encontrou Robert Slenes para as escravarias de Campinas onde a presença de laços familiares se dava entre os médios e grandes planteis¹⁴⁶, em Santarém essa realidade de estabelecimento de laços sanguíneos e de procriação dentro do cativeiro se fez presente mesmo nos planteis que continham apenas um ou dois escravos como pôde ser visto.

Já Daniel Barroso entende que, “por mais que a prevalência dos pequenos planteis não tenha obstado a formação de vínculos familiares entre os escravos e ingênuos da região”, ao tratar sobre o núcleo urbano de Belém que se assemelha à realidade santarena com planteis pequenos de escravos, esta realidade inviabilizou segundo Barroso “a formação de estruturas familiares com maior nível de complexidade, principalmente aquelas que reuniam mais de duas gerações de uma mesma família”¹⁴⁷.

¹⁴⁶ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Robert W. Slenes. – 2ª ed. corrig. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

¹⁴⁷ BARROSO, Daniel Souza. **O cativeiro à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p.185.

Mesmo que seja difícil caracterizar estruturas familiares mais complexas como mencionou Barroso anteriormente, algumas exceções acabam saltando em meio à regra quando se trata das constituições de laços familiares dos escravos brasileiros e no caso em questão dos cativos santarenos, é o caso da escrava Raimunda Pacheco de Jesus.

Dos escravos arrolados como bens semoventes, foi detectada a presença da escrava Raimunda Pacheco de Jesus de 44 anos, pertencente a propriedade de Joaquim Antônio Luiz Coelho. Esta escrava tinha como mãe, Maria de Jesus, mencionada na documentação e no mesmo plantel havia o que pode ser sua irmã, Apolônia Pacheco de Jesus, visto que ambas possuem a mesma filiação entende-se que havia um grau de parentesco de primeiro grau, digamos assim. Raimunda é solteira e possui uma filha que faz parte do mesmo plantel assim como seus sobrinhos, filhos de Apolônia Pacheco de Jesus.

Esse desenvolvimento de relações ampliava significativamente o plantel desses proprietários, mesmo que não ocorressem de forma frequente situações como a que ocorreu na propriedade de Joaquim Antônio Luiz Coelho, esses nascimentos representavam um aumento da mão de obra escrava e conseqüentemente geraria lucro aos seus proprietários. No caso deste proprietário, essa peculiaridade de seus cativos se fez presente não só com a cativa Raimunda, como veremos mais adiante.

Para dois proprietários de escravos santarenos o nascimento desses cativos representou um aumento substancial do seu plantel, é os escravistas Manoel Marques de Assumpção e o coronel João Severiano de Miranda que possuíam 03 e 08 cativos respectivamente e com a concepção de suas escravas seus planteis aumentaram para 10 e 14 nessa ordem. Deve-se levar em conta que havia entre esses escravos nascidos em cativeiro alguns que já eram adultos, portanto, a vigência da lei de 28 de setembro de 1871 para o período pesquisado não causou mudança relevante no contexto desses planteis¹⁴⁸.

Dentro da escravaria encontrada no rol de inventários post mortem, 18 escravos são identificados como casados, sendo 12 homens e 06 mulheres e dos 12 homens casados, 05 deles segundo consta nos inventários estavam casados com mulheres livres, vale ressaltar que, 03 desses escravos que estavam arrolados como casados nos inventários, não havia a menção de quem eram seus cônjuges. Mesmo tratando da situação em que envolve majoritariamente as famílias monoparentais femininas, Daniel Barroso faz um apontamento a respeito dessas situações onde havia esse ofuscamento de parceiros dos cativos nos planteis.

¹⁴⁸CDHBA/UFOPA (Inventários post mortem de Manoel Marques de Assumpção – 1874 e Inventário post mortem de João Severiano de Miranda – 1883).

Ao mencionar a prevalência das estruturas monoparentais femininas como base das formações familiares cativas para o núcleo urbano de Belém, Barroso salienta que, os parceiros dessas cativas muitas vezes eram eclipsados por motivos como, eram de condição livre, ou poderiam ser parceiros indígenas não sendo assim arrolados na documentação e/ou poderiam ser cônjuges que pertenciam a planteis diferentes e isso não ficou detalhado no momento de elaboração do inventário¹⁴⁹. Essa pode ser uma realidade que pode ser aplicada aos cativos santarenos cujos cônjuges não foram mencionados na documentação.

Já ao contabilizarmos as 06 mulheres casadas, detectou-se que 01 delas é casada com um homem livre como consta no inventário. Uma especificidade desta cativa casada com homem livre é que seus filhos se encontram como escravos no mesmo plantel. A escrava em questão é Apolônia Pacheco de Jesus de 44 anos, casada com homem livre, filha de Maria de Jesus, seu proprietário, assim como de seus filhos é Joaquim Antônio Luiz Coelho. Apolônia possui 03 filhos no mesmo plantel que ela, são eles: Isabel de Jesus Pacheco, solteira de 23 anos de idade, Maria de Jesus Pacheco de 09 anos de idade e Teolinda Maria de Jesus com 18 meses de idade. Além de seus filhos, esta cativa tem uma irmã e uma sobrinha no mesmo plantel que mencionei anteriormente.

Ainda a respeito de constituição familiar, outro caso que pode ser exemplificado é dos escravos José Bernardo e Paula Romana, cativos do coronel João Caetano Barroso Pereira e que formaram uma família nuclear dentro do cativo. José Bernardo como consta no inventário post mortem de seu proprietário era filho de Francisco e Joana Roberta, a documentação não determina a condição dos pais de José Bernardo, mas como o cativo é natural de Santarém, supõe-se que seus pais fossem africanos por conta de sua idade que é de 51 anos.

Casado com Paula Romana de 35 anos, os dois escravos são pais de quatro filhos, são eles: Isabel de 03 anos, Silvino de 11 anos, Ana de 05 anos e Fábio de apenas 26 dias. Ao que a documentação indica, o casal possuía um certo prestígio junto ao seu proprietário, pois o casal, como pôde ser constatado ao cruzar as informações contidas nos registros de batismos tiveram a chance de estabelecer parentescos simbólicos através do compadrio ao apresentar seus filhos a pia batismal na paróquia de Santarém. Dois de seus filhos foram detectados nos registros de batismos de Santarém e seus padrinhos (Manoel Antônio da Silva P. e Maria Felipa da Silva P.) aparentemente não faziam parte da escravaria, representando assim uma extensão familiar para além do cativo.

¹⁴⁹ BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p.186.

Pela documentação analisada não foi possível detectar os padrinhos desses cativos e assim não foi possível fazer inferência a respeito de sua condição econômica e social na cidade de Santarém e determinar até que ponto isso interferiria nas escolhas para estabelecer esses vínculos parentais simbólicos.

Para o quantitativo de viúvos encontrados, foi um total pequeno comparados aos demais, foram 03 viúvos identificados, dos quais 02 são mulheres, o que demonstra que em algum momento de suas vidas como cativos também vivenciaram a experiência de viver conjugalmente.

A existência de relações familiares dentro dos planteis de escravos representava a tentativa do cativo de sobreviver de alguma forma as agruras da escravidão, encontrando talvez na constituição familiar um suporte melhor para sua vida cativa. Segundo Francisco Vidal Luna

A maioria dos africanos e seus descendentes tentou sobreviver á experiência do cativo e levar uma vida o mais normal possível no contexto desse impiedoso sistema. Por isso, a família e a vida comunitária foram parte fundamental da experiência afro-brasileira e, de modo mais amplo, contribuíram para moldar e definir a sociedade na qual os escravos se inseriam¹⁵⁰.

O que era visto como promiscuidade ou coisificação dos escravos em estudos anteriores¹⁵¹ quando se falava em famílias cativas passou a ser tratado como condições reais de construções familiares pela historiografia mais recente¹⁵², buscando dar visibilidade às sociabilidades estabelecidas pelos cativos para manter essa estrutura familiar que lhes era possível.

Diante do quadro em que estavam inseridos esses escravos, estabelecer laços conjugais e afetivos tradicionais regidos pelos dogmas cristãos não eram condições favoráveis que se apresentavam a essa camada da população, sendo assim, eles buscavam novas formas de construir seus laços afetivos e parentais, fossem por consanguinidade ou mesmo simbolicamente como seria no compadrio.

¹⁵⁰ LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil.**, p. 229.

¹⁵¹ Pensadores da Escola Paulista como Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Jacob Gorender entre outros buscaram debater a teoria por Freyre defendida sobre a questão da democracia racial, no entanto seus estudos acabaram por tornar o escravo em “coisa” sendo por estes defendidos como incapazes de se manifestar socialmente, totalmente passivos. Entendiam a situação do escravo como extremamente sufocante a ponto destes não se perceberem como agentes sociais e que não detinham condições de escreverem sua história na sociedade brasileira.

¹⁵² Surgiram estudos que foram de encontro a essa visão de coisificação e promiscuidade, autores como Robert Slenes, João José Reis, Marilene Rosa Nogueira da Silva, Sidney Chalhoub, Sílvia Hunold Lara e Leila Mezan Algranti, são nomes que se destacam nestes novos enfoques adotados quando estes afirmam que ao contrário dos pensadores da Escola Paulista que demonstravam o escravo “coisificado” vêm mostrar a relevância dos escravos como agentes históricos e sociais.

A documentação encontrada dá condições de detectar esses registros de famílias escravas e assim podemos explorar suas redes de sociabilidades traçadas para que pudessem solidificar essas construções familiares dentro do cativo, assim como analisar de que forma essas relações parentais eram interpretadas pelos próprios proprietários, como na questão da Lei do Ventre Livre que definia a liberdade dos filhos de cativas.

Sobre essa compreensão de que a dinâmica existente entre os cativos e seus proprietários, assim como com a sociedade em geral é diferenciada e ultrapassa o sentido tradicional de como as relações sociais eram estabelecidas e vistas, Vidal Luna ressalta o seguinte:

Tudo isso sugere uma estratificação e organização social muito mais complexas do que aquela apontada pelas análises tradicionais sobre a escravidão no Brasil. A abundante historiografia atual sobre a escravidão mostra situações cada vez mais complexas e peculiares, embora igualmente frequentes, que marcaram a escravidão no Brasil¹⁵³.

Luna vem discorrendo a respeito das diversas particularidades que se apresentavam no mundo da escravidão pelos diversos cantos do país, onde tanto a população cativa quanto os que detém essa população como sua propriedade desempenham papéis diversos e heterogêneos não sendo possível usar uma forma de designar com homogeneidade o perfil tanto desses proprietários de escravos quanto da própria população cativa em si.

3.5. Atividades desenvolvidas pelos cativos:

Dando continuidade ao levantamento da escravaria santarena, dispusemos de dados que remontam a ocupação de alguns escravos registrados como bens semoventes. Há de se mencionar, no entanto, que a inserção do escravo como mão de obra na região amazônica foi e ainda é sinônimo de inúmeras discussões que visam dar condições de melhor entendimento de como foi utilizado o escravo africano dentro das cidades (tanto na zona urbana quanto na rural) das províncias do norte. Patrícia Sampaio ressalta que

A historiografia, até então, considerava acessória a mão-de-obra escrava negra, destacando-lhe a insignificância para o funcionamento do sistema econômico da região. Este tratamento acessório que a historiografia deu aos escravos na região não havia sido alvo de contestações. Até mesmo devido a inexistência de indícios que nos sugerissem que os escravos estivessem

¹⁵³ LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil.**, p. 131.

inseridos de uma outra forma, nesta sociedade que sobrevivia, majoritariamente, do uso do trabalho compulsório dos índios¹⁵⁴.

Sendo assim, é compreensível que os estudos até então obscureciam (não sei ao certo se de propósito) a presença do negro como força de trabalho impactante na Amazônia, o que vem sendo revisado pela historiografia local.

Para Vidal Luna os “cativos eram a força de trabalho não só nas minas e fazendas, mas também na produção de gêneros básicos, nas atividades artesanais, no comércio, transporte, pesca, artes e no trabalho doméstico¹⁵⁵. Se levarmos em conta que o uso da força de trabalho escravo no Brasil não se deu de forma igual em todas as regiões, é condizente a fala de Luna e da própria Sampaio sobre o uso da mão-de-obra cativa africana.

São respaldos de visões semelhantes que concordam com a diversidade do uso da mão-de-obra cativa e se deu de formas peculiares em cada localidade do país, demonstrando a diversidade e as maneiras únicas do uso desse cativo, considerando que a economia brasileira seguiu inúmeros caminhos e não só o que era até então defendido, como grandes fazendas, grandes plantações, minerações, houve uma extensa gama de atividades que utilizavam o trabalho cativo de diversas formas.

Manolo Florentino salienta que “o escravo era uma mercadoria, objeto das mais variadas transações mercantis: venda, compra, empréstimo, doação, transmissão por herança, penhor, sequestro, embargo, depósito, arremate e adjudicação. Era uma propriedade”¹⁵⁶. Essa propriedade era responsável pela manutenção dos bens e conseqüentemente pelo aumento na proporção da riqueza de seus donos, fossem como mercadorias ou mesmo como trabalhadores que exerciam algum tipo de atividade que gerasse lucros para seus proprietários.

A documentação que vem sendo analisada tem dado a chance de detectar a força de trabalho e a sua importância para a constituição da elite social amazônica. Uma elite que se diferencia das demais regiões do país, mas que não significa que seja menos elite que estas.

É a partir da análise de inventários que é possível detectar a força de trabalho desses cativos existentes na Amazônia e agregar aos seus proprietários o peso que estes indivíduos inculciam nas riquezas de seus donos. Como destaca Patrícia Sampaio

Os inventários constituíram-se em evidências que possibilitam um dimensionamento mais correto do papel da mão-de-obra escrava neste

¹⁵⁴SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX.**, p. 102.

¹⁵⁵LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil.**, p. 132.

¹⁵⁶FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850.**, p. 25.

contexto. Também ajudam a compreender quem são estes escravos e o significado da propriedade escrava nesta região, porque a importância da mão-de-obra escrava não parece residir na quantidade de negros que aqui existiam, mas na força pela qual faziam parte das fortunas da cidade¹⁵⁷.

O ofício que um escravo exercia poderia ser mais significativo que o próprio escravo em si, como sabemos, o quantitativo de escravos existente na região não era tão elevado se comparado com outras regiões do país, daí a importância desses cativos exercendo algum tipo de atividade que trouxesse retorno econômico para seus senhores. Contudo, é importante mencionar que uma quantidade expressiva de cativos não possuía uma tipificação de suas atribuições de trabalho.

Quando analisamos os bens dos proprietários de cativos observou-se que em sua maioria estes haviam como bens inventariados plantações, sítios e desenvolviam atividades que envolviam a pecuária, mesmo que não fosse algo expressivo, isso representa as práticas econômicas desenvolvidas na cidade, além das atividades civis e militares que também se faziam presentes. Sendo assim, mesmo que não houvesse a definição das atividades de trabalho desenvolvidas de todos os cativos presentes na região, entende-se que estavam inseridos no contexto econômico diversificado da região santarena. Já dentre os escravos arrolados como bens nos inventários post mortem, encontramos 67 cativos que possuíam em sua descrição algum tipo de ocupação como demonstra a Tabela 08:

Tabela 08: Atividades desenvolvidas pelos cativos santarenos

Atividades	Quantitativo
Lavrador	34
Serviços domésticos	09
Oficial de pedreiro	04
Pedreiro	03
Cozinheiro	03
Costureiro/alfaiate	03
Cultura	03
Pescador	02
Vaqueiro	02
Sapateiro	01
Oficial de capina	01
Carpinteiro	01
Oficial de ferreiro	01
Total	67

Fonte: CDHBA/UFOPA

¹⁵⁷SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX.*, p. 103.

Como é possível notar, a maioria dos escravos que tiveram a especificação de sua função identificada na documentação faz parte do trabalho na lavoura, o que pode nos remeter a importância que essa prática possuía dentro da economia santarena, contudo, isso não significa que outras atividades econômicas dentro do espaço santareno não tivesse sua parcela de importância para o desenvolvimento econômico da cidade.

Dentro do quantitativo de escravos representados com alguma opção 34 estão identificados exercendo a atividade de lavradores, 09 como escravos que atuam nos serviços domésticos, 07 como pedreiros e oficiais de pedreiro, 03 cozinheiros, 03 costureiros e alfaiate e 11 distribuídos em atividades diversas como pescaria, ferreiro, vaqueiro etc.

A presença de bens de raiz entre os proprietários de escravo é significativa, assim como daqueles cidadãos que mesmo não possuindo escravos detinham entre seus bens arrolados propriedades que possuíam plantações, principalmente de cacau como fruto de suas rendas. Contudo, o próprio Daniel Barroso, salienta algumas ressalvas em relação à economia agrícola para o Pará apontada por outros estudiosos como Roberto Santos e Bárbara Weinstein¹⁵⁸.

Mesmo que haja controvérsias quanto à estrutura econômica paraense como mencionado anteriormente, pelas informações obtidas através dos inventários post mortem para a região de Santarém, foi possível observar uma variada especificação de empreendimentos econômicos por parte dessa população que deixou resquícios de seus bens inventariados¹⁵⁹.

Assim percebemos que havia outras atividades e que isso se refletiu também na ocupação desses escravos, pois como vemos nas informações acerca da ocupação dos escravos é que apesar de os cativos estarem sendo utilizados em maior quantidade na lavoura, havia outras atividades por eles sendo executadas como os escravos com ofício de pedreiros, cozinheiros, domésticos, ferreiros, vaqueiros, costureiros etc.

É relevante mencionar que esses cativos que possuíam algum ofício tinham seus valores de mercado um pouco acima dos demais escravos onde não aparece algum tipo de ocupação. Durante o levantamento dos dados encontrados na documentação, foi possível perceber a diferença nos valores estipulados entre os cativos que possuem algum tipo de qualificação para

¹⁵⁸Daniel Souza Barroso ressalta em seu trabalho (BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**) que estudiosos como Roberto Santos e Bárbara Weinstein defendem que a agricultura paraense no decorrer do século XIX sofreu com alguns contratemplos como, por exemplo, a cabanagem, e a própria produção da borracha, porém para Daniel Barroso, essa questão já foi rebatida por Luciana Marinho, Francivaldo Nunes.

¹⁵⁹ Sobre esses aspectos que remetem a questão econômica da região foi tratado no capítulo anterior quando abordado a respeito das atividades econômicas desenvolvidas pelos proprietários de escravos existentes em Santarém.

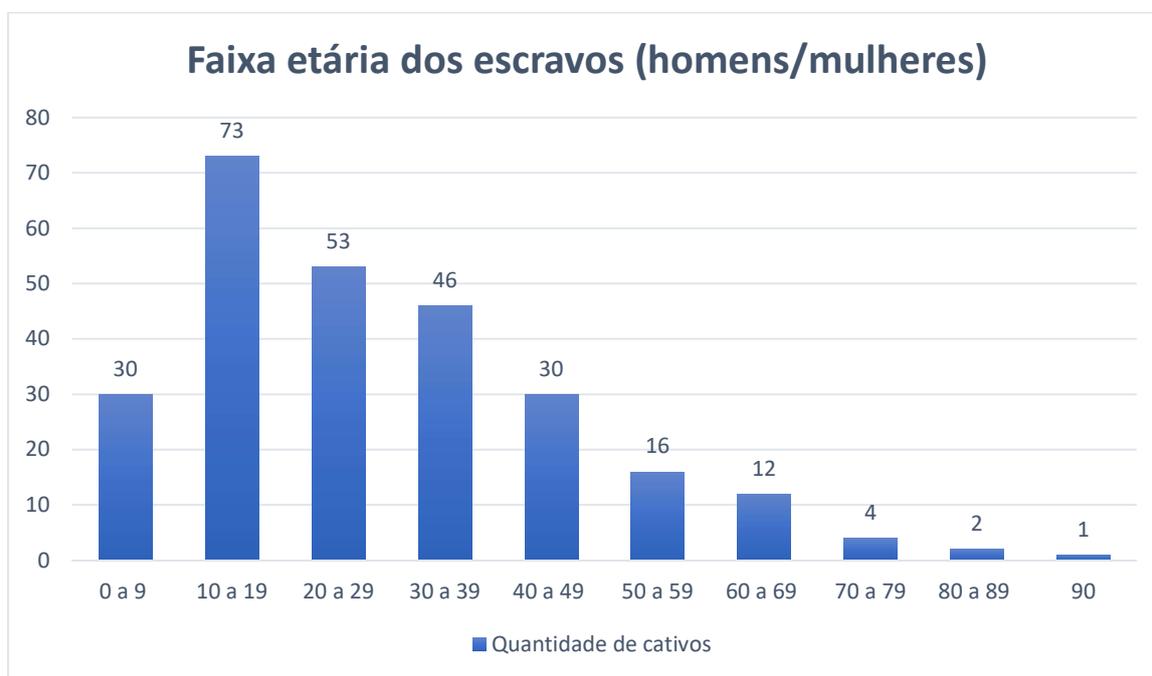
aqueles que não eram mencionadas ocupação nenhuma. Isso aumentava o poder aquisitivo de seus proprietários e garantia bons lucros em caso de repasse dessas mãos de obra cativas.

3.6. Faixa etária da população cativa santarena

Pensando nessa mão de obra disponível aos moradores busquei fazer o levantamento da faixa etária dessa escravaria, tentando detectar o perfil desses escravos para o desenvolvimento das atividades econômicas e mesmo tentar perceber o nível de fecundidade que havia dentro dos planteis para a região santarena.

Mas se faz necessário fazer uma ressalva em relação a fecundidade da população cativa, pois segundo Vidal Luna “é difícil estimar a fecundidade da população escrava, e também não é muito relevante estimar taxas de fecundidade conjugal, já que apenas uma minoria de escravos era casada”¹⁶⁰. Isso não significa a inexistência total de reprodução em cativo como demonstrado no Gráfico 2:

GRAFICO 2



Fonte: CDHBA/UFOPA (Inventários post mortem)

¹⁶⁰LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil.**, p. 246.

Como podemos notar, essa escravaria encontrada nos inventários post mortem para o período de 1871-1888 para a região santarena, é relativamente jovem, pois como vemos o percentual de escravos nas faixas etárias entre os 10 e 29 anos é bem relevante, totalizando 126 cativos. Quando se trata de população cativa infantil, encontramos na faixa etária de 0 a 09 anos a quantia de 30 crianças cativas. Já a população considerada mais madura, representado pela faixa etária entre os 30 e 49 anos totaliza 76 cativos (masculinos e femininos).

Quando analisamos apenas a faixa etária das cativas em idade fértil, aqui estipulamos as escravas entre 15 e 40 anos de idade como em idade reprodutiva, encontramos 65 escravas nessa faixa de idade, o que representa 46,09% de um percentual de 141 mulheres cativas identificadas na documentação, um quantitativo relativamente alto dentro dos planteis santarenos¹⁶¹. O elevado número de mulheres cativas em idade reprodutiva pode ter sido um dos fatores que determinou o quantitativo de nascimentos na escravaria santarena, no entanto, cabe mencionar o que Daniel Barroso salienta a respeito dessa relação mulheres cativas em idade fértil/nascimento de cativos

Tanto o peso relativo das crianças cativas, quanto o peso relativo das mulheres escravas em idade fértil apresentaram variações significativas entre as diferentes faixas de tamanho de plantel. Dado o pequeno número de observações que compõem a nossa amostra e as características não uniformes de tais variações, somos levados a crer que essas oscilações constituíram movimentos de caráter aleatório. Não identificamos, por exemplo, relação direta entre os pesos relativos de crianças e de mulheres em idade fértil, e as faixas de tamanho de plantel. E ademais é oportuno lembrarmos que, por vezes, uma determinada faixa de tamanho de plantel se circunscreve, em última instância, a plantéis específicos¹⁶².

Estas informações foram coletadas somente nos inventários post mortem, com a ressalva de que nem todas as informações em relação à faixa etária tanto das crianças quanto dos adultos são fidedignas. Em se tratando dos escravos encontrados nos registros de batismos, o número de crianças ingênuas é maior, representando um total de 115 crianças batizadas em sua maioria com menos de 05 anos de idade.

Os cativos na faixa etária acima dos 50 anos são também bastante significativos, levando em conta o alto índice de mortalidade da população brasileira como um todo, estes cativos com idade mais avançada representavam 35 cativos, o que demonstra que a população escrava estava

¹⁶¹ Segundo Daniel Sousa as faixas etárias adotadas para as mulheres em idade fértil, variam de pesquisa para pesquisa, sendo na pesquisa presente escolhido a faixa etária de até 40 anos como idade reprodutiva por levar em consideração os fatores econômicos, sociais e o modo de vida da população oitocentista.

¹⁶²BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**, p.196.

envelhecendo e era também uma escravaria que delineava um contraste entre juventude e maturidade. A população escrava encontrada na documentação analisada que tinha idade entre 60 e 69 era de pouco mais de 12 cativos e acima dos 70 anos foram identificados 07 escravos. Destes escravos com mais de 60 anos, encontramos a cativa mais idosa do plantel até o momento, é a escrava Joana com 90 anos de idade que pertenceu a Antônio Joaquim Alves de Lima¹⁶³, a mesma é de naturalidade africana e a documentação não menciona se esta cativa contraiu matrimônio ou gerou filhos em cativeiro.

E dos escravos arrolados como bens semoventes nos inventários post mortem encontrados, 20 não tinham suas idades mencionadas na documentação. Sobre os cativos encontrados nos registros de batismos, a idade dos genitores das crianças ingênuas batizadas não é mencionada no detalhamento dos registros, sendo assim fica impossibilitado de determinar essa informação dentro do trabalho.

Um detalhe que pôde ser detectado através dos registros de matrícula que alguns dos inventários post mortem traziam é o espaço de tempo que estes escravos estavam no plantel em que foram arrolados como bens semoventes. Cabe ressaltar, no entanto, que, como os registros de matrícula passaram a ser obrigatórios apenas a partir do ano de 1872, é possível que o tempo de permanência desses cativos seja bem maior do que o demonstrado na documentação como demonstra a Tabela 09:

Tabela 09: Idade dos escravos com registros de matrícula

Nome do escravo	Idade que constava no momento da matrícula	Idade que constava na elaboração do inventário
Bernarda	46 anos	48 anos
Joana	10 anos	12 anos
Vicente Manoel Ferreira	26 anos	29 anos
Luíza Maria da Conceição	18 anos	19 anos
Benedita	30 anos	32 anos
Leocádio	16 anos	18 anos
Domingas	15 anos	17 anos
João	13 anos	15 anos
Benta	11 anos	13 anos
Maria	07 anos	10 anos
Francisca	03 anos	07 anos
Henrique	05 anos	08 anos
Faustina	18 meses	06 anos
Benedito	35 anos	40 anos
Manoel Prudêncio	12 anos	17 anos
Florindo	20 anos	26 anos
Feliciana	30 anos	38 anos
Damásia	25 anos	35 anos

¹⁶³ CDHBA/UFOPA (Inventário post mortem de Antônio Joaquim Alves de Lima – 1878).

João	01 ano	11 anos
Manoel Pedro	14 anos	24 anos
Francisco	12 anos	22 anos
Veríssima	13 anos	25 anos

Fonte: CDHBA/UFOPA (Inventários post mortem)

Como vemos, a variação com que os escravos eram identificados nos registros de matrículas e mencionados nos inventários era diversificada, variava bastante a idade dos cativos entre o registro na matrícula e a sua inserção no rol de bens de seus proprietários. Contudo, como dito anteriormente, esse pode ser um dado que não seja fidedigno, pois, pode ocorrer de o cativo estar a mais tempo no plantel e sua idade em relação a aquisição pelo proprietário ser outra. E como toda a documentação é passível de oscilações, o tempo de vida dos cativos nos planteis poderia ser bem maior do que o especificado na matrícula.

Pode-se notar também que, alguns desses cativos tinham suas permanências longas dentro de um plantel, sendo uns adquiridos ainda crianças, em algumas situações esses cativos entravam no rol de bens inventariados com poucos anos de posse de seus proprietários, mas como dito anteriormente, essas informações podem mascarar o tempo de permanência exata desses cativos nos planteis santarenos, pois não há meios de determinarmos com exatidão o tempo em que esses cativos identificados a partir da implementação das matrículas estavam de posse de seus proprietários.

O que temos de conclusivo com a documentação acessada é que Santarém exercia um papel importante dentro da região, representando um polo de existência escravagista dentro do Baixo Amazonas e que apesar de não possuir um quantitativo elevado de cativos na cidade na segunda metade do século XIX, como foi possível demonstrar, a presença negra se tornou relevante para o desenvolvimento econômico e social não só de Santarém como das demais cidades circunvizinhas que faziam parte da comarca.

Sendo assim, é pertinente salientar que as diferentes dinâmicas ocasionadas na cidade de Santarém e região pela presença negra atrelada à vivência indígena e da população estrangeira e local foi o que moldou a formação dessa sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo, fazer uma explanação da escravaria santarena referente a segunda metade do período oitocentista, mais precisamente os anos que compreenderam a instituição da Lei do Ventre Livre em 1871 até a extinção da escravatura no país em 1888. Para isso, foi necessário se afastar da ideia de que a presença negra na Amazônia teria sido pouco significativa ou quase inexistente como era defendida por alguns estudos como de Antônio Baena, Tavares Bastos, Tito Franco, são alguns autores que, expressavam a ideia de inexpressividade dos cativos africanos na província do Pará e estes autores viam na figura indígena a principal força de trabalho, assim como, defendiam a ideia de “área periférica” estendida a região amazônica de intelectuais como Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodr e, Celso Furtado, Fernando Novais etc.

Foi com o intuito de contribuir para que essa ideia continue sendo revista e para ajudar no avanço da historiografia local no que se refere a questão escravocrata em Santar em e no Baixo Amazonas, que foi pensado em traçar o perfil dos escravos que foram detectamos no rol de documentos que tivemos acesso no acervo do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA-UFOPA). Para que pudéssemos concluir a pesquisa tivemos em mãos 223 documentos, dos quais, 143 são autos cíveis de inventários e 80 documentos de diversas naturezas (autos cíveis de testamento, partilhas de bens, arrecadação, codicilos, arrendamentos, tomadas de contas de testamentaria). Deste rol de 143 autos cíveis de inventários identificamos 51 inventários post mortem que possuíam em seus bens arrolados, escravos. Desse total de 51 inventários, havia 27 inventários ainda com as matrículas desses cativos inclusas, o que nos possibilitou uma gama de informações como idade, faixa etária, g nero, filiação, naturalidade, atividades de trabalho, a respeito dos cativos que foram detectados na documentação.

Além da documentação mencionada anteriormente, também foi feito uso de 03 livros de registros de testamentos e de 2337 registros de batismos inclusos aí os de filhos de escravos com contabilizou 118 cativos batizados. A partir daí, foi demonstrado como Santar em foi se desenvolvendo ao longo do oitocentos e para isso foi usado como suporte os relatos de viajantes que passaram pela cidade. Dentre os diversos viajantes que passaram por Santar em, foram escolhidos três como fonte historiográfica: Alfred Russel Wallace, Henry Walter Bates e Hercule Florence. Através deles, foi possível analisar suas impressões sobre a cidade, a infraestrutura, o acesso a ela, considerada por eles de fácil acesso por conta da facilidade de navegação dos rios, como se deu a composição social e econômica da cidade.

É importante mencionar que, foi usado além dos relatos dos viajantes para fazer essa reconstituição da cidade Santarém, os relatórios dos Presidentes de Província do Pará, alguns relatórios do Ministério da Agricultura, os dados do recenseamento também do Pará para o ano de 1872 e os relatos contidos no compêndio elaborado por Antônio Baena e nas considerações apontadas por José Ferreira Reis. Através das informações coletadas em todas essas fontes, percebemos o quanto Santarém era importante dentro do contexto da província paraense e de como a cidade servia de elo de ligação entre a capital da província, Belém e as demais freguesias do Baixo Amazonas, considerada o principal núcleo urbano no período oitocentista, além de manter relações comerciais com a província amazonense por sua proximidade com a região.

Constatamos que a cidade seguiu seu curso econômico fazendo uso de uma diversidade de atividades que incluía principalmente atividades agrícolas onde predominou as plantações de cacau, de acordo com os bens inventariados analisados, muitos moradores da cidade, tanto proprietários de escravos e não proprietários possuíam bens de raiz, que eram plantações de cacau, além de terrenos, sítios, casas de vivendas no interior da cidade e na área urbana. No entanto, outra atividade que também predominou foi a pecuária, e atividades comerciais com as demais freguesias da região, incluso também o uso da mão de obra cativa na cidade.

A população santarena era composta basicamente por santarenos, e moradores naturais de outras freguesias como Alenquer, Óbidos, Almeirim, todas do mesmo raio de proximidade, além de estrangeiros que viviam na cidade que eram em sua maioria de portugueses e os escravos que existiam em Santarém. O contingente populacional de Santarém segundo o recenseamento de 1872 era de 8.745 pessoas incluso aí livres e escravos, representando um percentual de 3,17% do universo populacional da província paraense. População essa mestiça que formou a cidade de Santarém, a maioria de brancos, incluso aí os que detinham cativos, bem como os escravos que faziam parte dos planteis santarenos que estavam identificados entre pretos, mulatos, carafuzos, pardos e crioulos.

Diante do levantamento feito, constatamos um total de 140 senhores escravistas na região santarena. Identificamos que, deste total de senhores escravistas, 92 eram de homens e 48 eram de mulheres, apesar da superioridade masculina de escravistas santarenos representar o que foi encontrado no restante do país, as mulheres estavam presentes nesse universo escravista santareno. Pelo que foi analisado a respeito dos proprietários de escravos em Santarém, constatou-se que, do total de 140 proprietários de escravos santarenos identificados a grande maioria 93,5% era de cidadãos civis que desenvolviam atividades agrícolas e da pecuária, possuíam dívidas ativas e passivas, de compra e venda de escravos, desenvolviam atividades comerciais. Já os demais proprietários escravocratas encontrados em Santarém eram

de militares que representavam apenas 5,2% destes escravistas, mas isso não significa que apenas desenvolviam a atividade militar, esses proprietários possuíam outras atividades que movimentavam suas rendas como atividades agrícolas e somente 1,3% eram de religiosos dentro do universo documental analisado.

Diante da documentação analisada constatou-se um total geral de 287 escravos entre os inventários post mortem selecionados que mencionavam como bens, escravos. Entre os quais, dentro desse montante, 146 são do sexo masculino e 141 do sexo feminino sendo que deste total geral há 59 crianças, sendo que a identificação dessas crianças se deu através da idade, identificadas até 12 anos e da própria documentação que mencionava como ingênuos e crianças ao mencionar os filhos dos cativos arrolados na documentação.

Neste sentido, foi analisado que os planteis santarenos eram constituídos em sua maioria por pequenos e médios planteis, sendo que, os escravistas santarenos identificados nos inventários post mortem tinham entre 01 e 04 escravos, enquanto que planteis com mais de 10 escravos se concentravam em apenas 8 proprietários, dos quais, um possuía 18 e outro 28 escravos.

O detalhamento do perfil dos cativos santarenos se deu principalmente a partir das análises feita nos inventários post mortem, por conter informações mais abundantes que nos demais documentos neste sentido, detectamos que a escravaria santarena era relativamente jovem, apta como mão de obra e eram em sua maioria já naturais da cidade, sendo detectados apenas 08 cativos que eram de origem africana, incluso neste quantitativo de cativos de naturalidade africana, a escrava mais idosa dos planteis santarenos constava de 90 anos de idade na feitura do inventário de seu proprietário.

Os escravos santarenos encontrados na faixa etária entre 10 e 49 anos contabilizavam 202 cativos, ou seja, era uma população jovem/madura que compunha os planteis santarenos, a partir desse levantamento, analisamos o perfil das cativas em idade fértil e notou-se que havia em idade reprodutiva 141 mulheres cativas, o que pode ter sido um fator que represente a quantidade de cativos com menos de 15 anos nesses planteis, que era de 78 escravos.

A partir das informações contidas nos inventários detectamos a filiação de muitos cativos no momento de elaboração do documento, o que possibilitou fazer o levantamento do estado conjugal destes escravos e possibilitou fazer uma breve análise a respeito das formações familiares dos cativos santarenos. Apesar dos dados encontrados terem demonstrando que o total de solteiros era superior ao de casados, os solteiros totalizavam 100 cativos entre homens e mulheres. Foi possível perceber que essa diferença no estado conjugal não limitou a constituição de famílias dentro das escravarias santarenas, onde identificamos laços de

consanguinidade mesmo entre os solteiros, no caso, 15 cativas solteiras foram identificadas com laços de parentescos, tiveram filhos nas propriedades de seus donos.

Os nascimentos de cativos embora não fossem tão elevados dentro dos planteis santarenos como demonstrou a documentação, significou para alguns proprietários a ampliação de seus planteis, para dois proprietários de escravos santarenos o nascimento desses cativos representou um aumento substancial do seu plantel, os escravistas Manoel Marques de Assumpção e o coronel João Severiano de Miranda que possuíam 03 e 08 cativos respectivamente e com a concepção de suas escravas seus planteis aumentaram para 10 e 14 nessa ordem. Portanto, apesar da vigência da Lei do Ventre Livre a partir do ano de 1871, período estabelecido para a pesquisa, constatou-se que as crianças nascidas nos planteis santarenos continuavam presentes nas escravarias dos proprietários santarenos.

Ainda foi feita a identificação das atividades desempenhadas por alguns dos cativos santarenos, já que a documentação não deixou especificada os ofícios de todos os escravos arrolados, sendo assim, constatou-se que dos 67 escravos que tinham a identificação de suas atividades, a maioria, 34 cativos desempenhavam atividades relacionadas a agricultura, pois eram lavradores. Os demais estavam distribuídos em atividades como pedreiros, costureiros, serviços domésticos etc.

Conclui-se assim que, as escravarias santarenas eram constituídas por pequenos e médios proprietários, diferentemente do que foi encontrado nas regiões do Brasil onde predominou as grandes lavouras de cacau e cana de açúcar, que a maioria dos cativos existentes na cidade já eram naturais de Santarém, que eram relativamente jovens e aptos ao serviço e apesar da vivência em cativeiro puderam estabelecer laços familiares de consanguinidade. Cabe mencionar ainda, que os resultados encontrados até então, são dados que poderão ser revistos a partir do cruzamento com outras fontes, portanto, são resultados que poderão ser revistos, contudo, a partir da análise feita já é possível identificar de forma substancial a presença negra em Santarém e vislumbrar a contribuição desse corpus populacional para a formação da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888**. Dissertação de Mestrado, CH/UFCG. Campina Grande, 2011. 207p.: il.
- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. **Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1852-1888**. Dissertação de Mestrado, USS, Vassouras, 2006. 169 f.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Pesquisa com inventários post-mortem. **Revista Histórica**, Arquivo do Estado de São Paulo, n.º 4, pp. 54-58, jul. 2001.
- AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. Família e relações de compadrio em Belém, século XIX. In. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, XXIII– História: guerra e paz. Londrina-PR, 2005. **Anais**. Londrina-PR, Universidade Estadual de Londrina, 2005.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Antônio Ladislau Monteiro Baena -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 432 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 30).
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH • São Paulo, julho 2011. **Anais...** São Paulo, julho 2011.
- BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017. 342 f.
- BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012. 250f.
- BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: Elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)**. José Maia Bezerra Neto. Campinas, SP: [s.n.],2000.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (Séculos XVII-XIX)**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2001.

BLOCH, Marc. “A história, os homens e o tempo”, “A observação histórica”. In: **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Filhos de Deus: Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. **Varia História**, nº 31 Janeiro, 2004.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. **Boletim Museu Paraense. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, set.- dez. 2009.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. “Fugido, ainda que sem motivo”: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial (1850-1888). In: SAMPAIO, Patrícia Melo. **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Patrícia Melo Sampaio (Organizadora). – Belém: Editora: Açai; CNPq, 2011

CHAMBOLEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**. Vol.26 no. 52. São Paulo. Dez.2006.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. Emília Viotti da Costa. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. – (Biblioteca básica).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**: Maria Odila Leite da Silva Dias; prefácio de Ecléa Bosi. – 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravos do Sertão: Demografia, trabalho e relações sociais. Piauí (1826-1888)**. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Teresina, 1995.

FARIAS, Sheila Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. **Cotidiano dos negros no Brasil escravista**. In: José ANDRÉS – GALLEGO, José. Três Grandes Cuestiones de la História de Iberoamérica. Madrid: Fundación Mapfre Tavera – Fundación Ignacio Larremendi, 2005.

FERNANDES, Edson. Família escrava numa boca do sertão. Lençóis, 1860-1888. **Revista de História Regional**. Araraquara-SP. V.8 n.1, p. 9-30, Verão 2003.

FERREIRA, Augusto César Feitosa Pinto. Família e relações de poder na historiografia brasileira: discussão sobre obras de Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. **Veredas da História**. Vol. 2 - Ano II – Nº 1. 1º Semestre de 2009.

FIGUEIREDO, Luciano. **Mulher e família na América portuguesa**. Luciano Figueiredo; coordenação Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado. São Paulo: Atual, 2004.

FILHO, Aureliano José Ferreira. Documentação eclesiástica e perspectivas de pesquisas sobre escravidão: A constituição de famílias cativas nos assentos de batismo e matrimônio no Arraial de Campo Belo - MG (1835-1875). In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL ESCRITAS DA HISTÓRIA: Ver – Sentir – Narrar. Teresina-PI, 2012. **Anais**. Teresina-PI, Universidade Federal do Piauí, 2012.

FILHO, Milton Stanczyk. Instrumentos de pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários post-mortem. In: V JORNADA SETECENTISTA. Curitiba-PR, 2003. **Anais**. Curitiba-PR. Universidade Federal do Paraná, 2003.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. São Paulo: Global, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**/ Gilberto Freyre; tradução do original em inglês por Waldemar Valente em convênio com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. – 4.ed. revista – São Paulo: Global, 2008.

FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas”. In: REIS, João José & GOMES, Flávio. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

GUEDES, Roberto. & FRAGOSO, João. **História social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)**. Organização Roberto Guedes, João Fragoso. -1. ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)**. Roberto Guedes. – Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. Famílias negras na Parahyba do século XIX: batismo e compadrio na freguesia de Nossa Senhora das Neves (1855-1857). In: II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA. Disputas políticas e práticas de poder. Junho, 2011.

LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**. Francisco Vidal Luna, Herbert S. Klein – [São Paulo]: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 49-77, 2006.

MARCÍLIO, Maria L. **Demografia Histórica**. Orientações Técnicas e Metodológicas. São Paulo: Pioneira, 1997.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Ser Escravo no Brasil**. Tradução James Amado. – São Paulo: Brasiliense, 2003.

MEDEIROS, Vera B. Alarcón. **Incompreensível colosso, A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)**. Universidade de Barcelona Faculdade de Geografia e História Departamento de Antropologia Cultural e História da América e África Programa de Doutorado: Estado e sociedade na América e África Biênio: 1990-1992 Barcelona, 2006.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. José Flávio Motta. – São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia**. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2011.f,422.

PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.f,162.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Michelle Perrot; [tradução Angela M. S. Côrrea]. — São Paulo: Contexto, 2007.

PRADO JUNIOR, Manoel Batista do. **Entre senhores, escravos e homens livres pobres. Família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença (Mangaratiba, 1831-1888)**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.f,220.;il.

PROENÇA, Wander de Lara. **Escravidão no Brasil: Debates Historiográficos Contemporâneos**. Anais eletrônicos da XXIV SEMANA DE HISTÓRIA: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior".

REIS, Artur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. Arthur Cezar Ferreira Reis. – 2.^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979. (Coleção Retratos do Brasil; v. 124).

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serv. de publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família negra no Brasil: escravos e libertos**. Anais do VI Encontro da ABEP, Olinda, 1988.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**. Patrícia Maria Melo Sampaio. 2. ed.: Editora Livraria da Física, 2014.

SAMPAIO, Patrícia Melo (Organizadora). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açai; CNPq, 2011.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. Organizadores: Ana Silvia Volpi Scott et al. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Robert W. Slenes. – 2^a ed. corrig. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SIRTORI, Bruna. **Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Júlio César de. **A utilização de Registros de Batizados para análise da Escravidão no Triângulo Mineiro**. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG). 24 a 27 de Julho de 2012. Mariana - MG.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários pós morte: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-estar e sociedade** – Ano V – n. 8 – Barbacena. – Janeiro/Junho 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. E. P. Thompson; revisão técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: GOMES, Flávio & PRIORE, Mary del (orgs.). **Os senhores dos rios. Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. Do cativo ao matrimônio: viver em Angra dos Reis, século XIX. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal. RN. 22 a 26 de Julho de 2013.

VIEIRA, Antônio Roberto Alves. **Família escrava e pecuária. Revisão historiográfica e perspectivas de pesquisas**. São Paulo. 2011.

WEBER, Silvio Adriano. A flor das pequenas senzalas: Família e parentesco nas pequenas escravarias de Morretes (PR). Século XIX. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. 100 anos da guerra do Contestado, Historiografia, acervos e fontes. 26-29 de Julho de 2016.

FONTES MANUSCRITAS

Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas – Santarém/PA – Universidade Federal do Oeste do Pará – CDHBA

Livros de registros de Testamentos do Juízo Municipal de Santarém – 1867/1873

Livros de registros de Testamentos do Juízo Municipal de Santarém – 1873/1882

Livros de registros de Testamentos do Juízo Municipal de Santarém – 1883/1889

Livro de registros de compra e venda de escravos na cidade de Santarém / março-1882

Inventários post mortem – 1871/1888

Documentos diversos – 1871/1888 (autos cíveis de partilha, autos cíveis de testamentos, codécilos, autos cíveis de tomada de conta de testamento, divisão de bens, execução de partilhas)

Arquivo da Cúria de Santarém

Registros de batismos – 1871/1888

FONTES IMPRESSAS

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução Regina Régis Junqueira. Apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

FLORENCE, Hercule. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829** / Hércules Florence; tradução do Visconde de Taunay. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. XLIV + 282 p. (Edições do Senado Federal; v. 93).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 01.

MENSAGEM do General Visconde de Aracaju, Presidente da província do Pará, abrindo a sessão extraordinária da respectiva Assembleia no dia 07 de janeiro de 1884. Pará: Typ. do Diário de Notícias, 1884

MENSAGEM do Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro Vice-Presidente da província do Pará na segunda sessão da XXV Legislatura da Assembleia Provincial em 20 de outubro de 1887. Pará: Typ. do Diário de Notícias, 1887.

MENSAGEM do Sr. Conselheiro Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro Vice-Presidente da província do Pará na primeira sessão da XXVI Legislatura da Assembleia Provincial no dia 04 de março de 1888. Pará: Typ. do Diário de Notícias, 1888.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da XIV legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Barão de Itaúna Cândido Borges Monteiro. Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, Rua dos Inválidos 61B - Rio de Janeiro, 1872.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antônio da Silva Prado. Brasil: Imprensa Nacional – Rio de Janeiro –1886.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XVIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Domingos José da Cunha Junior em 1º de julho de 1873. Pará: Typ do Diário do Grão-Pará -Travessa de São Matheus n.29, 1873.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIX Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1875. Pará: Typ. do Diário do Grão-Pará, 1875.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XXV Legislatura pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente da Província, Tristão de Alencar Araripe, em 25 de março de 1886. Pará: Typ. do Diário de Notícias, Rua da Indústria, n.14, 1886.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da XVII Legislatura, pelo Exmº Sr. Presidente da província do Pará Dr. Abel Graça, 1871, Pará: Typ do Diário do Grão-Pará -Travessa de São Matheus n.29, 1871.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

Lei de 28 de setembro de 1871

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496715/Lei%20do%20Ventre%20Livre%20-%201871.pdf?sequence=1&isAllowed=y>